



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Comunicação Social

Roberto Farias Silva

Tendência da produção científica em Comunicação no Brasil

Rio de Janeiro

2004

Roberto Farias Silva

Tendência da produção científica em Comunicação no Brasil



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Hugo Rodolpho Lovisoló

Rio de Janeiro

2004

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

S586 Silva, Roberto Farias.
Tendência da produção científica em
Comunicação no Brasil / Roberto Farias Silva -
2004.
155 f.

Orientador: Hugo Rodolfo Lovisolo.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do
Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de
Comunicação Social.

1. Comunicação - Teses. 2. Universidades e
faculdades – Pós-graduação - Teses. I. Lovisolo,
Hugo Rodolfo. II. Universidade do Estado do Rio
de Janeiro. Faculdade de Comunicação Social. III.
Título.

CDU 007:378.245

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

Assinatura

Data

Roberto Farias Silva

Tendência da produção científica em Comunicação no Brasil

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em: 16 de julho de 2004.

Banca examinadora:

Prof.^o Dr.^o Hugo Rodolpho Lovisolo (Orientador)
Faculdade de Comunicação Social da UERJ

Prof.^o Dr.^o Ronaldo George Helal
Faculdade de Comunicação Social da UERJ

Prof.^o Enrique Larreta Rodriguez
Universidade Cândido Mendes

Rio de Janeiro

2004

DEDICATÓRIA

IN MEMORIAN

*A amiga e companheira MARTA.
Presente em tudo, exceto, na vida.
Saudações e saudades históricas. (1982 – 2003)*

AGRADECIMENTOS

Nunca considerei que a elaboração de uma dissertação fosse um produto individual, embora sua redação, responsabilidade e *stress* predominantemente sejam. Entretanto, não imaginava a quantidade de amigos, companheiros e professores que contribuiriam para que este trabalho chegasse a bom termo.

Muitos, de muitas maneiras, me ajudaram. Alguns com as mãos e com conselhos, outros com a alma e a amizade. Todas possíveis virtudes desta dissertação são inspiradas e dedicadas a vocês. A todos registro minha gratidão.

Entretanto, alguns nomes devem ser citados, se não por meu apreço e consideração, por estarem presentes em aspectos fundamentais deste trabalho.

Agradeço, inicialmente, aos professores Márcio Souza Gonçalves e Ronaldo George Helal, pelas discussões efetuadas durante o curso, pela participação imprescindível na qualificação deste trabalho e pelas críticas.

À professora Fátima Cristina Regis Martins de Oliveira, pelas discussões, pelo carinho e solicitude constantes.

Ao professor Carlos Alexande de Carvalho Moreno, pelas lúcidas observações e oportunidades únicas.

À amiga, companheira e filósofa Rose Marie Santini – sem ela, tudo seria um pouco insípido e incolor, sua amizade foi um prêmio antecipado.

Ao amigo Rodrigo de Oliveira Coutinho e a amiga Natália Gabrich – pesquisadores incansáveis dos intermináveis dados necessários e leitores críticos da base de dados.

Ao amigo, programador e estatístico, Eduardo Ribeiro – tradutor oficial do SPSS para a língua vulgar.

Ao amigo Rômulo Luzio, mecenas tecnológico e companheiro fiel.

Aos amigos Marcos Aurélio, Pedro I e Geraldo Conde e a todos os companheiros do capítulo I do mestrado em Comunicação da UERJ.

Às amigas Ana Paula Bagaglia, Vanda, Kallyandra Vaz e a todos os companheiros do capítulo II, mais muito mais animado, dessa trama.

Agradeço principalmente ao professor Hugo Lovisolo, pela indiscutível amplitude de conhecimento, que me conduziu a reflexões pertinentes e pontais, e pela segurança transmitida, em todos os momentos, neste curto e desafiante processo. Um orientador perfeito, com a retidão e a proximidade que somente a experiência ensina. Devo a ele a condução de todas as virtudes e somente a mim a ocorrências todos os erros.

Ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UERJ, pela oportunidade de realizar este curso.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo oferecimento da bolsa de estudos e pelos inúmeros e essenciais dados sobre o sistema de Ensino Superior.

A minha mãe e família, meu norte.

À minha companheira, revisora e leitora (muito) crítica, Tatiana Amorim, a quem peço desculpas pelos momentos de azedume. Leu, por cima de meus ombros, tudo que fiz. Tenho certeza que, sem ela, nada faria.

A todos aqueles que torceram pelo sucesso deste trabalho e, injustamente, não foram mencionados. Obrigado.

“Há uma dimensão ética da divulgação científica na qual eu gostaria de me deter: a circulação das idéias e dos resultados de pesquisas é fundamental para avaliar o seu impacto social e cultural, como também para recuperar, por meio do livre debate e confronto de idéias, os vínculos e valores culturais que a descoberta do novo, muitas vezes rompe ou fere ”¹.

Ennio Candotti

¹ CANDOTTI, E. Ciência na Educação Popular. In: Ciência e Público: Caminhos da divulgação Científica no Brasil. Organização e apresentação de Luisa Massarini, Ildeu de Castro Moreira e Fátima Brito. Rio de Janeiro: casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fórum de Ciência e Cultura, 2002, p. 17.

*Quem passou pela vida em branca nuvem,
E em plácido repouso adormeceu;
Quem não sentiu o frio da desgraça,
Quem passou pela vida e não sofreu,
Foi espectro de homem, não foi homem,
Só passou pela vida, não viveu.
Francisco Octaviano (1825-1889)*

*Os séculos passam, as gentes, mais breves, passam também.
Aquilo que vem é o mesmo que vai.
Daquilo que fica o que vale é a lembrança.
Lembrança é saudade que fica e não sai.*

Orlando Villas Bôas (1914-2002)

RESUMO

SILVA, Roberto Farias. *Tendência da produção científica em Comunicação no Brasil*. 2004. 155f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

Esta dissertação tem como objetivo mensurar a produção científica dos doutores em comunicação em Instituições de Ensino Superior no Brasil, entre os anos de 1990 e 2000. Para realizar tal intento, partimos do levantamento dos doutores formados em Programas de Pós-Graduação em Comunicação, Ciências da Informação e Mídias, com propósito de analisar a produção e a atividade profissional desses durante a formação e no período posterior à titulação. Como instrumento de acesso aos currículos profissionais desses doutores, utilizamos a Plataforma Curricular Lattes (CV-Lattes), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), fundação vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), para o apoio à pesquisa brasileira. Obtendo as características das teses dos doutorados; a natureza das principais atividades profissionais; a dinâmica de formação do cientista; as características divulgadas do conhecimento em comunicação e as ponderadas de produção científica e acadêmica do doutorando e do doutor em Comunicação.

Palavras-chave: Produção científica. Comunicação.

ABSTRACT

This dissertation has as objective mensurar the doctors' scientific production in communication in higher education Institutions in Brazil, among the years of 1990 and 2000. To accomplish such intent, we left of the doctors' rising formed in Programs of Masters degree in Communication, Sciences of the Information and Multimeios, with purpose of analyzing the production and the professional activity of those during the formation and in the posterior period to the titulação. As access instrument to the those doctors' professional curricula, we used the Plataforma Curricular Lattes (CV-Lattes), of the National Council of Scientific and Technological Development (CNPq), foundation linked to the Ministry of the Science and Technology (MCT), for the support to the Brazilian research. Obtaining the characteristics of the theses of the doctorates; the nature of the main professional activities; the dynamics of the cientist's formation; the disclosed characteristics of the knowledge in communication and pondered them of scientific and academic production of the granting a doctorate and of the doctor in Communication.

Keywords: Scientific production. Communication.

Resumen

Esta disertación tiene como mensurar objetivo la producción científica de los doctores en comunicación en Instituciones de educación más altas en Brasil, entre los años de 1990 y 2000. Para lograr tal intento, nosotros salimos de la subida de los doctores formada en Programas de grado de los Amos en Comunicación, Ciencias de la Información y Multimeios, con propósito de analizar la producción y la actividad profesional de aquéllos durante la formación y en el periodo posterior al titulação. Como instrumento de acceso al aquéllos los planes de estudios del profesional de doctores, nosotros usamos el Plataforma Lattes Curricular (CV-Lattes), del Concilio Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico (CNPq), la fundación se unió al Ministerio de la Ciencia y Tecnología (MCT), para el apoyo a la investigación brasileña. Obteniendo las características de las tesis de los doctorados; la naturaleza de las actividades profesionales principales; la dinámica de la formación del cientist; las características descubiertas del conocimiento en comunicación y los ponderó de producción científica y académica del conceder un doctorado y del doctor en Comunicación.

Palabras clave: Producción científica. Comunicación.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. COMUNICAÇÃO E CIÊNCIA: DIÁLOGO DE UM CONHECIMENTO ...	16
1.1. Introdução	16
1.2. A Institucionalização da Ciência no Brasil	19
1.3. Universidades: Formação da Comunidade Científica	23
1.4. As universidades: lugar do conhecimento Científico?	28
1.5. Pós-Graduação em Comunicação no Brasil	31
1.6. A Produção científica em Comunicação	32
1.7. Produção na Plataforma Lattes	33
1.8. Quadro teórico metodológico	37
1.9. Corpus das fontes	38
2. O OFÍCIO DO CONHECIMENTO - PERFIL DO DOUTOR- PESQUISADOR EM COMUNICAÇÃO	40
2.1. Introdução	40
2.2. Programas e formação de doutores	41
2.3. Plataforma Lattes	44
2.4. Doutores e cadastro CV-Lattes	45
2.5. Atuação profissional	50
2.6. Formação no doutorado	55
2.7. Características da produção	61
2.8. Universidades e pós-graduação	65
2.9. Atividades profissionais	70
3. A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: DINÂMICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM COMUNICAÇÃO	74
3.1. Introdução	74
3.2. Produção científica em Comunicação	74

3.3.	A identidade da comunicação	78
3.4.	O problema histórico da produção em comunicação	83
3.5.	A cientificidade da comunicação: dualização, investimento e produção científica	85
3.6.	Como medir a produção?	88
3.7.	Produção científica	90
3.8.	Áreas do conhecimento	96
3.9.	Palavras-chaves	99
3.10.	Meio de divulgação	102
3.11.	Ponderação da produção	105
3.12.	Ponderação nas IES públicas e privadas	109
	CONCLUSÃO	118
	BIBLIOGRAFIA E FONTES	125
	ANEXO 1 - Endereço profissional	138
	ANEXO 2 - Ocorrências das palavras-chave na apresentação da titulação de doutorado	143
	ANEXO 3 - Ocorrências das áreas de conhecimento na apresentação da titulação de doutorado	151
	Anexo 4 - Ocorrências do Setor de Atividade na apresentação da titulação de doutorado	154

Introdução

Formado em História, tendo como campo preferencial o estudo da História Contemporânea, minha vida acadêmica e científica começou a se nortear pelo o estudo da Ciência e da Tecnologia quando, por meio da oportunidade de participação no Projeto Integrado Ciência e Sociedade no século XX, realizado na Coordenação de História e Divulgação da Ciência do Museu de Astronomia de Ciências Afins, no Rio de Janeiro, fui bolsista de Iniciação Científica do CHC/MAST. Minha formação intelectual e pessoal, no âmbito dos primeiros passos no estudo da C&T no Brasil, nunca, acredito, poderia ter sido realizada de maneira mais apropriada e substancial. Minha dívida de gratidão e conhecimento com os profissionais e companheiros dessa Instituição não pode ser medida ou restituída. Neste sentido, se houver a necessidade de um início, não há outro local a ser citado.

Contudo, minha experiência em pesquisa, exclusivamente em trabalhos na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, deve incluir minha dívida com outras Instituições e projetos que contribuíram de maneiras diversas, mas não menos importantes, para minha formação e conhecimento. Logo, obtive, como estagiário externo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a oportunidade de participar do Projeto Resgate da Documentação sobre o Brasil Colônia Existente no Exterior: Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, efetuado pelos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, Arquivo Nacional Brasileiro e Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.

Entretanto, minha experiência no magistério superior, em dois momentos diferenciados – o primeiro como Monitor em História Contemporânea na Faculdade de Formação de Professores e o segundo como

Estagiário em Docência Superior na Faculdade de Comunicação Social – foram de especial importância pessoal e profissional. Ambas pela oportunidade de aplicar meus conhecimentos e minha dinâmica como profissional da educação - experiências únicas para a compreensão da realidade do magistério, o que somente me (re)incentivou a permanecer nesta trilha, muitas das vezes inconstante, da educação. Acredito que, logo, e com muito esforço, poderemos estreitar os laços entre o ensino e a pesquisa e, do mesmo modo, entre a sociedade e a universidade. Todos que tiveram a oportunidade de adentrar nessa casa conhecem esses muros.

Por fim, minha atual jornada pelo conhecimento da comunicação, cotidianamente enriquecedora, me deu, e me dá, a oportunidade de um *outro olhar*, com *novas preocupações* que integram uma realidade complexa e interdependente. Hoje, acredito, não há lugar mais privilegiado para estudar a dinâmica da divulgação do conhecimento científico e, em parte, da produção científica, do que nessa disciplina. Lugar de ambas as formações, do cientista e do divulgador, minha estada como mestrando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação me proporciona a discussão *transdisciplinar*, que somente reforça para mim a necessidade de transformação, por meio da democratização do conhecimento. Tudo isso seria uma tarefa quase intransponível sem a orientação pontual e segura de meu orientador, o professor Hugo Lovisolo. A ele não poderia faltar uma citação em minha trajetória.

Nesta dissertação estuda-se a produção científica dos doutores em Comunicação Social, Ciências da Comunicação e Mídias Formadas em Instituições de Ensino Superior Brasileiras entre os anos de 1990 e 2000. Por meio dos currículos institucionais de pesquisa cadastrados na Plataforma Curricular do Ministério da Ciência e Tecnologia, conhecida como Plataforma de Currículos Lattes. A partir dessa análise, pretendemos mensurar a atividade produtiva do profissional em comunicação.

Sendo de responsabilidade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico a responsabilidade de operação e difusão do CV-Lattes Em nosso trabalho pretendemos obter um quadro da produção desses pesquisadores, uma vez a estrutura da pós-graduação em comunicação, com

um enfoque claramente acadêmico, tem como objetivo formar doutores-pesquisadores.

Para isso faremos no primeiro capítulo uma contextualização da institucionalização da atividade em ciência no Brasil e, logo, o processo de amadurecimento das escolas e dos programas de pós-graduação em comunicação no país; por meio de algumas das conceituações do papel da universidade na produção científica e na formação de recursos humanos especializados.

Na segunda etapa da dissertação, faremos uma análise, por meio dos currículos cadastrados no sistema nacional de pesquisa do CNPq / MCT, com o objetivo de construir o perfil dos cientistas em Comunicação e mensurar suas atividades profissionais durante sua formação e no período posterior à obtenção do título de Doutor, logo, de sua formação como pesquisador.

Por fim, na terceira parte da dissertação, faremos uma análise da produção científica dos doutores em Comunicação, dividindo-a em entra a produção acadêmica e a produção com características profissionais, ou como chamamos, a produção técnica.

Capítulo 1

Comunicação e Ciência: Diálogo de um Conhecimento

1.1 - Introdução

Nesta primeira parte da dissertação, faremos um apanhado da história da ciência no Brasil, tendo como algumas das conceituações o papel da universidade na produção científica e na formação de recursos humanos especializados, como forma de contextualizar a pertinência do estudo da dinâmica da produção científica em comunicação.

Em sua obra “Um Espaço para Ciência – A Formação da Comunidade Científica no Brasil”, o sociólogo Simon Schwartzman descreve uma maldição iniciada pelos deuses do Olimpo contra o Titã que ousou desafiá-los e perpetuada, metaforicamente, pela ciência no Brasil - mais especificamente por sua comunidade científica. Sísifo foi condenado a carregar uma imensa pedra em formato cilíndrico até o topo de uma imensa montanha: sempre que chegava ao cume, que era muito estreito, não tinha uma visão perfeita de sua dimensão e deixava a pedra rolar montanha abaixo, para, em seguida, recomeçar sua tarefa novamente e, assim, ininterruptamente. A persistência e os descaminhos da jornada do Titã são uma metáfora adequada, segundo o sociólogo, para a história da ciência moderna brasileira, um grupo “consciente de suas limitações e orgulhoso das suas realizações”¹. Consciente também de

¹ SCHWARTZMAN, Simon. Um Espaço para a Ciência: A Formação da Comunidade Científica no Brasil. Brasília: MCT/CEE, 2001, p. 01.

todas as dificuldades e do constante amadurecimento da política destinada à ciência brasileira.

“A persistência de Sísifo não deriva de uma visão rósea do futuro, mas da convicção de estar no caminho certo, de que seria possível atingir um dia as fronteiras do conhecimento, dando uma contribuição significativa para a sociedade, ou pelo menos construindo a base para o trabalho das gerações futuras. Quando há essa convicção, os fracassos e as frustrações causados por forças ou eventos que não se podem controlar parecem menos importantes, e não perturbam o desejo de recomeçar, se necessário, quando menos para atingir a mesma meta.”².

No século XX, que se inicia em um projeto de modernidade, assistimos à institucionalização dessas comunidades científicas, por meio da criação de universidades e centros de pesquisas no Brasil. Embora este mesmo projeto possa ser pensado como uma extensão das perspectivas da ciência no século XIX, de fato, um estreito número de aplicações práticas do saber científico, em outras palavras, da tecnologia, interferiam indispensavelmente, até então, no cotidiano das sociedades³.

Segundo Eric Hobsbawn, a “tecnologia com base na atividade em ciência já se achava no âmago do mundo burguês do século XIX, embora as pessoas práticas não soubessem exatamente o que fazer com os triunfos da

² Opus cit., p.01.

³ Para J. Habermas, na obra *Técnica e Ciência como Ideologia*, no final do século XIX, houve um incremento da atividade intervencionista do Estado, que deveria assegurar a estabilidade do sistema, acompanhado de uma crescente interdependência de investigação técnica, que transformou “as Ciências nas primeiras forças produtivas”. HABERMAS, Jurgem. *Técnica e Ciência como Ideologia*. Lisboa: Edições 70, 1968.

teoria científica, a não ser, nos casos adequados, transformá-las em ideologias: como o século XVIII fizera a Newton e o final do século XIX a Darwin”⁴.

Desse modo, a moderna tecnologia já era visível e suas futuras aplicações planejadas pelos cientistas e, em parte, pela indústria. “A física e a matemática do século XVII governavam os engenheiros, enquanto, em meados do reinado de Vitória, as descobertas elétricas e químicas de fins do século XVIII e início do XIX já eram essenciais à indústria e às comunicações”⁵, nas palavras do marxista inglês. Não é necessário se esforçar para conceber o impacto social, simbólico e econômico do automóvel, do rádio e da aviação, além das revoluções possíveis com a aparecimento da telegrafia sem fio, do raio-X e do cinema, estes, no último quartel do século XIX. Apesar disso, essa modernidade operada na *intelligentsia flutuante*⁶, tomando emprestada a expressão de Karl Mannhein para definir os intelectuais e homens da ciência, somente será extensiva e operante em todos os estratos sociais, na vida cotidiana na maioria do mundo, a partir do século XX⁷. Hoje, podemos afirmar que o século XX dependeu da ciência e da tecnologia, e que esta se tornou predominante em todas as atividades humanas.

⁴ HOBBSAWN, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1999*. São Paulo: Companhia das Letras, p.507.

⁵ Opus cit. HOBBSAWN, E., p. 507.

⁶ BURKE, Peter. *Uma História Social do Conhecimento – de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003, p.14.

⁷ Um outro conceito de intelectual foi desenvolvido pelo pensador italiano Antônio Gramsci. Para ele, todas as pessoas são intelectuais, mas somente algumas “desempenham na sociedade a função de intelectuais”, ou seja, a “função organizativa da hegemonia social e do domínio estatal”, denominando-os de intelectuais orgânicos. O conceito gramsciano de intelectuais inclui todos aqueles que exercem uma função organizacional no campo da produção, cultura, administração, tanto na “sociedade civil”, quanto na “sociedade política”. Nesse sentido, os cientistas e professores de ciência adquirem uma função especializada no sistema capitalista de produção, transformando-se em intelectuais orgânicos, mas podem também participar da construção ideológica e hegemônica do Estado. GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Coleção Perspectivas do Homem, vol. 48, série Filosofia, 1978.

O progressivo desenvolvimento do capitalismo industrial, impulsionando os avanços tecnológicos nos transportes, nas comunicações e na infra-estrutura urbana, prenunciava um futuro promissor para a humanidade. A tecnologia prometia um século onde finalmente as necessidades de todos poderiam ser saciadas, por meio da aceleração do desenvolvimento e da produção de bens e serviços possíveis com o uso da moderna ciência e da técnica, traduzidos no avanço tecnológico, a serviço do bem estar do homem.

As novas possibilidades da medicina, o saneamento urbano, o desenvolvimento na tecnologia da comunicação e dos transportes trazem ao homem comum benefícios e facilidades nunca antes vistos. Tais mudanças ocorreram nas fábricas, nos quartéis, nos institutos e centros de ciências, assim como nas salas, nas cozinhas e na vida pessoal dos homens.

O moderno promete que a Ciência é a ferramenta para a construção da sociedade. A produção de conhecimento e os processos de inovações tecnológicas tornam-se uma questão central para o desenvolvimento mundial e, portanto, uma medida imprescindível para o desenvolvimento interno dos países e para a sua participação no cenário internacional. Conhecer, incentivar e produzir tecnologia, por meio de sua comunidade científica, adquire uma importância chave na política interna e externa dos países centrais e das nações em desenvolvimento.

A Ciência e a Técnica tornam-se, nesse cenário, objetos de preocupação e de esperança na política dos países latino-americanos, especialmente para o Brasil. Embora longe de um quadro de institucionalização da atividade científica e com um inconstante e variado cenário de produção em Ciência, a existência de uma pequena, mas ativa e entusiasmada, comunidade científica, formada por professores, estudiosos e interessados em ciência e profissionais de diversas áreas, intensificava a necessidade de conhecer o que realmente já tínhamos e o que deveríamos fazer para utilizar a Ciência e a Técnica para o desenvolvimento da América Latina. Entretanto, somente a guerra instigaria politicamente a efetiva necessidade de institucionalização da atividade científica no Brasil.

1.2 - A Institucionalização da Ciência no Brasil

Em 06 de agosto de 1945, os EUA lançaram uma Bomba Atômica no coração do Império Japonês e inauguraram toda uma época de esperança e desconfiança internacional quanto à utilização do poder do átomo para os propósitos da guerra e da paz. Uma corrida pelos domínios tecnológico e científico contemporâneos ganharia força política, econômica e social. Nos países subdesenvolvidos, essa busca se traduziria no processo de modernização da atividade científica e na formação de recursos humanos. A demonstração de força do átomo transforma a Ciência e a Tecnologia em política essencial para a soberania, a grandeza cultural e nos países recém batizados como Terceiro Mundo, na principal ferramenta para a superação do subdesenvolvimento.

A Segunda Guerra Mundial tinha dado uma outra conotação para a atividade científica e tecnológica, em especial para a Cátedra da Física. A força e o poder da física nuclear inauguraram uma realidade indiscutível para qualquer nação a partir de então: o átomo era o futuro. Por consequência, também criou uma questão de caráter mais imediato: dominar a tecnologia ou ser dominado por quem a tem. Nesse propósito, o Brasil necessitava visualizar seus cientistas e instituições de ciência, criar condições de institucionalização de sua atividade, tanto para a realização mais eficiente do trabalho científico e a formação de recursos humanos, quanto para o controle estatal da tecnologia e da produção de ciência aplicada.

Os anos 50 foram de especial importância para o desenvolvimento científico mundial e para a institucionalização da ciência no Brasil. O reflexo do desenvolvimento científico na área militar – demonstrado por toda a Segunda Guerra Mundial, mas tendo como auge o poder devastador da Bomba Atômica – colocava o domínio da ciência como fator imprescindível para a soberania e o desenvolvimento das nações. O átomo tornava-se o futuro da humanidade e seu potencial deveria ser dominado. No Brasil, essa estreita relação entre Ciência e Estado traduziu-se em uma aproximação entre cientistas, militares, empresários, políticos e jornalistas, desdobrando-se em uma sólida aliança de

interesses para o desenvolvimento científico brasileiro e, em especial, para a produção de energia nuclear ⁸.

A necessidade do avanço do processo de industrialização no Brasil e as novas características do cenário mundial definiram a necessidade de investimentos em mídia. A estreita relação entre a mídia e o poder e a necessidade de legitimação da atividade científica, com a *popularização* de uma mentalidade científica pelos meios impressos, introduzem a divulgação e a alfabetização da ciência com estratégia política governamental.

O investimento federal na atividade científica estava inter-relacionado com a formação e a educação científicas na sociedade brasileira, com o propósito de construir uma *imagem de importância do cientista* e de atividades científicas genuinamente brasileiras. Buscava-se uma legitimação social, esta com um duplo objetivo: demonstrar a importância da ciência para a sociedade brasileira e incentivar o interesse de jovens para a carreira de cientista. A construção de uma imagem positiva para a atividade científica e os homens de ciência era essencial para uma legitimação social dos custos de uma política científica. Ou seja, visava-se um desenvolvimento de uma cultura científica, onde a sociedade compreendesse o investimento em ciência e tecnologia como fator imprescindível na política nacional e na formação educacional⁹.

A divulgação das atividades científicas e dos ambientes científicos brasileiros na mídia, assim como a *tradução*, para a linguagem comum, das buscas e dos resultados de suas pesquisas, tornavam-se essenciais para

⁸ ANDRADE, A. M. R. Físicos, Mésons e Política – A Dinâmica da Ciência na Sociedade. São Paulo / Rio de Janeiro: Hucitec, Museu de Astronomia e Ciências Afins, 1999.

⁹ Atualmente, tomamos como referência a denominada “espiral da cultura científica”, proposta pelo lingüista e, atual presidente da Fapesp Carlos Vogt, que defende a necessidade de uma dinâmica integrada de análise da cultura científica, compreendida em “quadrantes” interligados: o conhecimento científico entre cientistas, o ensino e formação de cientistas, o ensino em ciência e a divulgação científica. No primeiro quadrante os cientistas são os receptores e destinatários do conhecimento, no segundo cientistas e professores dirigem-se a estudantes, no terceiro ambos somando-se a profissionais de museus e instituições dirigem-se a jovens e estudantes e no quarto quadrante jornalistas e cientistas são emissores para o público geral. O cientista, especialmente o ligado as IES adquirem, neste quadro, um papel privilegiado na construção de uma cultura científica.

explicar a relação entre a ciência e a vida de todos. A divulgação dessa relação entre o *fazer ciência* e os reflexos políticos e econômicos e demandas culturais refletia-se na política de legitimação científica. A predominância da imprensa escrita e das transmissões de rádio, na sociedade brasileira da década de 50, determinava os veículos *formadores de opinião* e como era formado o imaginário em torno do cientista.

Embora as tentativas de criação de organizações e institutos de investigação científica no Brasil fossem antigas¹⁰, somente a partir da década de 30, e com a criação das universidades, algumas iniciativas tiveram êxito em grupos que aliavam a investigação científica ao ensino¹¹. Iniciava-se uma perspectiva de financiamento e uma política de Estado para a pesquisa.

Contudo, a criação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (1948) e do Conselho Nacional de Pesquisa (1951), principal órgão de fomento à atividade científica brasileira, só pôde acontecer na perspectiva política do pós-guerra, aliando-se, especialmente o CNPq, à conjuntura do desenvolvimentismo no Brasil. Este momento inaugura a modernização e a institucionalização de diversos outros institutos de pesquisa científica, entre eles: a Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP / 1946), o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF / 1949), o Instituto Nacional de Pesquisa na Amazônia (INPA / 1952) e o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA / 1952).

O fortalecimento de um sistema de ciência¹² depende da divulgação das atividades de pesquisa desenvolvidas, na procura de apoio e incentivo

¹⁰ No início do século XX, professores e intelectuais brasileiros mobilizaram-se para a criação da Sociedade Brasileira da Ciência (1916), denominada Academia Brasileira de Ciência em 1921. E 1924, alguns membros fundaram a Associação Brasileira de Educação. Para maiores detalhes sobre a temática, consultar ANDRADE, A. M. R. *Físicos, Mésons e Política – A Dinâmica da Ciência na Sociedade*. São Paulo / Rio de Janeiro: Hucitec, Museu de Astronomia e Ciências Afins, 1999.

¹¹ LOVISOLO, H., 2000, *Vizinhos Distantes – Universidade e Ciência na Argentina e no Brasil*, Eduerj, Rio de Janeiro

¹² Para maiores detalhes sobre a temática, consultar CALDAS, G., "A Formação dos Jornalistas Científicos no Brasil", *Revistas Pesquisa FAPESP*, [<http://www.fapesp.br>]. Extraído em 15 de Abril de 2002.

político e social para a produção, o desenvolvimento e a aplicação científicas. Embora o jornalismo científico somente no início da década de 60 começasse a tomar uma configuração, face à euforia da Corrida Espacial, reflexo da disputa tecnológica entre EUA e URSS, na Guerra Fria, e com aparecimento de colunas específicas de divulgação científica, como Atualidade Científica, no Estado de São Paulo, a divulgação especializada das conquistas, perspectivas e dos grandes nomes da ciência no Brasil inicia sua caminhada nos anos 50.

1.3 - Universidades: Formação da Comunidade Científica

Um episódio peculiar foi o impulsionador da criação da primeira universidade do Brasil. Com a comemoração do primeiro centenário da independência do Brasil, o presidente da república, Epiácio Pessoa, convidou todos os governos e a realeza européia para as comemorações que seriam realizadas. A confirmação antecipada do rei Alberto I da Bélgica e a formalização do interesse da casa imperial de conhecer não somente o Rio de Janeiro, mas realizar uma pequena excursão pelo Brasil, criou a necessidade de realização de uma enorme estrutura de cerimonial. Desta forma, um dos elementos necessários aos preparativos da visita do Rei da Bélgica, entre as homenagens que deveriam ser prestadas, estava a outorga do título de *doctor honoris causa*, título este que só poderia ser concedido por uma universidade.

Embora o ensino superior brasileiro tivesse sido criado há mais de um século, durante a permanência da família real portuguesa no Brasil, a primeira organização desse ensino em universidade, por determinação do governo federal, só ocorreu em 1920, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro, pelo decreto nº 14.343, de 7 de setembro de 1920, tendo como objetivo inicial a outorga do rei Alberto I. De fato, a universidade surgiu de uma agregação de três escolas superiores existentes no Rio de Janeiro: a Faculdade de Direito, a Faculdade de Medicina e a Escola Politécnica.

Não obstante a primeira universidade brasileira ter sido criada em 1920, podemos considerar projetos mais consistentes a criação da Universidade de São Paulo, em 1934, e da Universidade do Distrito Federal, organizada por Anísio Texeira, em 1935, ambas com recursos estaduais. Cabe

ainda destacar a curta iniciativa do projeto de uma universidade afinada com a realidade e a cultura nacionais – a criação da Universidade de Brasília, conduzida por Darcy Ribeiro, seu primeiro reitor, e interrompida pelo regime militar.

Somente com a reforma universitária de 1968, as universidades sofrem uma reformulação e passam a se organizar com bases em departamentos, reunidos em unidades, associando a pesquisa ao ensino e à extensão. A lei 5.549/68 implantou os cursos de pós-graduação, com os seguintes objetivos: “formar professores para o ensino superior; preparar pessoal de alta qualificação para empresas públicas e privadas; estimular estudos e pesquisas que sirvam ao desenvolvimento do país”¹³, incorporando o modelo estadunidense de pós-graduação como referência para os mesmos programas nas Instituições de Ensino Superior no Brasil (IES).

A dependência de modelos estrangeiros¹⁴ foi, e, em medida, consideramos que permanece, uma constante no processo de implantação dos Programas de Pós-Graduação nas IES no Brasil. As estruturas, os programas e os sistemas de avaliação foram uma “transplantação”¹⁵ de sistemas implantados nos EUA e na Europa. Embora somente em 1940, com o artigo 71 do estatuto Geral da Universidade do Brasil, tenha-se incluído o termo pós-graduação, a Reforma de Francisco Campos, ainda em 1930, já tinha de fato implantado, no curso de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, na

¹³ Opus cit., SCHWARTZMAN, S. p. 200.

¹⁴ Tendo como meta a apresentação e divulgação de uma nova historiografia latino-americana das ciências, S. Figueirôa organiza *Um Olhar Sobre o Passado: História das Ciências na América Latina*. O conjunto de trabalhos discute “as características, os fatores determinantes, condicionantes e limitantes do processo de transferência e adaptação de uma determinada cultura científica, historicamente datada e localmente datada, num contexto diferente daquele do qual é produto”. O estudo da *adaptação* do valor, da idéia, a da aplicação da Ciência e da Técnica, importada do pensamento Europeu, na América Latina, determina os *mecanismos de construção* dos trabalhos em Ciência, e posteriormente das comunidades e instituições científicas. FIGUEIRÔA, Sílvia F. de M. (org.) *Um Olhar sobre o Passado: História das Ciências na América Latina*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2000

¹⁵ Opus cit., p.111.

Faculdade Nacional de Filosofia e na Universidade de São Paulo, programas de estudos para pós-graduados, em moldes europeus ¹⁶.

Somente no contexto dos anos 50, com o fortalecimento de blocos de influência¹⁷ e a crescente importância do desenvolvimento científico e tecnológico no cenário internacional, diversos convênios entre o Brasil e os Estados Unidos, principalmente intermediados pela Fundação Rockefeller e pela Fundação Ford¹⁸, foram implementados para o desenvolvimento de programas de pós-graduação.

Em 15 de janeiro de 1951, poucos dias antes de o Presidente Gaspar Dutra passar a faixa presidencial a Getúlio Vargas, foi criado o Conselho Nacional de Pesquisas, regido pela Lei n.º1.310. Destacando-se entre os maiores cientistas de seu tempo, César Lattes foi integrante ativo desse Conselho e, posteriormente, patrono da Plataforma Curricular que leva seu nome como homenagem.

Aos 23 anos, em 1947, o jovem físico curitibano, integrante do grupo na Universidade de Bristol, na Inglaterra, torna-se notícia da mídia internacional participando da descoberta da partícula Méson π , fundamental para a explicação do comportamento das forças nucleares. Orgulho nacional e idealizado como o futuro da ciência brasileira, Lattes foi destaque em diversas publicações internacionais e no Brasil. Seu nome, em especial, tornou-se sinônimo de ciência brasileira.

Para institucionalizar a ciência no Brasil, era necessário fomentar e construir núcleos de formação e de desenvolvimento científico e tecnológico -

¹⁶ Opus cit. SCHWARTZMAN, S., p. 200.

¹⁷ A Guerra Fria entre os EUA e URSS dominou o cenário internacional por toda segunda metade do século XX, em termos objetivos caracterizou-se não como perigo eminente de uma guerra mundial, mas como uma luta política e ideológica, com argumentos apocalípticos, pelo controle e influência hegemônica no cenário internacional. Para maiores detalhes sobre a temática, consultar HOBBSAWN, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*, Companhia das Letras, São Paulo.

¹⁸ Um excelente obra sobre a influência da Fundação Ford no Brasil, foi organizada por Sergio Micelli, reunindo os trabalhos apresentados no seminário comemorativo dos 30 anos da Fundação Ford no Brasil, realizado em 1992 na cidade do Rio de Janeiro. MICELI, Sérgio (coordenador). *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1993.

produzir cientistas, para que estes pudessem produzir a ciência brasileira. Hoje, como em seu tempo, são claros os interesses pragmáticos da política científica dessa iniciativa: desenvolver produção científica de ponta no Brasil. Com Vargas de volta ao poder, o desenvolvimento industrial transforma-se em uma prioridade na atividade econômica. Muitos idealizavam a energia nuclear como o melhor investimento para superar o atraso industrial do Brasil. Logo, necessitava-se de tecnologia. O desenvolvimento científico, por meio do investimento na institucionalização da atividade científica, da formação de recursos humanos, do incentivo à investigação e o apoio a instituições, adquire status de prioridade para o crescimento e o desenvolvimento do Brasil.

Segundo Schwartzman, “a modernização do pós-guerra”¹⁹, os acontecimentos relacionados com ciência, tecnologia e educação devem ser vistos no contexto das transformações e modificações que ocorreram na sociedade brasileira de então: “a concentração, nos grandes centros urbanos, de um rápido crescimento populacional; a elevação de um nível geral de educação; e a substituição da agricultura por uma economia industrial em expansão”²⁰. Admitimos o ano de 1968, como o *divisor de águas*, marcando o fim de um primeiro período de institucionalização das instituições científicas e o início de um segundo momento, em que foram criados novos programas de pós-graduação e uma política de grandes investimentos públicos destinados à pesquisa²¹.

“Em 1964, assumiu o poder um governo militar politicamente conservador, cujo relacionamento com a comunidade científica e as universidades foi muito conflituoso, tendo culminado tal processo, no início da década de 1970, com a perda do cargo para centenas de cientistas e professores e com o exílio para muitos (.) [entretanto] Não chegou a se materializar, contudo, a

¹⁹ Opus cit. SCHWARTZMAN, S., p. 260.

²⁰ Ibidem, Ibid, p. 263.

²¹ Ibidem, Ibid, p. 265.

previsão de que o novo regime seria completamente fechado a idéias novas em matéria de ciência e educação”²².

Segundo o autor, tal contradição pode ser justificada pela ausência, por parte do governo, de uma política “definida em questões de ciência e educação”²³. Entretanto, o desenvolvimento científico ainda estava intrinsecamente ligado ao desenvolvimento econômico e a perspectiva de superação do subdesenvolvimento estava condicionada ao crescimento econômico, que poderia ser acelerado pela produção científica aplicada. Cada vez mais, tornava-se importantes a formação de recursos humanos e a produção em ciência.

Segundo o sociólogo Sergio Micelli no “clima político acirrado pela ‘guerra fria’ no início da década de 1960, o anticomunismo não podia deixar de ser uma das motivações centrais na decisão da Fundação [Ford] de estender suas atividades aos continentes latino-americanos (.)”²⁴. Em 1960, com o apoio da Fundação Ford, a Universidade do Brasil inaugura o primeiro Programa em Ciências Físicas e Biológicas e a Comissão Coordenadora de Programas de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE) ²⁵.

Nesse mesmo ano, outros programas são inaugurados, entre eles, o Mestrado em Matemática na Universidade de Brasília e o doutorado em Matemática no Instituto de Matemática Pura e Aplicada no Rio de Janeiro. Na área de Ciências Agrárias, podemos ressaltar a implantação do Mestrado e Doutorado na Escola Superior de Agricultura de Viçosa, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Paradoxalmente, durante a suspensão do regime democrático no Brasil, com o advento dos anos de chumbo da ditadura militar, nas décadas de

²² Ibidem, Ibid, p. 279.

²³ Ibidem, Ibid, p. 279.

²⁴ MICELLI, Sergio (coordenador). A Fundação Ford no Brasil. São Paulo: editora Sumaré: FAPESP, 1993, p. 38.

²⁵ Opus cit. MICELLI, S., p. 33

60 e 70, foram implantados inúmeros cursos de pós-graduação *stricto sensu*, voltados para a formação de recursos humanos, pesquisadores e professores. Com uma política desenvolvimentista, o regime militar elegeu o capital humano como prioridade para o desenvolvimento científico e tecnológico, com o objetivo de desenvolver o Brasil por meio da capacitação e a qualificação dos cientistas e tecnólogos brasileiros. Tornou-se senso comum que um dos fatores responsáveis pelo subdesenvolvimento era a falta de investimento e profissionais de Ciência e Tecnologia. Em 1965, com o Parecer 977, do então Conselho Federal de Educação, institucionaliza-se o modelo de pós-graduação brasileiro, baseado no modelo estadunidense – em síntese, Mestrado e Doutorado independentes, divididos em dois ciclos, sendo o primeiro destinado à integralização de créditos e/ou aulas e o segundo para a finalização do trabalho.

1.4 – As Universidades: Lugar do conhecimento Científico?

Enfim, qual é o papel das Universidades na produção do conhecimento científico? Segundo Eduardo Wanderley, a “universidade é um lugar, mas não só ela, privilegiado para conhecer a cultura universal e as várias ciências, para criar e divulgar o saber; mas deve buscar uma identidade própria e uma adequação à realidade nacional. Suas finalidades são o ensino, a pesquisa e a extensão”.²⁶ Em sua obra, enfatiza a função formativa da instituição: “Ela é a instituição social que forma, de maneira sistemática e organizada, os profissionais, técnicos e intelectuais de nível superior que as sociedades precisam”.

Ainda segundo o autor a universidade esta situada nas esferas das *superestruturas*, mantendo uma relação entre “a sociedade política e a base econômica”, observando que, logo, a universidade “serve normalmente à manutenção do sistema dominante, mas pode também servir à transformação social”²⁷, dicotomia somente possível nas instituições de vanguarda e *pluri-*

²⁶ WANDERLEY, Luiz Eduardo. *O Que é Universidade*. São Paulo: Barsiliense, 1998, p.11.

²⁷ Opus cit., p.11.

ideológicas da sociedade. Influenciando e sendo influência pelo conjunto social, segundo Moacir Gadotti, “Toda universidade é, no plano político ideológico, o reflexo da política e da economia de uma sociedade”²⁸.

“Gadotti distingue na universidade duas funções – uma real e outra aparente. ‘A função aparente é a que consta nos estatutos da universidade onde, freqüentemente, é feita a panacéia de seus objetivos e fins declaradamente humanísticos, democráticos, com realce para a autonomia e a liberdade’. Pela função real ela, como subsistema do sistema político, ‘tenderá a executar a tarefa de dividir, reproduzir e conspirar. Seu caráter divisionista encontra-se na legitimação da ordem classista, reforçando os hábitos e valores”²⁹.

Ressaltamos, porém, que os argumentos do autor não são seguidos das evidências dessas funções da universidade. Logo se remete a uma ideologia, uma idéia de universidade. Se de fato existir ou não funções formais e informais, aparentes ou reais a descrição de cada fato deve ser analisada caso a caso. A prática da função real da universidade não é a preocupação de tal pensamento, limitando-se, como dito, a uma concepção filosófica da universidade.

A necessidade de compreensão das formas de sociabilidade desse conhecimento, ou seja, quais são as formas de difusão desse *saber especializado* que a universidade fornece, por meio de “um modo de vida pelo qual as pessoas se formam e interagem através de certas regras e objetos domesticados, possui, portanto, uma história passada e contemporânea, que

²⁸ GADOTTI, Moacyr. *Educação e Poder: Introdução à Pedagogia do Conflito*. 6^o ed., São Paulo: Cortez, 1985, p. 112.

²⁹ KRUNSCH, Margarida Maria Krohling. *Universidade e Comunicação na Edificação da Sociedade*. São Paulo: Edições Loyola, p.19

lhe confere feições e vicissitudes próprias”³⁰, nas palavras de Arthur Giannotti, como primeiro passo para um reflexão sobre universidade. Embora seja compreendida como uma instituição formal da sociedade, a universidade difere das demais organizações, sobretudo por suas finalidades, seu tipo de atividade, suas formas de controle e a função especializada que desempenha: produzir e divulgar conhecimento cultural e científico.

O aumento progressivo das Instituições de Ensino Superior privadas, na última década, segundo as observações de Hugo Lovisoló, alterou substancialmente a realidade nos cursos de graduação do sistema de ensino. Por outro lado, pouca mudança ocorreu, no mesmo período, no que se refere à pós-graduação, demonstrando um insuficiente quadro político, econômico e institucional para o desenvolvimento e a expansão desse setor e, logo, de uma substancial parcela da comunidade científica nacional. Lovisoló demonstra que inúmeros aspectos do sistema deformam uma política de expansão da pós-graduação, como o tipo de avaliação que “em vários aspectos (.) tornou-se formal e quantitativa ao invés de substantiva e qualitativa”. O excessivo formalismo e o institucionalismo da pesquisa na Universidade, segundo o autor, constitui um crescente referencial de publicação estadunidense.

Lovisoló denuncia uma contradição referente à dinâmica de formação da própria comunidade científica, reforçando a necessidade de um novo planejamento nas áreas de Ciência e Tecnologia. Embora o reconhecimento do papel do cientista seja conceitual, com suas raízes que remetem à década de 50, o estabelecimento de uma comunidade científica significativa não resultou, necessariamente, na ampliação de “novos processos de acumulação e desenvolvimento”, em outras palavras, “patentes e inovações”. Nessa questão, o autor encontra-se com o pensamento de Vogt, no que se refere à valorização e à produção sistematizada de uma *cultura científica na formação do pesquisador e profissional da pós-graduação* – nesse sentido, a estrutura das IES privadas não teriam, atualmente, condições para “atingir essa finalidade”.

³⁰ GIANOTTI, Jose Arthur. A Universidade em Ritmo de Barbarie. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 19-20.

No modelo atual, uma *dualização*³¹ das finalidades entre as IES públicas e privadas é forçadamente construída: às universidades públicas compete a formação do quadro de pesquisadores e da maioria dos programas de pós-graduação; às instituições privadas compete a expansão do ensino de graduação. No entanto, “o desenvolvimento do modelo de pesquisa tem maiores possibilidades de realização nas instituições com docentes contratados em tempo integral e que desenvolvem programas de pós-graduação”, ou seja, nas IES privadas, que, em geral, não ganham espaço, nessa estrutura, para a pesquisa científica.³²

1.5 - Pós-Graduação em Comunicação no Brasil

José Marques de Melo, reconstituindo o panorama da história do ensino de comunicação, identifica a criação das primeiras universidades em comunicação em Brasília, São Paulo e Porto Alegre, ainda na década de 60³³, retirando a responsabilidade do ensino em comunicação das faculdades de Letras e Filosofia.

“O ensino de comunicação na universidade brasileira contabiliza meio século de trajetória histórica. As primeiras décadas – 50 e 60 – foram marcadas por avanços e retrocessos de natureza pedagógica, decorrentes da inserção institucional dos pioneiros cursos de jornalismo nas faculdades de filosofia e letras”³⁴.

³¹ LOVISOLO, Hugo. A Crescente Dualidade no Ensino Superior, In: Revista Ciência Hoje. nº.173, JULHO de 2001.

³² LOVISOLO, Hugo. Pesquisa na Universidade ou Como nos Estamos Tornando Filosoficamente Americanos. ex. mimeo, 8 páginas, 2003.

³³ MELLO, José Marques de. *Ensino de Comunicação: da Tecnofobia ao Experimentalismo*, In: Anais do I Encontro de Comunicação Social, Juiz de Fora, outubro de 2003.ç

³⁴ MARQUES DE MELO, José – Contribuições para uma pedagogia da comunicação, São Paulo, Paulinas, 1974

Contudo, o primeiro programa de pós-graduação em Comunicação e Semiótica foi criado somente em 1972, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC / SP), credenciado pelo parecer CFE 383/73, iniciando suas atividades “pela análise e interpretação dos processos comunicativos do signo verbal e seus objetos de análise (.) [dos] estudos literários”. No mesmo ano, outros dois programas foram criados: o Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO / UFRJ), constituído no Departamento de Fundamentos da Comunicação por seu primeiro diretor, Professor Jose Simeão Leal, e o Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA / USP). Em 1974, é fundado o programa de pós-graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UNB), com ênfase em “processos midiáticos” e, em 1978, na Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), o Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação Social inicia suas atividades.

No final da década de 1980, um novo curso de Pós-graduação de Comunicação e Cultura Contemporânea na Universidade Federal da Bahia (UFBA) foi implantado; posteriormente, em 1994, a Universidade de Campinas (UNICAMP) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC / RS) inauguraram seus programas. Em fevereiro de 1997, o mestrado em Comunicação, Imagem e Informação da Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) instituíram cursos de Doutorados. Dos cursos citados, todos são reconhecidos atualmente pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), órgão responsável pelas atividades e fomento do sistema de pós-graduação, autorizado pelo Ministério de Educação e Cultura.

1.6 - A Produção Científica em Comunicação

Mas, em termos efetivos, o que podemos considerar como produção científica? O que define o que é um trabalho com rigor científico e quais os elementos desse rigor? Conceitualmente, uma das definições da produção do conhecimento científico pode ser compreendida como toda produção

documental sobre um determinado assunto de interesse de uma comunidade científica específica, que contribua para o desenvolvimento da ciência e para a abertura de novos horizontes de pesquisa.

Deste modo, analisar a literatura produzida e divulgada, na comunidade científica, pelo pesquisador, se torna uma etapa imprescindível para a investigação dos resultados práticos de sua formação em pesquisa e para a mensuração do sistema de formação de recursos humanos especializados em ciência, a formação de cientistas. Logo, o que se produz, a quem se comunica e quais os canais de comunicação utilizados, ou seja, os tipos de veículos usados pelos pesquisadores para divulgar os resultados de seu trabalho, são aspectos essenciais para o conhecimento da produção científica.

Geraldina Porto Winter, escreve que a “produção científica é a forma pela qual a universidade ou instituição de pesquisa se faz presente no saber-fazer-poder ciência; é a base para o desenvolvimento e superação das dependências entre países e entre regiões de um mesmo país”³⁵. Ressalta a importância da produção científica, o compromisso social que retém e a necessidade da mesma de ser conhecida e útil para sua comunidade acadêmica e para a sociedade em geral.

“Este rol pode ir longe, mas, seja qual for o ângulo que se tome por referência, é inegável o papel da ciência na vida das pessoas, das instituições e dos países. Pode-se afirmar que alguma produção científica está ligada à maioria, quase totalidade das coisas, dos eventos, dos lugares com que as pessoas se envolvem no cotidiano”³⁶.

1.7 - Produção na Plataforma Lattes

³⁵ WITTER, Geraldina Porto. Produção Científica. Campinas: Editora Átomo, 1997, p 115.

³⁶ Opus cit., p.115.

Nosso principal objetivo neste trabalho é analisar a produção científica dos doutores formados em Programas de Pós-Graduação em Comunicação de IES brasileiras, tendo como corte temporal os doutorados integralizados entre o período de 1990 a 2000, por meio dos Currículos Vitae, conhecidos como CV-Lattes, divulgados e disponíveis na Plataforma de Cadastro de Pesquisadores do CNPq. Promover a visualização das características da produção científica e técnica dos pesquisadores-doutores, assim como sua produção enquanto doutorandos e após a finalização de sua titulação, configura-se como parte desse objetivo.

Na investigação sobre os trabalhos científicos em Comunicação, percebemos que poucos autores tiveram como preocupação o desenvolvimento de estudos sobre a história institucional, a dinâmica da produção e a divulgação dos trabalhos, não desenvolvendo estudos sobre a trajetória profissional desses pesquisadores e o resultado prático da formação de doutores-pesquisadores, ou seja, a produção científica qualificada.

Uma das questões pertinentes no estudo da produção científica consiste na relevância e validade de avaliações baseadas em indicadores e métodos quantitativos. Em nosso estudo, adotaremos esses critérios como fator de significado relevante para a compreensão da dinâmica da produção científica em comunicação no Brasil e para a formação do doutor-pesquisador das IES brasileiras. Critérios esses utilizados pela CAPES, no acompanhamento e avaliação dos Programas de pós-graduação de todas as áreas do conhecimento; pelo CNPq e pelas agências e fundações de fomento dos governos estaduais, que apóiam o desenvolvimento de projetos e promovem a concessão de financiamentos individuais para pesquisas. Em todas essas instituições a produção científica destaca-se como um dos requisitos mais importantes³⁷.

³⁷ Cf. Novamente citamos a obra *Um Espaço para a Ciência: A Formação da Comunidade Científica no Brasil* de Simon Shwartzman, essencial para a análise da história da institucionalização da ciência no Brasil, destacando auge e o declínio da ciência aplicada. Descreve, ainda, o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da educação superior no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, “entre duas tendências polares, a aplicação de princípios científicos, com resultados a curto prazo, e um outro mais acadêmico.” Com a queda das antigas instituições, a primeira tendência se fortaleceu.

O trabalho de pesquisa discute a relação entre a produção do conhecimento científico em comunicação, desenvolvido por profissionais e cientistas especializados, e suas atividades profissionais posteriores ao período de sua formação, com atenção especial na produção e nos meios de divulgação de trabalhos realizados por cientistas no período posterior ao final de seu doutorado. Tendo como questionamento a existência e a eficácia da política científica educacional na área de comunicação social, ou seja, a formação de pesquisadores, focamos na aplicação da formação para a produção de resultados da atividade científica especializada, essencial para a renovação dos conhecimentos na área de ensino, pesquisa e extensão e para o desenvolvimento científico e tecnológico aplicado.

Nosso segundo objetivo nessa análise consiste em observarmos se a formação em pesquisa e, logo, de produtores especializados em Comunicação Social, está resultando na formação efetiva de pesquisadores com periodicidade de publicação ou somente formam doutores para a atividade de ensino. A seguir, analisaremos, também, a relação entre os doutores-pesquisadores que trabalham nos sistemas de ensino superior público e privado, comparando suas dinâmicas na produção científica em comunicação.

Contudo, o principal interesse deste estudo é possibilitar, por meio da análise e da avaliação da produção científica dos doutores formados nos programas de Pós-Graduação em Comunicação no Brasil, a mensuração do desenvolvimento da produção desses doutores, permitindo a avaliação do impacto da formação de doutores-pesquisadores na comunidade científica. Simultaneamente, identificaremos os vínculos e atividades profissionais desses pesquisadores em instituições públicas ou privadas, no período do curso e posterior a obtenção da titulação e, se possível, quais os fatores profissionais que estimulam ou desestimulam a produção desses profissionais após o doutoramento.

Assim dimensionaremos as dificuldades externas à formação desse pesquisador e a eficácia de sua formação por meio de sua produção, permitindo a avaliação crítica e, possivelmente, o estabelecimento de medidas, a fim de qualificar a formação e o posterior exercício profissional desse cientista. Além disso, será possível construirmos dados comparativos para uma

avaliação com outras áreas de conhecimentos e à própria realidade do sistema brasileiro frente a outros países. Estimulando o mapeamento dos déficits e das necessidades da realidade do sistema de educação superior no Brasil, pretendemos fornecer ferramentas ao aprimoramento do pesquisador e da produção científica brasileira.

Levamos em consideração que a produção científica sofre interferência de inúmeros fatores, dentre os quais a realidade profissional que o pesquisador encontrará nas instituições em que constituiu algum vínculo profissional, muitas das vezes, reflexo de um dos principais fatores de entrave a uma política institucional de produção científica: a escassez na obtenção de recursos financeiros. Portando, conhecer essa realidade profissional e a dinâmica de produção dos pesquisadores em Comunicação contribui para a consolidação de um efetivo *diálogo* entre estes e o sistema de pós-graduação brasileiro, principal instância de desenvolvimento da produção científica. Citamos A. P. Carvalho:

“Ao considerarmos a literatura científica como um veículo de disseminação dos resultados da pesquisa, pode-se supor que a análise dessa literatura permite avaliações indiretas das próprias atividades de pesquisa e das próprias atividades do pesquisador (.)”³⁸.

Entendemos que ao determinarmos o pesquisador e suas características como personagens principais da produção, enfatizamos não apenas a dinâmica bruta, em percentuais, da produção em si, mas também os fatores que implicaram nessa produtividade. Márcia Silveira Kroeff justifica a necessidade sistemática de estudos da análise da produtividade dos profissionais em ciência, revestindo-os de importância “na medida em que auxiliam a compreensão da própria atividade da ciência brasileira, servindo

³⁸ CARVALHO, A. P. de *A ciência em revista: um estudo dos casos de Globo Ciência e Superinteressante*. São Bernardo do Campo, Instituto Metodista de Ensino Superior, 1996. 178p.

para avaliação do parâmetro de qualidade e subsidiando a tomada de decisão nesta determinada área”³⁹.

Entendemos também que a difusão do conhecimento científico em comunicação tem, nas universidades, importante relação com a produção de seus próprios profissionais especializados. Temos como senso comum que a democratização necessária do conhecimento produzido é uma das funções principais da Universidade - seu papel como agente de inovação e canalização de potencialidades a serviço da sociedade consiste em lugar comum nos discursos legitimadores. Em uma análise apurada, a falta de uma política institucionalizada, no que se refere à difusão do conhecimento, reflete uma realidade onde a produção científica especializada não é acompanhada pelas próprias IES produtoras desse conhecimento.

A idéia básica de universidade se consolida na universalidade do saber produzido - uma idéia geralmente vista como utópica e inalcançável. Independentemente dessa possibilidade, a instituição não pode se omitir, no que se refere ao acesso dos conhecimentos gerados pela sociedade, uma vez que a divulgação desse saber deveria nortear todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão que caracterizam essa instituição. Exercendo importante papel na sociedade moderna a universidade tem um compromisso distinto com a sociedade: um compromisso com o passado – preservando a memória e a história; com o presente – por meio do ensino e da geração de novos conhecimentos; com o futuro – como local da vanguarda de discussões e potencialidades científicas e tecnológicas. Não há espaço, mesmo conceitualmente, para o isolamento da Universidade.

As crescentes transformações, principalmente as ligadas à instantaneidade das informações e às fronteiras políticas, sociais e econômicas da modernidade tardia, somente potencializam o valor e a necessidade dessas instituições na vanguarda desses acontecimentos. Como sempre na história, o homem, para nós, o pesquisador, é uma importante parte dessa missão.

³⁹ Cf. Em sua Tese de doutorado Marcia Silveira Kroeff analisa as características da Pós-Graduação em educação física no Brasil. KROEFF, M. S. Pós-Graduação em educação física no Brasil: estudo das características e tendências da produção científica dos professores doutores. São Paulo: USP/ECA.

1.8 - Quadro teórico metodológico

O problema central da nossa pesquisa é mensurar a dinâmica da produção científica. O trabalho desenvolvido consistiu primeiramente na pesquisa e no levantamento dos doutorados em comunicação social, ciências da comunicação e multimeios, existentes em Institutos de Educação Superior no Brasil, a fim de listar todos os doutorandos que obtiveram grau de titulação entre os anos de 1990 e 2000. Para isso, contamos com a base de programas reconhecidos pela CAPES e nela, selecionamos todos do programas com o grau de reconhecimento finalizado e que tivessem o nível de doutorado.

Assim, foram relacionadas todas as IES, em solo nacional, que poderiam formar pesquisadores-doutores até o ano de 2000. A organização dos nomes desses doutores constituiu-se na segunda etapa do trabalho, por meio do levantamento nos programas de pós-graduação, nas bibliotecas das universidades, na bibliografia específica de catalogação de teses em comunicação e no banco de dados da própria CAPES. Posteriormente, foi escolhido como principal fonte de coleta da produção científica desses pesquisadores o cadastro curricular nacional, na área de ciência e tecnologia, produzido pelo CNPq e intitulado Plataforma de Currículos Lattes. Após sua criação, em 1999, o cadastramento na Plataforma CV-Lattes passou a ser obrigatório para todos os pesquisadores e bolsistas vinculados a programas de pesquisa, de pós-graduação, formação de recursos humanos e extensão, financiados por agências de fomento nacionais, nas instituições de ensino superior brasileiras. Por último, foram envidados todos os esforços no sentido de levantar e registrar todos os bancos curriculares em outras fontes.

1.9 - Corpus das fontes

No levantamento parcial realizado, identificamos, por meio da CAPES, 11 Programas de Pós-Graduação autorizados e desenvolvendo cursos de doutorados em Comunicação Social, Ciências da Informação e Multimeios: Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos; Universidade de São Paulo

– USP; Universidade de Brasília – UNB; Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Universidade Federal da Bahia – UFBA; Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP; Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS; Universidade Metodista de São Paulo – UMESP; Universidade Federal Fluminense – UFF e Universidade de Campinas – UNICAMP.

Como fontes secundárias, utilizaremos a legislação da pós-graduação, do Conselho Nacional de Educação, órgão normativo do Sistema de Educação Nacional, as Estatísticas da Pós-Graduação, o Banco de Teses da CAPES e os Resumos Técnicos do Censo de Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, especialmente dados no recorte de 1990 a 2002. Por conseguinte, utilizaremos bibliografia referente aos programas de pós-graduação, à dinâmica de ensino e produção científica nas universidades, ao sistema de pós-graduação público e privado e indicadores de educação, ciência e sociedade.

Na etapa posterior, analisaremos a dinâmica de produção, no período de formação e após o doutoramento: a produção da “literatura cinzenta” – voltada a cientistas; a produção técnica, voltada para o público em geral; a produção diretamente relacionada ao ensino, meios de publicação, periodicidade de publicação, a relação entre atividades profissionais do pesquisador, no que se refere à natureza a instituição no qual tem vínculo profissional (pública ou privada) e à sua produção científica.

Capítulo 2

O Ofício do Conhecimento: Perfil do Doutor-Pesquisador em Comunicação

2.1 - Introdução

Nesta segunda parte da dissertação, faremos uma análise, por meio dos currículos cadastrados no sistema nacional de pesquisa conhecidos, como Plataforma de Currículo Lattes, do Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ministério da Ciência e Tecnologia (CNPq / MCT), com o objetivo de construir o perfil dos cientistas em Comunicação e mensurar suas atividades profissionais durante sua formação e no período posterior à obtenção do título de Doutor, logo, de sua formação como pesquisador.

Na legislação dos estudos de pós-graduação do Ministério da Educação do Brasil, o diploma de mestrado ou doutorado “somente gozará de validade nacional se o programa que lhe houver dado origem possuir prévio reconhecimento do Sistema Federal, decorrente de avaliação satisfatória”⁴⁰, sendo de responsabilidade das Instituições de Ensino Superior (IES) autorizadas a apresentação de condições físicas e humanas para o ensino pós-graduado ao Ministro da Educação. Ainda segundo o MEC, “A Portaria Ministerial n.º 1.418, de 23/12/98, condiciona a validade nacional dos diplomas de pós-graduação *stricto sensu* ao mérito reconhecido na avaliação da CAPES, que é procedida por consultores especializados das diversas Áreas do

⁴⁰ Legislação da Pós-Graduação da CAPES. Anexo 2. Extraído de [<http://www.capes.gov.br/>] em 20 de dezembro de 2003.

conhecimento, atuantes no magistério superior e na pesquisa”⁴¹, o que torna o cadastro de reconhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior ponto de partida desta dissertação.

2.2 – Programas e Formação de Doutores

Na escolha dos programas de pós-graduação que estariam qualificados para o objetivo do trabalho, optamos pela listagem de PPGs reconhecidos pela avaliação da CAPES, logo, os que obtiveram notas iguais ou superiores à classificação três. Critério esse que, segundo a agência, “(.) fundamenta-se na avaliação realizada por especialistas, de área(s) do conhecimento afim(ins) ao programa considerado, cujo resultado é expresso na proposição de uma nota. A homologação pelo Ministério de Educação desse resultado assegura validade nacional aos títulos outorgados por programas com nota igual ou superior a três e equivale ao reconhecimento de que trata o art. 46, da LDB”⁴².

⁴¹ Opus cit.

⁴² Leis de Diretrizes e Bases da Educação do Ministério da Educação. Anexo 1. Extraído de [<http://www.capes.gov.br/>] em 20 de maio de 2004.

Tabela 1
Programas de Pós-graduação Reconhecidos pela CAPES ⁴³

GRANDE ÁREA: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS					
ÁREA: COMUNICAÇÃO					
PROGRAMA	IES	UF	M	D	F
CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO	UNISINOS	RS	5	5	
CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO	USP	SP	3	3	
COMUNICAÇÃO	UNB	DF	4	3	
COMUNICAÇÃO	UFPE	PE	3	-	
COMUNICAÇÃO	UFRJ	RJ	4	4	
COMUNICAÇÃO	UERJ	RJ	3	-	
COMUNICAÇÃO	PUC-RIO	RJ	3	-	
COMUNICAÇÃO	UNESP/BAU	SP	3	-	
COMUNICAÇÃO	UNIMAR	SP	3	-	
COMUNICAÇÃO	UNIP	SP	3	-	
COMUNICAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEA	UFBA	BA	5	5	
COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	UFRGS	RS	5	5	
COMUNICAÇÃO E LINGUAGENS	UTP	PR	3	-	
COMUNICAÇÃO E SEMIÓTICA	PUC/SP	SP	4	4	
COMUNICAÇÃO SOCIAL	UFMG	MG	5	5	
COMUNICAÇÃO SOCIAL	PUC/RS	RS	4	4	
COMUNICAÇÃO SOCIAL	UMESP	SP	4	4	
COMUNICAÇÃO, IMAGEM E INFORMAÇÃO	UFF	RJ	5	4	
MULTIMEIOS	UNICAMP	SP	4	4	

M - Mestrado Acadêmico, D - Doutorado, F - Mestrado Profissional.

Fonte: CAPES, 2004.

Podemos observar no quadro que, dos 19 programas reconhecidos pela CAPES, somente 12 fornecem cursos de pós-graduação em nível de doutorado atualmente: UNISINOS, USP, UNB, UFRJ, UFBA, UFRGS, PUC/SP, UFMG, PUC/RS, UMESP, UFF e UNICAMP. Um primeiro resultado relevante para o nosso estudo, concluído na apresentação dos dados, é a predominância de instituições públicas na formação do pesquisador.

Dentre os programas selecionados, seis instituições são federais, quatro estaduais e duas pontifícias católicas de caráter filantrópico. Logo, percebemos progressivo crescimento e consolidação de cursos de pós-

⁴³ Extraído de [<http://www.capes.gov.br/>] em 20 de maio de 2004.

graduação *stricto sensu* nas últimas duas décadas⁴⁴, sobretudo na esfera do ensino público, consensualmente afirmado por especialistas em educação, na área Comunicação Social. Afirma Lovisolo: “De fato, o país teve com a criação e consolidação dos organismos científicos e tecnológicos federais e estaduais, e especialmente com a ação da CAPES, um sistema orientador, financiador e avaliador da pesquisa e da pós-graduação ativo e de grande incidência”⁴⁵.

Posteriormente, no levantamento nominal dos doutores formados nesses programas, percebemos que somente cinco, os IES da Metodista, UFBA, UFRJ, UNICAMP e USP, já tinham formado pesquisadores-doutores entre os anos de 1990 e 2000. Entretanto, somente a Escola de Comunicação da UFRJ e a Escola de Comunicação e Artes da USP ofereciam o curso de doutorado em Comunicação e Ciência da Comunicação, respectivamente, na primeira metade da década de 1990. Os programas de pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea, da UFBA, em Comunicação Social, da UMESP, e em Múltiplos Meios, da UNICAMP, criados na segunda metade da década, somente formaram doutores após 1998. Excetuando a Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em razão do tempo prescrito para a etapa de levantamento da dissertação e, principalmente, da dificuldade de acesso à listagem de doutores formados entre os anos de 1990 e 1995, em todas as instituições pesquisadas levantamos a totalidade dos pesquisadores que obtiveram sua titulação no período de estudo do trabalho, definindo um total de 164 doutores formados nessas IES.

⁴⁴ Opus cit. Lovisolo., p.10

⁴⁵ Ibidem, Ibid, p.10

Tabela 2
Doutores formados em IES Brasileiras

	UFBA	UFRJ	UMESP	UNICAMP	USP	Total
1990					03	03*
1991					05	05*
1992					09	09*
1993					04	04*
1994					10	10*
1995					04	04*
1996		10			01	11
1997		20			06	26
1998	01	12	02		04	19
1999	05	21	01		08	35
2000	02	22	03	01	09	37
Total	08	85	06	01	63	164

* Entre os anos de 1990 e 1995 somente duas IES (USP e UFRJ) ofereciam em seus PPGs o Doutorado em Comunicação, em razão das dificuldades de acesso somente os formados na Universidade de São Paulo foram levantados nesse estudo, durante esse período.

2.3 - Plataforma Lattes

Em uma justa homenagem a um dos maiores cientistas brasileiros e fundador, em 1951, do então Conselho Nacional de Pesquisa ⁴⁶, o físico curitibano César Lattes, o Ministério da Ciência e da Tecnologia batizou a plataforma nacional curricular de pesquisadores de CV-Lattes. Em funcionamento a partir de 1999, após a utilização de algumas plataformas de teste, e desenvolvido pelo CNPq, o Sistema de CV-Lattes é uma parte da Plataforma Lattes, utilizada como sistema de informação curricular pelo

⁴⁶ Cf. Os anos 50 fora de especial importância para o desenvolvimento científico mundial e para a institucionalização da ciência no Brasil, juntamente com inúmeros outros cientistas, professores de ciência e empresários, entre eles – José Leite Lopes, Bernhard Gross, Carlos Chagas Filho, Euvaldo Lodi, Hervásio de Carvalho, Jayme Tiommo, José Carneiro Felipe, Lélío Gama – o então jovem César Lattes era identificado, pelos veículos de comunicação, como um dos homens responsáveis pelo desenvolvimento tecnológico brasileiro e exemplo da capacidade do cientista brasileiro.

Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), por instituições públicas e privadas, brasileiras e internacionais, e pela comunidade científica brasileira.

Aberta ao uso por pesquisadores, estudantes, profissionais e demais instituições do sistema nacional de Ciência, suas informações são aplicadas na “avaliação da competência de candidatos à obtenção de bolsas e auxílios; seleção de consultores, de membros de comitês e de grupos assessores e no subsídio à avaliação da pesquisa e da pós-graduação brasileiras”⁴⁷. A partir de 2002, o cadastramento nesse sistema passa a ser obrigatório a todos os pesquisadores e estudantes que participam do Diretório de Grupos de pesquisa no Brasil⁴⁸, bolsistas de agências de fomento federais e estaduais e pesquisadores que queiram concorrer a financiamentos de projetos pelo MCT.

2.4 – Doutores e Cadastro CV-Lattes

Em um segundo momento, levantamos todos os CV-Lattes dos doutores-pesquisadores formados que se cadastraram, com o objetivo de reconstituir a formação superior e especializada (pós-graduação) do pesquisador, suas principais atividades profissionais exercidas neste período – dados tratados neste capítulo – e, por fim, a produção especializada e/ou técnica divulgada em seu currículo para a comunidade científica brasileira – tratado no terceiro capítulo. No quadro abaixo, verificamos que, embora a maioria dos doutores tenham o CV-Lattes, um percentual considerável não efetuou nenhum tipo de divulgação institucional de sua produção - uma vez que

⁴⁷ Extraído de [<http://lattes.cnpq.br/>]em 13 de fevereiro de 2004

⁴⁸ Cf. Segundo o CNPq: “O Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil é um projeto desenvolvido no CNPq desde 1992. Constitui-se em bases de dados (censitárias e corrente) que contêm informações sobre os grupos de pesquisa em atividade no País. O Diretório realizou até hoje cinco censos (versões 1.0, 2.0, 3.0, 4.1 e 5.0, de 1993, 1995, 1997, 2000 e 2002, respectivamente) (.). Essas informações constantes nas bases dizem respeito aos recursos humanos constituintes dos grupos, às linhas de pesquisa em andamento, às especialidades do conhecimento, aos setores de aplicação envolvidos, à produção científica e tecnológica e aos padrões de interação com o setor produtivo. Além disso, cada grupo é situado no espaço e no tempo.” Extraído [<http://lattes.cnpq.br/diretorio/>], em 15 de maio de 2004.

a plataforma importou todos os bancos de currículos nacionais existentes em 1999 - ou concorreu à participação em nenhum grupo de pesquisa ou financiamento de projetos após o ano de 2002.

Tabela 3.1

Doutores formados em IES Brasileiras com CV-Lattes

Ano de Obtenção de grau	UFBA	UFRJ	UMESP	UNICAMP	USP	Total
1990					02	02
1991					05	05
1992					08	08
1993					03	03
1994					06	06
1995		01			04	05
1996		07			02	09
1997		09			03	12
1998	01	08	02		05	16
1999	04	12	01		05	22
2000		09	03	01	07	20
s/ano	01	02			01	03
Total	06	48	06	01	51	112

Dentro do universo levantado, de 164 doutores-pesquisadores, chegamos ao total de 112 currículos cadastrados na Plataforma Lattes, que representam 68,29% dos Doutores formados em Comunicação, na soma de todos os PPG em Comunicação, inscritos em algum momento de sua atividade em pesquisa, nos últimos 5 anos – recordarmos que o CV-Lattes funciona efetivamente após 1999⁴⁹. Esse percentual indica a relevância atribuída ao

⁴⁹ Cf. Segundo do site da Plataforma Lattes: “Entre 1998 e 1999, o CNPq realizou levantamento junto à comunidade de consultores *ad hoc* visando estabelecer um modelo de currículo que atendesse tanto às suas necessidades de operação de fomento como de planejamento e gestão em C&T. Além disso, o grupo de desenvolvimento – Grupo Stela da UFSC – incluiu no formulário eletrônico diversas funcionalidades há muito solicitadas pela comunidade científica, tais como relatórios configuráveis, saída para outras fontes, indicadores de produção, dicionários individualizados, importação dos dados preenchidos em outros sistemas de currículos, etc. Entre março e abril de 1999, 140 dos 400 consultores que responderam à pesquisa avaliaram o primeiro protótipo do currículo Lattes (à época denominado CV-Genos). A avaliação geral alcançou 4.5 em escala de 0 - péssimo a 5 –

sistema de informação curricular pelos programas, dada a crescente necessidade prática de tal cadastramento para os pesquisadores que pretendem efetivamente trabalhar com a formação de recursos humanos, pós-graduados e com a produção científica, sobretudo, por meio de financiamento público. Deste modo, 37, 21% dos doutores formados não parece possuir interesse imediato no relacionamento com o sistema nacional de formação e produção científico-tecnológico.

Tabela 3.2

Cadastramento de doutores formados na Plataforma de CV-Lattes

Universidades	Formados	CV-Lattes	Percentual
UFBA	08	06	75,00%
UFRJ	85	48	56,47 %
UMESP	06	06	100,00 %
UNICAMP	01	01	100,00 %
USP	63	51	80,45 %
Total	164	112	68,29 %

No quadro acima, verificamos que, embora a maioria dos doutores tenham o CV-Lattes, um percentual considerável não efetuou o cadastramento na Plataforma Lattes. Uma vez que, partir de 2002 a divulgação institucional da produção se tornou obrigatória para à participação de grupo de pesquisa do CNPq e para a solicitação de financiamento, podemos concluir que parcela expressiva dos doutores-pesquisadores não incluídos em projetos e programas ligados ao MCT, MEC e fundações estaduais de apóio a pesquisa.

excelente (.). Em maio de 1999, CNPq e Capes acordaram completa compatibilização do novo currículo do CNPq com os dados de pós-graduação, sob a ótica dos indivíduos de um Programa (pesquisadores, docentes ou discentes). O encontro entre as agências resultou na modificação do protótipo, que se transformou no Sistema de Currículos Lattes e foi lançado a 16 de agosto de 1999.” Extraído de [<http://lattes.cnpq.br/curriculo/historico.jsp>], em 01 fevereiro de 2004.

Tabela 3.3

Doutores formados em IES Brasileiras com CV-Lattes

	Frequência	Percentual	Percentual Cumulativo
USP	51	45,5	45,5 %
UFRJ	48	42,9	88,4 %
UFBA	06	5,4	93,8 %
UMESP	06	5,4	99,1 %
UNICAMP	01	0,9	100,0 %
Total	112	100,0 %	

Mesmo em uma análise individual de cada programa sobre o percentual de cadastramento no sistema de informação curricular dos doutores-pesquisadores formados no período do trabalho, chegamos a um patamar mínimo de 56,47 % de inscrições na Escola de Comunicação da UFRJ. Um dado relevante do levantamento consiste que, levando em consideração somente as duas maiores escolas de formação de doutores em comunicação do Brasil, a Escola de Comunicação e Artes da USP e a Escola de Comunicação da UFRJ, essas duas instituições representam 90,24 % dos doutores levantados e 88,40 % dos doutores com CV-Lattes. Na análise do percentual de cadastramento no CV-Lattes, no Brasil, de formados nas principais instituições de formação de Doutores em Comunicação, os dados revelam que 66,09 % dos doutores se cadastraram na Plataforma Lattes.

As instituições novas (UFBA, UMESP e UNICAMP) expressam percentual de cadastramentos superiores às tradicionais (USP E UFRJ), sobretudo ao percentual da UFRJ. Muito provavelmente, esse resultado está relacionado com a política de “pressão” da CAPES e do MCT para cadastramento de doutores e expressa a importância que as agências federais e estaduais, assim como as fundações de fomento, destinam ao cadastramento curricular no sistema nacional de C&Ti, em interação com a “vontade” dos novos de obterem reconhecimento pelo sistema de avaliação e financiamentos.

A concentração e a supremacia numérica de doutores da ECO / UFRJ e da ECA / USP refletem a importância histórica dessas instituições na formação e qualificação de professores e pesquisadores em comunicação no

Brasil, assim como, por outro lado, é um reflexo do pioneirismo em promover cursos de pós-graduação de Mestrado e Doutorado. Ambas iniciaram seus programas de PPG ainda na década de 70, especificamente no ano de 1972, e já ofereciam o curso de doutorado no início da década de 1990.

Ao contrário do senso comum, as estatísticas refletem uma paridade entre homens e mulheres na formação de doutores-pesquisadores, o que provavelmente acontece na produção científica em comunicação. Se, em muitas áreas, os homens ainda detêm a maior parte das vagas de doutorado e de pesquisa, alguns especialistas mostram que a tendência deve ser revertida em breve⁵⁰. Na análise de gênero em nosso trabalho, encontramos 49,1% de mulheres e 50,9% de homens cadastrados na plataforma Lattes.

Tabela 4.1
Doutores formados em IES Brasileiras por Gênero

	Frequência	Percentual	
Masculino	57	50,9	
Feminino	55	49,1	
Total	112	100,0	

⁵⁰ Cf. Segundo Roberta Jansen, “As mulheres chegaram ao século XXI com escolaridade superior à dos homens. As estatísticas se refletem no aumento da participação feminina na produção científica nacional: elas já são maioria nos cursos de graduação e no mestrado. Se os homens ainda detêm a maior parte das vagas de doutorado e de pesquisa, especialistas mostram que a tendência deve ser revertida em breve e que a feminilização da ciência no Brasil é uma questão de tempo” (.) a pesquisadora ainda oferece alguns dados dessa transformação: “Na graduação: Em 98, as mulheres representavam 53,9% dos formandos que fizeram o provão. Em 2002, este número saltou para 66%. Elas são 52% das pessoas com diploma superior no Brasil. Nos cursos: Em 2002, as mulheres eram 94,5% dos formandos em pedagogia, 89,2% em psicologia, 89,1% em enfermagem e 86,7% em letras. Entretanto, representavam apenas 4,5% na engenharia mecânica, 27,5% na física e 29,2% na agronomia. Na pós-graduação: Desde 95, as mulheres receberam a maioria (52,8%) das bolsas de iniciação científica e, desde 98, as de mestrado (52,1%). Os homens ainda são maioria no recebimento de bolsas de pesquisa (pós-doutorado e produtividade): 69,5%.” Extraído de [<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detail.jsp?id=14598>], em 01 de abril de 2004.

Tabela 4.2
Doutores formados em IES Brasileiras por Gênero

Sexo	IES	Ano de obtenção											
		1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	s/data
feminino	UFRJ							4	8	4	5	5	1
	UFBA										2		
	UMESP									1	1		
	USP		2	4	3	2	1	2	2	2	2	3	1
	Total		2	4	3	2	1	6	10	7	10	8	2
masculino	UFRJ						1	3	1	4	8	4	
	UFBA									1	2		1
	UMESP									1		3	
	UNICAMP											1	
	USP	2	3	4		4	3		1	3	3	4	
	Total	2	3	4		4	4	3	2	9	13	12	1

2.5 - Atuação Profissional

Em artigo, o jornalista Marcelo Leite escreve sobre a “moda”, entre os administradores de CT&I, de enfatizar uma simples relação entre a formação de recursos humanos especializados, em outras palavras para nosso trabalho, a formação de doutores, com o PIB dos países, fato que pode configurar o resultado de uma política científica eficaz e desenvolvida. Como exemplo, ressalta o argumento, constantemente usado por esses administradores, que determinam como “indicador de excelência e maturidade da pesquisa brasileira a formação de 6.000 doutores por ano (.) [Parecendo ser um resultado] razoável, perto de 40 mil Ph.Ds diplomados a cada ano nos EUA, país com um PIB quase oito vezes maior - calculado pelo critério do poder de compra das respectivas moedas” ⁵¹.

Entretanto, segundo Leite, existe um outro *ângulo* para essa mesma questão: a inserção desses doutores no mercado de trabalho. Argumenta que a “produção de 6.000 doutores anuais pode ser excessiva”, uma vez que “parece [não] haver postos de trabalho bastantes para tantos doutores, no Brasil, como

⁵¹ Marcelo Leite é editor de Ciência da 'Folha de SP', onde foi publicado este artigo. Extraído em [<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detailhe.jsp?id=14968>], em 23 de junho de 2004.

se o país não precisasse de pessoas com treinamento acadêmico qualificado para pensar e formular seus rumos⁵². Continua seu argumento ressaltando que “obviamente há necessidade, sim, de gente bem formada e informada. O que não há, em primeiro lugar, são verbas para abrir concursos nas universidades públicas”⁵³.

Segundo Lovisolo⁵⁴ o maior mecanismo de pressão para o aumento da formação em pós-graduação no Brasil é a própria promulgação da LDB⁵⁵, que institui patamares mínimos de titulação para o corpo docente como normas legais para o reconhecimento das IES públicas e privadas como universidades. O que de certo modo, afasta o vínculo da formação do pesquisador (mestre e doutor) e a produção do conhecimento científico. Conforme o autor, o aumento do número de doutores nas universidades privadas foi um reflexo na necessidade legal para a permanência da IES como universidade e não por um surto de investimento na pesquisa. Embora as universidades públicas sejam as principais instituições de formação dos doutores as IES privadas se tornaram, na década de 1990, o principal mercado de trabalho.

Novamente ressalta Leite, que a inserção em instituições públicas é dificultada pelo pequeno número de concursos, resultando em uma crescente defasagem de professores e pesquisadores nas instituições públicas. Fato que

⁵² Opus cit.

⁵³ Ibidem, Ibid.

⁵⁴ Opus cit. Lovisolo, H., p.172 -173.

⁵⁵ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação define as diretrizes da política e do planejamento educacionais do País. Ela tem por finalidade ajustar os princípios enunciados na Constituição Federal para a sua aplicação a situações reais que envolvem várias questões, entre elas: o funcionamento das redes escolares, a formação de especialistas e docentes, as condições de matrícula, aproveitamento da aprendizagem e promoção de alunos, os recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos para o desenvolvimento do ensino, a participação do poder público e da iniciativa particular no esforço educacional, a superior administração dos sistemas de ensino e as peculiaridades que caracterizam a ação didática nas diversas regiões do país. Considerando a multiplicidade de realidades do país, a LDB é uma lei indicativa e não resolutiva das questões do dia-a-dia. Portanto, trata das questões da educação de forma generalizada e sintética, sendo o detalhamento do funcionamento do sistema objeto de decretos, pareceres, resoluções e portarias. (Cf. Anexo 1)

não pode ser caracterizado, da mesma forma, para as IES privadas, uma vez que existe um crescimento na contratação de mestres e doutores para o ensino⁵⁶. Um outro fator que contribui para o “fomento ao desemprego doutorado [aparecendo na] diagnosticada e nunca remediada incapacidade do setor privado nacional de criar a tal inovação”⁵⁷.

Nesse sentido, a análise dos endereços profissionais dos doutores-pesquisadores em nosso trabalho pode identificar a inserção profissional principal atual - uma vez que a plataforma curricular torna necessário o cadastramento de um endereço institucional, embora possibilite também a inserção de toda a atuação profissional do mesmo – no cenário público e em setores privados.

Tabela 5.1
Endereço Profissional Principal

	Frequência	Percentual	Percentual Cumulativo
Sem endereço Profissional	7	6,3	6,3
Universidade Federal do Rio de Janeiro	12	10,7	17,0
Universidade Federal Fluminense	7	6,3	23,3
Universidade de São Paulo	7	6,3	29,5
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	7	6,3	35,8
Universidade Federal da Bahia	6	5,4	41,1
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	6	5,4	46,4
Universidade Federal de Minas Gerais	4	3,6	50,0
Universidade Federal de Juiz de Fora	3	2,7	52,7
Universidade Estadual de Londrina	3	2,7	55,4
Universidade Metodista de São Paulo	3	2,7	58,0
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2	1,8	59,8
Universidade do Rio de Janeiro	2	1,8	61,6
Universidade Federal de Viçosa	2	1,8	63,4
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	2	1,8	65,2
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	2	1,8	67,0
Faculdade de Comunicação Social Casper Líbero	2	1,8	68,8
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	2	1,8	70,5
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	2	1,8	72,3
Universidade Federal do Paraná	2	1,8	74,1
Outras instituições (1 ocorrência)	29	25,9	100,00

⁵⁶ Ibidem, Ibid.

⁵⁷ Opus cit. Leite, M.

Total	112	100,0
--------------	------------	--------------

Dos 164 doutores inicialmente levantados no estudo, 112 doutores estão cadastrados na Plataforma Lattes. No levantamento do principal endereço profissional por eles divulgado, chegamos a 48 instituições para 105 doutores. Logo, no universo dos 164 doutores inicialmente levantados, de 59 doutores formados, percentualmente 35,97%, não temos como obter informações de sua principal atividade profissional atual. Entre os cadastrados no CV-Lattes, esse percentual diminui para 6,3% (07 doutores) que não têm ou não querem informar uma principal instituição de trabalho. Em termos conjecturais, podemos levar ainda em consideração o possível número de doutores que exercem suas atividades profissionais fora da pesquisa, fora do país, que estejam desempregados ou não exerçam nenhuma atividade. (Cf. Anexo 4)

Tabela 5.2
Endereço Profissional Principal

	Frequência	Percentual
Universidades	89	79,5
Sem endereço	7	6,3
Pontifícia	6	5,4
Institutos	3	2,7
Faculdades	2	1,8
Órgãos Públicos	2	1,8
Ministérios	1	,9
Centros Universitários	1	,9
Fundações	1	,9
Total	112	100,0

Tabela 5.3
Endereço Profissional Principal
Natureza da Instituição (Pública / Privada)

	Frequência	Percentual
Público	74	66,1
Privado	31	27,7
Sem endereço Profissional	7	06,3
Total	112	100,0

Na tabela 5.2 os dados indicam que 87,5 % dos doutores pesquisados informaram que trabalham em IES que tem atividade de pesquisa (estipulamos as universidades, pontifícias e os institutos) e que 6,25% em instituições que normalmente não exercem atividades em pesquisa. Em seguida, na tabela 5.3, encontramos a natureza “pública” na maioria dos endereços profissionais, o que identifica uma preferência na divulgação no CV-Lattes dos vínculos profissionais de caráter público, uma vez que somente 10,0% dos doutores pesquisados exercem somente uma atividade profissional no período atual. Nos dados, 90% dos CV-Lattes levantados indicam mais de uma atividade profissional exercida no ano da última atualização.

Tabela 4.2
Doutores formados por Estado da IES

	Frequência	Percentual
São Paulo	58	51,7
Rio de Janeiro	48	42,9
Bahia	6	5,4
Total	112	100,0

Entre os 105 doutores com pelo menos uma atividade profissional divulgada, percebemos uma concentração em instituições públicas estabelecidas na região sudeste do país.

Na natureza institucional das atividades profissionais, obtivemos 66,1% de caráter público e 27,7% de caráter privado, levando em consideração os doutores com CV-Lattes que não divulgaram nenhum endereço profissional. O percentual aumentaria para 70,47% para públicas e 29,53% para privadas se fossem considerados somente aqueles que divulgaram o endereço profissional.

Quanto à distribuição desses doutores pelas regiões do país, encontramos uma concentração de atividades principais na mesma região do local de concentração das escolas que formam doutores em comunicação, fato até certo ponto esperado, o que indica um possível recrutamento endogâmico dos programas.

Tabela 5
Endereço Profissional Principal
Localização Regional da Instituição / Doutores

	Freqüência	Percentual	Percentual Cumulativo
Sem endereço Profissional	7	6,3	6,3
RJ - Brasil	35	31,3	37,7
SP - Brasil	27	24,1	61,7
MG - Brasil	11	9,8	71,5
RS - Brasil	10	8,9	80,4
BA - Brasil	8	7,1	87,5
PR - Brasil	6	5,4	92,9
RN - Brasil	1	0,9	93,8
SC - Brasil	1	0,9	94,6
GO - Brasil	1	0,9	95,5
ES - Brasil	1	0,9	96,4
DF - Brasil	1	0,9	97,3
CE - Brasil	1	0,9	98,2
SE - Brasil	1	0,9	99,1
PE - Brasil	1	0,9	100,0
Total	112	100,0	

Com relação ao endereço profissional principal, o Sudeste concentra 66,1% dos doutores-pesquisadores formados em comunicação levantados na pesquisa (em termos numéricos, 74 doutores), seguido pela região Sul, com 15,2% (17 doutores), da região nordeste, com 10,7% (12 doutores), e da região Centro-Oeste, com 1,8% (2 doutores).

2.6 - Formação no doutorado

Com o objetivo de fomentar a formação de recursos humanos pós-graduados, algumas instituições federais, governos ou fundações estaduais, ou os próprios programas de pós-graduação, oferecem bolsas de estudos para alunos de mestrado e doutorado. A aquisição da bolsa pressupõe dedicação exclusiva ao curso e à pesquisa. O bolsista deve ter potencial como pesquisador, um excelente histórico escolar e concluir no prazo normal

(mínimo) a tese ou dissertação defendida. Além disso, não pode ter vínculo empregatício nem poderá receber, durante toda a vigência da bolsa, bolsa de outra entidade, salário ou remuneração decorrente do exercício de atividades de qualquer natureza, podendo desenvolver atividades didáticas de qualquer natureza, na instituição em que está matriculado.

O CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, destacam-se entre os órgãos de concessão de bolsas para cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Embora estabeleçam inúmeros critérios na seleção, qualificação e defesa do bolsista⁵⁸, e ficando sua manutenção condicionada à avaliação do desempenho acadêmico do pós-graduando, o tempo de duração máximo do bolsista se configura em uma das preocupações principais para o programa de pós-graduação. Concedidas pelo prazo de um ano, as bolsas de doutorado e mestrado têm a duração máxima de 48 (quarenta e oito) e 24 (vinte quatro) meses, respectivamente, *improrrogáveis*, tanto para as bolsas da CAPES como para as do CNPq.

A rigidez dos prazos de conclusão está diretamente ligada com os critérios de avaliação estabelecidos pela CAPES – responsável pelo oferecimento de subsídios ao Ministério da Educação na formulação das políticas de pós-graduação. Com o objetivo de coordenar a formação de recursos humanos altamente qualificados para a docência em grau superior, para a pesquisa e para o atendimento da demanda profissional dos setores públicos e privados, a CAPES estipula critérios de avaliação das atividades

⁵⁸ Cf. Podemos ressaltar como principais a dedicação integral às atividades acadêmicas de seu programa de pós-graduação; comprovação de que não recebe rendimentos de qualquer natureza e, se possuir vínculo empregatício, estar liberado, sem vencimentos, das atividades profissionais; fixação de residência na localidade onde se realiza o curso; não acumular bolsa de outro programa, ou de outra agência de fomento e de organismos nacionais e internacionais; não ser funcionário ou servidor, docente, pesquisador ou técnico, da instituição onde se realiza a pós-graduação; não se encontrar aposentado ou em situação equiparada; contar, no momento da concessão da bolsa, com, pelo menos, 20 anos, no caso de bolsa de mestrado, ou 24 anos, no caso de bolsa de doutorado, para integralizar o tempo legalmente fixado para obtenção de sua aposentadoria por tempo de serviço, entre outros. Para maiores informações: [<http://www.capes.gov.br/>] e [<http://www.cnpq.br/>].

institucionais do programa, entre estas a produção e formação do discente e docente. Um dos critérios diretamente relacionados ao aluno dos programas determina que “A média da duração da titulação discente não deve ultrapassar 30 meses para o mestrado e 50 meses para o doutorado. Para fins de qualificação da excelência, considerar-se-á apenas o tempo médio de titulação, desprezando-se os índices do tempo médio de titulação de bolsistas, tempo médio de bolsa e tempos médios de titulação de bolsistas em relação ao tempo médio de titulação de não bolsistas.”⁵⁹

Tabela 6.1
Bolsistas de Programas de Apoio e Fomento

	Frequência	Percentual	
Sem bolsa ou não informaram	51	45,5	
CAPES	38	33,9	
CNPQ	18	16,1	
UMESP	2	1,8	
USP	2	1,8	
FAPERJ	1	0,9	
Total	112	100,0	

Em nosso levantamento, 45,5% dos doutores não informaram se foram bolsistas ou se não receberam nenhum tipo de apoio institucional dos programas de pós-graduação. A CAPES, com 33,9% (38 doutores), e o CNPq, com 16,1% (18 doutores), foram os principais fomentadores dos doutorados. A UMESp e a USP ofereceram, cada uma, duas bolsas (3,6% na soma de ambas)⁶⁰, e a FAPERJ – Fundação de Apoio a Pesquisa do Estado do Rio de

⁵⁹ Cf. Critérios de Avaliação da CAPES, no ano de 2004, para as áreas de conhecimento da Comunicação e Ciência da Informação. Extraído de [http://www.capes.gov.br DistribuicaoArquivos/Avaliacao/Arquivos/001_2003/Criterio/Comunicacao_CienciadaInformacao .pdf], em 20 de março de 2004. (Cf. Anexo 3)

⁶⁰ Cf. Muito provavelmente as instituições paulistas tiveram o apoio da FAPESP- A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo foi instituída em 1962, com o objetivo de "apoiar a contribuição da universidade para a vitória das forças democráticas, por meio da pesquisa e de programas de treinamento". Atualmente a Fundação é uma das "principais agências de fomento à pesquisa científica e tecnológica do país. Está ligada à Secretaria de

Janeiro⁶¹ - aparece com um percentual de 0,9% (uma bolsa de doutorado). Logo, no mínimo 54,5% dos doutores tiveram, em parcela ou integralmente, durante seu período de formação, bolsa de doutorado.

Tabela 6.2

Natureza profissional dos bolsistas

	Frequência	Percentual
Públicas	32	52,4
Particulares	25	41,0
S/endiço	4	6,6
Total	61	100,0

Entretanto, quase a metade dos doutores não teve bolsa de estudos em seu doutoramento, o que em termos práticos impossibilita a total concentração de tempo e de esforço intelectual na tese. e colocarmos em termos a natureza profissional principal dos bolsistas, 52,4% trabalham em instituições públicas e 41,0% em instituições privadas.

Tabela 6.1

Anos necessários para a formação dos doutores em IES Brasileiras

Anos de Formação	Frequencia	Percentual	Percentual Cumulativo
1	2	1,8	1,8
2	7	6,3	8,2
3	13	11,6	20,0
4	31	27,7	48,2
5	35	31,3	80,0
6	18	16,1	96,4
7	3	2,7	99,1
8	1	,9	100,0

Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo". Extraído de [http://www.fapesp.br], em 02 de maio de 2004.

⁶¹ Cf. A Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ foi criada pelo Decreto No. 3.290, de 26 de junho de 1980. Com a finalidade de "promover, financiar e apoiar programas e projetos de pesquisa individuais ou institucionais, bem como colaborar, inclusive financeiramente, no reforço, modernização e criação da infraestrutura necessária para o desenvolvimento de projetos de pesquisas realizados em instituições públicas ou privadas no Estado do Rio de Janeiro, com ou sem retorno financeiro".Extraído de [http://www.faperj.br], em 01 de maio de 2004.

Total	110	98,2	
Não informam ano de início do doutorado	2	1,8	

Tabela 6.2

Anos necessários para a formação dos doutores em IES Brasileiras
Estatísticas - Tempo de Duração do Doutorado

Media	4,45
Mediana	5,00
Desvio Padrão	1,359
Variância	1,846
Anos Mínimos	0
Anos Máximos	8

Na tabela 6.2 obtemos uma média geral de 4,45 anos para doutorado, com um desvio padrão e uma margem de variância são muito parecidos, desde modo temos um tempo de doutorado bastante esperado, em torno de quatro a seis anos para a obtenção de título, com um período mínimo de 12 meses e o máximo de 96 meses.

Tabela 6.3

Tempo de Doutorado para não Bolsistas

	Frequência	Percentual	Percentual Cumulativo	
0	2	3,9	3,9	
2	6	11,8	15,7	
3	9	17,6	33,3	
4	7	13,7	47,0	
5	14	27,5	74,5	
6	9	17,6	92,1	
7	1	2,0	94,1	
8	1	2,0	100,0	

N	Válidos	49	
Media		4,20	
Desvio padrão		1,70	
Variância		2,87	
Mínimo		1	
Máximo		8	

Tabela 6.3
Tempo de Doutorado de Bolsistas

	Frequencia	Percentual
2	1	1,6
3	4	6,6
4	24	39,3
5	21	34,4
6	9	14,8
7	2	3,3
Total	61	100,0

N	Validos	61
Média		4,64
Desvio padrão		0,98
Variância		0,97
Minimo		2
Máximo		7

As tabelas demonstram que o tempo de duração de bolsistas e não bolsistas são semelhante, apenas a variância menor indica uma concentração em torno da média nos bolsistas. Nos dados, 24 não-bolsistas se formaram em quatro anos (47,06% dos não-bolsistas), enquanto 29 bolsistas se formaram em até quatro anos (47,54% dos bolsistas).

Embora a média dos não-bolsistas (4,2 anos) tenha sido menor do que a média dos bolsistas (4,64 anos), o maior desvio padrão e o percentual de variância dos primeiros identificam uma dispersão maior da distribuição. Em números, 73,7 % dos doutores bolsistas concluíram o curso entre quatro e cinco anos e somente 18,1 % em até sete anos; entre os não bolsistas, 41, 2% tiveram o tempo de conclusão entre quatro e cinco anos e 21,6 % em até oito anos de duração.

Como esperávamos, existe um percentual muito próximo entre os que informaram serem bolsistas no doutorado (54,4% / 61 bolsista) e o número de

formados em até 48 meses (48,2% / 53 doutores) – se considerarmos o desvio padrão, esses números tornam-se ainda mais próximos de uma equivalência. Na tabela 6.3, percebemos um percentual muito inconstante, na primeira metade da década de 1990, do percentual de doutores que conseguiram formar-se em até 48 meses. A partir de 1996, quando somente 33,4% dos doutores se formaram em até 48 meses, percebemos um progressivo e constante aumento de doutoramento dentro do prazo ideal das agências de fomento, chegando a 60,0% no ano de 2000. Assim, os programas parecem ter respondido positivamente às diretrizes da política de pós-graduação.

Tabela 6.3

Anos necessários para a formação dos doutores em IES Brasileiras
Estatístico - Tempo de Duração do Doutorado

		Tempo de Duração do Doutorado (em anos)								Formados em até 48 meses		Total
		1	2	3	4	5	6	7	8	número	%	
Ano de obtenção	1990				1	1				1	50,0	2
	1991	1	1	2	1					5	100	5
	1992	1	1			4	1			2	28,6	7
	1993					3				2	66,7	3
	1994				2	3	1			2	33,4	6
	1995			1	2	1	1			3	60,0	5
	1996			1	2	2	3	1		3	33,4	9
	1997			2	2	6	2			4	33,4	12
	1998		2	2	4	2	4	1	1	8	50,0	16
	1999		1	3	9	5	4	1		13	56,5	23
	2000		2	2	8	8				12	60,0	20
Sem data										2		2
Total		2	7	13	31	35	18	3	1			112

2.7 - Características da produção

No cadastramento do doutorado, existem algumas características específicas de cada tese, classificadas dentro de campos chamados de Palavras-Chaves, Área de Conhecimento e Setor de Atividade, que se prestam

ao registro das sub-áreas⁶² de conhecimento, às quais vinculam-se a formação acadêmica, as linhas de pesquisa e a produção do cadastrados. Contudo, apesar da diversidade e da natureza interdisciplinar da disciplina Comunicação, é possível contemplar um número indefinido de assuntos ou temas relativos – o levantamento das palavras-chaves encontrou algumas ocorrências constantes ou em um grande número de doutores-pesquisadores. Optamos, na tabela 7, por demonstrar somente as palavras-chaves com o mínimo de três ocorrências. No Anexo nº. 5 demonstramos todas as ocorrências encontradas.

Tabela 7
Ocorrências das palavras-chaves nas teses de doutorado da área de
Comunicação

Palavras Chaves do Doutorado			
	Frequência	Percentual	Percentual Cumulativo
Comunicação	27	6,84	6,84
Cultura	6	1,52	8,35
Filosofia	4	1,01	9,37
Cinema	4	1,01	10,38
Imprensa	3	0,76	11,14
Jornalismo	3	0,76	11,90
Novas Tecnologias	3	0,76	12,66
Teoria da Comunicação	3	0,76	13,42
Psicologia Social	3	0,76	14,18
Ética	3	0,76	14,94
Discurso	3	0,76	15,70

⁶² Cf. A classificação das Áreas do Conhecimento tem finalidade eminentemente prática, objetivando proporcionar aos órgãos que atuam em ciência e tecnologia uma maneira ágil e funcional de agregar suas informações. A classificação permite, primordialmente, sistematizar informações sobre o desenvolvimento científico o tecnológico, especialmente aquelas concernentes aos projetos de pesquisa o recursos humanos. A versão apresentada pela Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) classifica 9 grandes áreas de conhecimento (Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes e Outros), existindo 187 sub-áreas em Ciências Sociais Aplicadas (entre elas, administração, arquitetura, urbanismo, ciência da informação, comunicação, demografia, desenho industrial, direito, economia, planejamento urbano, serviço social, turismo). Para maiores detalhes: [http://www.cnpq.br/areas/tab_conhecimento/6.htm]

Identidade Nacional	3	0,76	16,46
Comunicação Sindical	3	0,76	17,22
Educação	3	0,76	17,97
Outros	324	82,03	
Total	395	100,00	100,00

Excetuando o primeiro e, em certa medida, o segundo lugar em número de ocorrências, e levando em consideração a própria natureza polissêmica das palavras “Comunicação” e “Cultura”, percebemos uma grande diversidade de referências encontradas. As palavras-chaves “Filosofia” e “Cinema” aparecem em terceiro lugar, ambas com quatro ocorrências; seguidas por dez palavras-chaves com três ocorrências; 37 palavras-chaves com duas ocorrências e 250 palavras-chaves com uma ocorrência.

Em um total geral, encontramos, nos 112 doutorados, 301 palavras-chaves diferentes. Nas ocorrências das áreas de conhecimento e setor de atividade, naturalmente a diversidade de ocorrências diminuiu. Entretanto, 25 doutores (22,32%) não indicaram nenhuma área de conhecimento e 46 doutores (41,07%) não indicaram nenhum setor de atividade. Desde modo, um quadro complexo é demonstrado onde a ampla dispersão poderia ser entendida como falta de consenso sobre aquilo que a área pesquisa ou mero resultado de uma tendência para especificar o diferencial do trabalho.

De modo geral apostamos na primeira hipótese tendo em vista a histórica discussão epistemológica do objeto de estudo da Comunicação. Nos dados verificamos que, mesmo entre os profissionais formados no estudo da disciplina na última década, não há um consenso ou pelo menos uma área predominante nos os objetos e/ou estudos dos doutorados - mesmo com o número pequeno de escolas e com a concentração absoluta da ECA e ECO na formação de doutores na década de 1990.

Tabela 8
Ocorrências das Áreas de Conhecimento nas Teses de Doutorado

Áreas de Conhecimento do Doutorado			
	Freqüência	Percentual	Percentual Cumulativo
Teoria da Comunicação	16	9,94	9,94
Comunicação	15	9,32	19,25
Jornalismo Especializado	5	3,11	22,36
Ciência da Informação	5	3,11	25,47
Comunicação e Cultura	4	2,48	27,95
Educação	3	1,86	29,81
Crítica da Arte	3	1,86	31,68
Cinema	3	1,86	33,54
Rádiodifusão	3	1,86	35,40
Filosofia	2	1,24	36,65
Relações Públicas e Propaganda	2	1,24	37,89
Relações Públicas e Turismo	2	1,24	39,13
Literatura Comparada	2	1,24	40,37
Processos da Comunicação	2	1,24	41,61
História do Brasil	2	1,24	42,86
Fundamentos e Crítica das Artes	2	1,24	44,10
Estados Subjetivos e Emoção	2	1,24	45,34
Antropologia	2	1,24	46,58
Teoria Geral da Informação	2	1,24	47,83
Outros	84	52,17	100,00

Nas Áreas de Conhecimento das teses, destacamos a concentração, em medida esperada, na Teoria da Comunicação e na Comunicação, seguida pelo Jornalismo Especializado e Ciência da Informação – área em crescimento nos últimos anos. No anexo nº. 6, encontramos 102 áreas de conhecimento classificadas como referências para os 87 doutorados, com pelo menos uma indicação. Lembramos que 25 doutores não indicaram nenhuma área de conhecimento. No Setor de Atividade (tabela 9, abaixo), entre os 66 doutores que indicaram algum setor de atividade de sua tese, a maioria (51,0%) teve como ocorrência “Produtos e Serviços Recreativos, Culturais, Artísticos e Desportivos” e setores da Educação. No total, levantamos 19 ocorrências nessa variável, somando-se 5 ocorrências classificadas como “Outros Setores”. (Cf. Anexo nº. 7)

Tabela 9
Ocorrências do Setor de Atividade nas Teses de Doutorado

Setor de atividades do doutorado			
	Frequência	Percentual	Percentual Cumulativo
Produtos e Serviços Recreativos, Culturais, Artísticos e Desportivos	28	29,2	29,2
Educação	21	21,9	51,0
Educação Superior	9	9,4	60,4
Informação e Gestão C&T	5	5,2	65,6
Edição	5	5,2	70,8
Outros setores	5	5,2	76,0
Desenvolvimento Rural	3	3,1	79,2
Reprodução e Gravação Industriais de Jornais	3	3,1	82,3
Impressão	3	3,1	85,4
Mercado de Trabalho	3	3,1	88,5
Informática	2	2,1	90,6
Assessoria e Consultoria às Empresas	1	1,0	91,7
Especializado (Comunitário, Rural, Empresarial, Científico)	1	1,0	92,7
Crítica	1	1,0	93,8
Ética do Jornalismo	1	1,0	94,8
Qualidade e Produtividade	1	1,0	95,8
Equipamentos de Telecomunicação	1	1,0	96,9
Formação permanente	1	1,0	97,9
Planejamento e Gestão das Cidades, Inclusive Política e Planejamento Habitacionais	1	1,0	99,0
Desenvolvimento Urbano	1	1,0	100,0

2.8 – Universidades e Pós-Graduação

No estudo intitulado de “Tradições e Contradições da Pós-Graduação no Brasil”, de Cássio Miranda dos Santos⁶³, o autor discute o caráter dependente dos cursos de mestrado, no tocante à produção científica e à forte influência do modelo norte-americano de pós-graduação na estruturação do modelo brasileiro. Segundo Santos, “As duas tendências mais fortes que

⁶³ SANTOS, Cássio Miranda. Tradições e Contradições da Pós-Graduação no Brasil, In: Revista Educação e Sociedade. Campinas, vol. 24, n. 83, p. 627-641, agosto 2003. Extraído de [http://www.sbrqrio.sbrq.org.br/download], em 30 de maio de 2004.

marcaram a pós-graduação brasileira foram a européia (principalmente na USP) e a norte-americana (ITA, Universidade Federal de Viçosa e Universidade Federal do Rio de Janeiro), sendo esta última a que deixou as principais marcas.”⁶⁴.

Com a reforma universitária de 1968, as universidades sofreram uma reformulação e passaram a se organizar com bases em departamentos, reunidos em unidades, associando a pesquisa ao ensino e à extensão. A lei 5.549/68 implantou os cursos de pós-graduação, com os seguintes objetivos: “formar professores para o ensino superior; preparar pessoal de alta qualificação para empresas públicas e privadas; estimular estudos e pesquisas que sirvam ao desenvolvimento do país”⁶⁵. Entretanto, somente com o Parecer 977 dos Conselhos Federais de Educação, que estabelecia a pós-graduação conforme o modelo norte-americano, foi implantado formalmente o curso de pós-graduação no Brasil. Na pós-graduação *stricto sensu* foram estabelecidos dois níveis independentes e sem relação de pré-requisitos entre o primeiro e o segundo (mestrado e doutorado). A primeira parte dos cursos seria destinada a aulas, sendo a segunda parte voltada para a confecção do trabalho científico de conclusão (dissertação ou tese). Assim, os currículos são compostos, conforme o modelo norte-americano, com áreas de concentração e “matérias conexas”⁶⁶.

Embora independentes entre si, tornou-se uma prática da formação do pesquisador a conclusão de um curso de mestrado antes da inscrição em um curso de doutorado. Nos últimos anos, um dos critérios de seleção para a candidatura ao doutorado se formalizou na apresentação da dissertação de mestrado para a banca de seleção. Em nosso levantamento, 108 doutores em Comunicação informaram a realização de um curso de mestrado antes da realização do doutorado e quadro doutores (3,5%) não informaram ou não fizeram nenhum curso de pós-graduação em nível de mestrado antes.

⁶⁴ Opus cit., p. 636

⁶⁵ Ibidem, Ibid, p. 637

⁶⁶ Ibidem, Ibid, p. 368.

Tabela 10
Ocorrências de titulação de Mestrado

Titulação de Mestrado		
	Freqüência	Percentual
Mestrado em Comunicação	64	59,3
Mestrado em Educação	6	5,6
Mestrado	6	5,6
Mestrado em Psicologia Social	5	4,6
Mestrado em Administração	3	2,8
Mestrado em Extensão Rural	3	2,8
Mestrado em Biblioteconomia	2	1,9
Mestrado em Ciência da Informação	2	1,9
Mestrado em Sociologia	2	1,9
Mestrado em História	2	1,9
Mestrado em Filosofia	2	1,9
Mestrado em Letras e Lingüística	1	,9
Mestrado em Analyse Regionale Et Amenagement	1	,9
Mestrado em Antropologia Social	1	,9
Mestrado em Artes	1	,9
Mestrado em Letras	1	,9
Mestrado em Enfermagem Médico Cirúrgica	1	,9
Mestrado em Ciência Política	1	,9
Mestrado em Ciências Sociais	1	,9
Mestrado em Economia Rural	1	,9
Mestrado em Planejamento Urbano e Regional	1	,9
Mestrado em Língua Portuguesa	1	,9
Total	108	100,0

Tabela 9
Ocorrências de titulação de Mestrado por
Grande Área de Conhecimento

Titulação Mestrado		
	Freqüência	Percentual
Ciências Sociais Aplicadas	73	67,7
Ciências Humanas	20	18,6
Mestrado (sem área de conhecimento)	6	5,6
Lingüística, Letras e Artes	4	3,6
Ciências Exatas e da Terra	3	2,8

Ciências da Saúde	1	,9
Outros	1	,9
Total	108	100,0

Nos dados, 88,6% dos doutores-pesquisadores realizaram seu mestrado em programas enquadrados nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas. Destes, 59,3% tiveram sua titulação na área de Comunicação, caracterizando uma seqüência de formação na mesma grande área de conhecimento desses doutores. Quanto à graduação, uma maior diversidade de formação foi obtida.

Tabela 10

Relação entre o local de formação do Mestrado e o Doutorado

		Doutorado					Total
		UFRJ	UFBA	UMESP	UNICAMP	USP	
Mestrado	Não Informa	3				2	5
	UFRJ	28				2	30
	USP			1		24	25
	UMESP	1		2		6	9
	UFBA		5			2	7
	PUC-SP		1	2		2	5
	FGV	4					4
	UFMG	2				2	4
	PUC-RJ	3					3
	PUCRS	1				2	3
	UFRGS	1			1	1	3
	UFV					3	3
	UFPR					2	2
	UGF	2					2
	IMS					1	1
	FESPSP					1	1
	UFRRJ	1					1
	IBICT/UFRJ	1					1
	UFSM					1	1
	UNICAMP			1			1
Paris I	1					1	
Total		48	6	6	1	51	112
Mestrado e Doutorado na mesma instituição		58,33%	83,33%	33,33%	0,00%	47,06%	

Em relação às instituições de formação, 36,6% dos doutores fizeram seu mestrado no Estado de São Paulo, seguidos por 31,26 % de formados em

instituições do Rio de Janeiro, 6,25% nos Estados de Minas Gerais e Bahia⁶⁷, demonstrando uma clara predominância em números dos formados na região sudeste. Da mesma maneira, a relação entre o local de titulação do doutorado e o local de titulação do mestrado demonstra uma continuidade, quando a instituição oferece as duas modalidades. A UFRJ formou 30 mestres, dos quais 28 permaneceram na instituição; na USP, dos 26 mestres formados, 25 obtiveram a titulação de doutorado na mesma escola; na UFBA, dos sete mestres, cinco fizeram doutorado no mesmo local de formação. A única escola, que oferece ambas as titulações, que não obteve a mesma *fidelidade* foi a UMESP, que, dos 9 mestres formados, somente 2 ficaram na Metodista de São Paulo. Em percentuais, 44,41 % dos doutores fizeram mestrado na mesma IES do doutoramento. Levando em conta somente as duas maiores escolas, ECA e ECO, esse número sobe para 52,70%. A metade dos doutores formados nos PPGs em Comunicação obtiveram o título de mestre na mesma instituição.

Na etapa anterior, verificamos alguns dados relativos à principal atuação profissional dos doutores em comunicação no ano de 2003. Lembramos que obtivemos 66,1% de profissionais que trabalhavam em instituições de caráter público e 27,7% que tinham sua principal atividade profissional em instituições de caráter privado. Contudo, a natureza do vínculo institucional desses doutores pode permitir uma atuação profissional em múltiplas instituições, propiciando o trabalho em regime parcial em diversas IES de caráter público ou privado. O que nos é inegavelmente revelador nesse percentual é a importância, dada por esses doutores, ao fato de atribuir, se possível, uma IES pública como endereço profissional principal no cadastro da CV-Lattes. A maioria dos doutores prefere divulgar uma IES pública como atividade profissional principal na Plataforma de Cadastramento do MCT.

⁶⁷ Cf. Esse percentual exclui a Fundação Getúlio Vargas, uma vez que não foi identificado o campus de formação (Rio de Janeiro ou São Paulo), o que não interfere na predominância do Sudeste da formação em nível de Mestrado.

2.9 - Atividades Profissionais

Como uma das formas de mensurar o impacto da obtenção da titulação de doutor na atividade profissional dos indivíduos pesquisados, medimos as ocorrências das atividades exercidas no ano de início da formação e no ano posterior à obtenção do título, classificando, inicialmente, as instituições em Públicas, Privadas, Públicas de Ensino e Pesquisa e Privadas de Ensino e Pesquisa.

Tabela 10
Ocorrências da atuação profissional no início do Doutorado

Atuação profissional no início do doutorado			
	Frequência	Percentual	
Pública (Ensino e Pesquisa)	61	50,00%	
Particular (Ensino e Pesquisa)	28	22,95%	
Empresa Privada	19	15,57%	
Empresa Pública	14	11,48%	
total	122	100,00%	
Não informaram nenhuma atuação profissional no início do doutorado	16		

Na tabela acima, levantamos todos os vínculos profissionais dos doutores no ano de início do doutorado, incluindo o endereço profissional e também todas as ocorrências as atividades exercidas neste ano. Dos 112 doutores, 16 não exerciam ou não informaram nenhuma atividade profissional no início do doutorado; dos 96 restantes, 12 informaram mais de uma atividade profissional no início do doutorado, o que acarreta um maior número de ocorrências que profissionais. A maioria das ocorrências de atividades profissionais se deu em Instituições Públicas de Ensino e Pesquisa, seguidas por atividades em Instituições Particulares de Ensino e Pesquisa, Empresas Privadas e Públicas.

Cabe ressaltar as origens públicas dos programas de pós-graduação, que gerou uma certa tradição de estímulo para candidatos do sistema público de ensino ou de empresas públicas realizarem seus programas. Habitualmente as instituições públicas contam ou promovem programas de estímulo para a

formação de pós-graduação para os seus docentes, muitas das vezes com o apoio de instituições de fomento como a CAPES, CNPq e as fundações estaduais, por meio de licenças remuneradas, apoios financeiros e, não raro, bolsas nacionais e estaduais⁶⁸.

A LDB promove a partir de 1997 uma alteração nesse quadro, como podemos perceber na tabela 12 (abaixo). As pressões institucionais e legais das novas diretrizes educacionais para o ensino superior, principalmente no que se refere à titulação do corpo docente nas IES privadas, resultaram em mecanismos de estímulo a formação pós-graduada dos docentes. Nos dados, até o ano de 1996 existia um máximo de 06 doutores em IES privadas formados por ano, sofrendo após a promulgação da LDB um aumento de 83,9%, no ano de 1998, passando para uma constante de 11 doutores – o que sugere uma cooptação das IES privadas em cima dos novos doutores e uma necessária mudança na postura dessas instituições frente a formação pós-graduada de seus profissionais.

⁶⁸ Cf. poderíamos indicar vários desses programas em IES públicas, contudo já existem programas de incentivo a formação pós-graduada em fundações estaduais, em secretarias de educação e secretarias de ciência e tecnologia estaduais. Como referência, podemos citar o Programa Bolsa Mestrado da Secretaria de Educação de São Paulo que “integra o Programa de Formação Continuada de educadores da Secretaria da Educação com a finalidade de propiciar aos profissionais da educação a continuidade de estudos em cursos de pós-graduação ‘stricto sensu’ “ Extraído de [<http://www.educacao.sp.gov.br/>], em 20 de agosto de 2004.

Tabela 11

Ocorrências da atuação profissional no primeiro ano de Doutorado

Natureza da Instituição	Data do Início do doutorado													
	1987	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Publica			2	1	1	2	1	2	1	1	2	1		
Particular			2	1	1		1	3	2	2	2	5		
Pública (Ensino e Pesquisa)	1	1	5	2	4	3	5	11	11	3	7	5	2	1
Particular (Ensino e Pesquisa)		1		1	2	2	2	4		3	7	3	2	1
Não informou				1		2			2	4	5	2		

Tabela 12

Ocorrências da atuação profissional após a obtenção do Doutorado

Natureza da Instituição Ano posterior a obtenção do doutorado	Data de obtenção do doutorado										
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Publica			1					1		1	
Privada			11		2			1			3
Pública (Ensino e Pesquisa)	2	5	6	1	5	5	6	6	11	11	11
Privada (Ensino e Pesquisa)		2	1	1	1	2	2	3	6	21	19
Não informou		1	1	1		1	1	2	1	2	1

Tabela 13

Ocorrências da atuação profissional após a obtenção do Doutorado

Atuação profissional após o doutorado		
	Frequência	Percentual
Pública (Ensino e Pesquisa)	69	43,67%
Privada (Ensino e Pesquisa)	69	43,67%
Privada	17	10,76%
Pública	3	1,9%
Total	158	100,00%
Não informaram nenhuma atuação profissional no ano posterior da obtenção do doutorado	11	

Novamente levantamos todos os vínculos profissionais dos doutores no ano de término do doutorado, incluindo o endereço profissional e também todas as ocorrências as atividades exercidas no ano respectivo. No ano posterior à obtenção do doutorado, verificamos que 11 doutores (9,8%) com CV- Lattes não informaram ou não tinham nenhuma atividade profissional. Quanto à atividade profissional, verificamos que metade dos doutores que trabalhavam em instituições de ensino e pesquisa tinham alguma atividade profissional em instituições públicas, estando a outra metade ligada a instituições de caráter privado. Em termos de natureza institucional simples – sem diferenciação entre instituições de caráter de ensino e pesquisa e qualquer outra finalidade - temos 54,43% de instituições privadas e 45,57% de instituições públicas. Nos dados percebemos o crescimento da inserção de doutores no campo privado já no período final do doutorado ou no ano posterior de sua formação, o que reforça a idéia do recrutamento de doutores por IES privadas. Provavelmente com o objetivo de enquadramento do corpo docente as normas do mínimo de titulação do corpo de professores das universidades previstas na LDB e como consequência do desenvolvimento de programas de pós-graduação na área de comunicação em IES privadas.

Capítulo 3

A Produção do Conhecimento: Dinâmica da Produção Científica em Comunicação

3.1 - Introdução

Nesta terceira parte da dissertação, faremos uma análise da produção científica dos doutores em Comunicação definidos neste trabalho, com o objetivo de mensurar a dinâmica de publicação desses cientistas durante sua formação e no período posterior à obtenção de sua titulação.

3.2 - Produção científica em comunicação

Em artigos publicados por Eduardo Meditsch, os problemas da produção científica em jornalismo são discutidos em uma síntese das diversas resoluções e debates do IV Fórum Nacional de Professores de Jornalismo⁶⁹. Inicialmente, ressalta a entrevista editada na Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, publicada pela Intercom, com o então representante da área junto à Capes, professor Wilson Gomes, da Universidade Federal da Bahia. Nessa entrevista, o professor “traça um quadro bastante lúcido da pesquisa brasileira na área da comunicação.”⁷⁰ Segundo ele, existia um grande crescimento no volume bruto da pesquisa em Comunicação e em áreas

⁶⁹ Cf. O IV Fórum Nacional de Professores de Jornalismo foi realizado em 28 a 30 de abril de 2002, em Porto Alegre. MEDITSCH, Eduardo. Ecos de Campo Grande: Problemas a superar na pesquisa em jornalismo, In: Diretório Acadêmico. Extraído em [http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/da090520012.htm], em 02 de fevereiro de 2004.

⁷⁰ Opus cit.

correlatas à disciplina. Nos últimos dez anos, inúmeros programas de pós-graduação em Comunicação foram criados e adquiriram um crescimento progressivo na produção especializada de seus docentes e discentes.

Como exemplo, Gomes descreve os números divulgados pela CAPES, em 1999: “dos treze programas de pós-graduação da área que já funcionavam no país declararam à Capes a realização de 476 projetos de pesquisa realizados por seus professores, 647 pelos doutorandos e 1489 conduzidas pelos mestrandos, totalizando 2612 projetos em andamento”⁷¹. Contudo, as estimativas e os números brutos não davam conta da complexa realidade da pesquisa em comunicação e da insipiente e periclitante produção, ressaltando que “um diagnóstico sincero sobre a área constataria que em média estamos ainda distantes da consolidação e sedimentação do campo acadêmico e científico. Além disso, mesmo naqueles setores onde o campo está mais consolidado, dificilmente se pode creditar tal fato à pesquisa em comunicação realizada na área e no Brasil”⁷².

Meditich observa que, para o professor Gomes, essa deficiência crônica da atividade científica em comunicação social é causada pela dependência teórica e especializada na formação básica do graduando nessa área. Ainda segundo o representante da área de comunicação na Capes, o “ensino básico de comunicação no Brasil depende fundamentalmente de bibliografia estrangeira ou proveniente de pesquisadores situados em outras áreas de conhecimento”⁷³, afirmação que, aparentemente, não distingue o ensino de graduação e o da pós-graduação, predominantemente voltada à pesquisa. Sua crítica à bibliografia estrangeira na área de pesquisa em comunicação parece não avaliar a necessidade, para nós, de qualquer área de conhecimento, do diálogo com a produção internacional.

A falta de uma política de difusão e publicação da produção científica em Comunicação no Brasil gera uma interdisciplinaridade “forçada” para o pesquisador da área, restando a este a consulta especializada em

⁷¹ Ibidem, Ibid.

⁷² Ibidem, Ibid.

⁷³ Ibidem, Ibid.

comunicação a autores e produções estrangeiras. A falta de uma política de difusão do conhecimento, de divulgação dos trabalhos, teses, dissertações e pesquisas, para a comunidade científica brasileira, gera um eterno retorno de assuntos já desenvolvidos em outros trabalhos, mas que não chegaram ao conhecimento comum dos cientistas. Nas palavras de Gomes, “desta forma, grande parte do esforço de pesquisa de nossos doutores está em correr atrás do que já foi pesquisado em outros locais, em vez de perseguir conhecimento novo”⁷⁴. Embora concordemos com a necessidade de uma política de difusão, lembramos que nem todos os trabalhos são produzidos com o objetivo de difundir conhecimento novo. Inúmeros projetos e dissertações têm com finalidade o ensino da prática de pesquisa, formar o pesquisador e não produzir conhecimento inovador.

Wilson Gomes argumenta que um outro fator, aliado neste último, prejudica o aprimoramento da atividade de pesquisa em comunicação: a falta de “uma cultura de pesquisa científica na área, na forma de compreensões, hábitos e valores compartilhados. Não há parâmetros comuns nem instâncias legítimas que selecionem, acompanhem e avaliem a produção científica: é pesquisador quem se declara pesquisador e é pesquisa o que esta pessoa declara ser pesquisa”. Entretanto, Gomes não desenvolve os mecanismos para construir esses parâmetros - mecanismos que a comunidade científica pode utilizar para normatizar o que é ou não pesquisa. Continua defendendo que a falta de parâmetros institucionais e de uma progressividade institucional de grupos de pesquisas, que acumulem o saber produzido e desenvolvam projetos a partir de conhecimentos gerados por seus próprios pares, é um dos fatores responsáveis pela falta de um *saber* acumulado na área de Comunicação. Para o representante, não existe pesquisa cumulativa na maioria dos centros e instituições que produzem pesquisa em comunicação.

“Ou se desconhece o que foi feito antes, ou os dados são tão pouco confiáveis que nossos pesquisadores estão sempre começando do zero o conhecimento sobre um tema ou especialidade. Por outro lado, quando

⁷⁴ Ibidem, Ibid.

publicam seus trabalhos – e a maior parte das pesquisas declaradas à Capes não são jamais publicadas – não têm nenhum *feedback*, não recebem críticas dos pares, é como se tivessem encerrado o assunto.”⁷⁵

Em outra crítica, Wilson Gomes comenta que a própria estrutura dos eventos e encontros para divulgação da produção em comunicação gera distorções e, nestes, não se valoriza a “pesquisa de ponta”. Segundo ele, nesses congressos, as “palestras e mesas redondas são espaços performáticos reservados às estrelas, para falarem de temas do momento e de interesse de um público amplo e não-especializado”, restando ao pesquisador as sessões dos grupos de trabalhos como espaço de apresentação e discussão especializada dos trabalhos. Engana-se, porém, quem imagina tais sessões como espaços para o debate. Na estrutura atual dos congressos, os grupos de trabalhos adquirem um “nível hierárquico inferior”, dispondo de um tempo mínimo para apresentação, comentários e discussões, muitas vezes, compartilhados por pesquisas e pesquisadores em etapas diferentes e, logo, com demandas diferentes do processo científico. Misturam-se na mesma mesa “pesquisadores sênior, mestrandos e bolsistas de iniciação científica”⁷⁶, que, na maioria das vezes, devido ao próprio tempo de apresentação e à estrutura, que não privilegia o debate, apresentam ensaios, e não artigos “baseados em dados de alguma pesquisa científica”⁷⁷.

“Não foi por acaso que, quando convidado a apontar as maiores contribuições brasileiras à comunicologia latino-americana, Jesús-Martin Barbero lembrou-se do pedagogo Paulo Freire e do antropólogo Renato Ortiz, e de ninguém ligado à nossa comunicologia.

⁷⁵ Ibidem, Ibid.

⁷⁶ Ibidem, Ibid.

⁷⁷ Ibidem, Ibid.

É mais um sintoma de que "temos muito caminho ainda a percorrer"⁷⁸.

Especialmente na área de jornalismo, as conclusões de Gomes são pertinentes, segundo Eduardo Meditsch. Para o jornalista, soma-se a todos esses sintomas de deficiência ressaltados, não somente no Brasil, mas em todos os países da América Latina, a dependência cultural latinoamericana na produção de produtos e serviços. Para Meditsch, “a quase totalidade dos produtos jornalísticos desenvolvidos ou reformulados nas últimas décadas pelas empresas de ponta da mídia brasileira basearam-se em pesquisa estrangeira ou copiaram produtos estrangeiros”, ressaltando que nem mesmo a pesquisa aplicada, “a pesquisa para o desenvolvimento de produtos, considerada ‘menor’ no âmbito acadêmico, por se tratar mais de aplicação do que de geração de conhecimento, teve algum resultado relevante”⁷⁹. Contudo, tal “dependência” não pertence somente à Comunicação, pois, em todas as áreas de conhecimento, a relação da produção nacional com a produção internacional é uma constante. Para romper a inércia nesse campo de estudo, comenta o jornalista, devemos demandar um “esforço coletivo” para superar os diversos problemas específicos de cada campo, além das formas atuais de fomento e difusão da produção científica no Brasil.

3.3 - A identidade da comunicação

Para compreendermos a pesquisa em comunicação e otimizarmos a produção nessa área, no sentido de qualificar e difundir o conhecimento, temos que definir o próprio conceito da disciplina. Como conceito geral, a comunicação é o centro gravitacional de todas as atividades humanas. Herdeira desse pesado fardo, a disciplina comunicação tornou-se, a seus olhos, o lugar de encontro do conhecimento social humano, a “filha” mais qualificada da interdisciplinaridade do conhecimento. Entretanto, sua própria

⁷⁸ Ibidem, Ibid.

⁷⁹ Ibidem, Ibid.

polissemia dificulta a definição do seu próprio centro de estudo, seu conceito mais específico e sua área de atuação. Podemos, é claro, definir a comunicação como todos os fenômenos comunicacionais - um jogo que se processa entre o objetivo (condições materiais de operação e funcionamento) e o subjetivo (condições simbólicas)⁸⁰. Entretanto, uma definição epistemológica pouco nos ajudaria na engenharia dos campos científicos de atuação.

Na tabela de classificação da Capes, as áreas de conhecimento estão divididas em ciências agrárias, ciências biológicas, ciências da saúde, ciências exatas e da terra, ciências humanas, ciências sociais aplicadas, engenharias e lingüística, letras e artes. A Comunicação, como outras ciências que historicamente têm sua ênfase em atividades associadas a práticas profissionais, excetuando a medicina e as engenharias, pertence à área de ciências sociais aplicadas. Nessas disciplinas, segundo Eduardo Meditsch, e “no jornalismo em particular, e não na comunicação social em geral, fica ainda mais evidente esta vinculação com uma prática social específica, com os conhecimentos aplicados e necessários ao exercício de uma profissão socialmente relevante, que demanda uma arquitetura complexa de formação, só atendida pela universidade”⁸¹, o que nos coloca uma definição específica, e usual, da disciplina, onde o estudo da Comunicação é principalmente compreendido em sua relação com a atividade profissional. Em outras palavras, a atividade profissional em comunicação e o estudo dos meios de comunicação são a principal área de concentração da atividade em pesquisa.

“No entanto, esta vinculação da área da comunicação às profissões que lhe deram origem é questionada pela própria área, tanto no debate sobre os seus objetivos quanto principalmente na sua prática teórica e de pesquisa. Há setores, grupos e escolas bastante fortes dentro da área da comunicação, que expressam uma crescente autonomia em relação a estas profissões,

⁸⁰ LOPES, Luís Carlos. Objetivismo, Subjetivismo e Comunicação pela TV, In: Ciber Legenda. n.º12, 2003. Extraído em [<http://www.uff.br/mestcii/lcllop9.htm>], em 13 de junho de 2004.

⁸¹ Opus cit. MEDITSCH, E.

afastam-se delas como foco de interesse em sua atividade científica e tem esta posição respaldada pelas agências de fomento, como Capes, CNPq e Finep, cujo corpo técnico assessor é representativo do que ocorre na área”⁸²

Citando ainda Meditsch, “ao se desvincular de sua origem profissional, a área de comunicação não consegue alcançar a outra margem, não consegue se legitimar como disciplina científica diferenciada, não concebe um corte epistemológico inédito, não constrói um corpo teórico original, não desenvolve metodologias próprias, sequer consegue delimitar o seu objeto de estudo”. Sua própria interdisciplinaridade transforma-a em algo intermediário, seu campo de ação é transdisciplinar, mas, ao mesmo tempo, sem um *núcleo duro*, um lugar que pertença à comunicação, “desta maneira, avançando sobre os domínios das disciplinas vizinhas, como antropologia, sociologia, política, psicanálise, economia, filosofia, sem submeter os resultados de suas pesquisas ao julgamento de quem de direito”⁸³ A pesquisa interdisciplinar só é atribuída de validade em uma avaliação interdisciplinar, que possibilite a qualificação da “propriedade e [do] rigor de sua utilização” na área de comunicação. Em um duro julgamento, Meditsch escreve:

“A esta extrema liberalidade – pouco usual na atividade acadêmica – confere-se um alibi que tudo permite e a tudo absolve: a varinha mágica da interdisciplinaridade, que uma vez acionada, justifica qualquer coisa. A área da comunicação cria a interdisciplinaridade sem objeto definido e, sobretudo, sem disciplina: à margem de qualquer disciplina. Isto talvez explique porque os cientistas sociais, pedagogos e filósofos continuem sendo as principais referências teóricas

⁸² Ibidem, Ibid.

⁸³ Ibidem, Ibid.

de nossa área, em vez dos comunicólogos: eles foram formados em disciplinas de verdade”.⁸⁴

A Epistemologia da Comunicação ainda é uma área de estudo de grande necessidade para a definição da identidade da disciplina comunicação⁸⁵. Em seu trabalho, *Ceticismo e Inteligibilidade do Pensamento Comunicacional*, Luiz Carlos Martino descreve que “não obstante todo o volume de publicações sobre pesquisas em comunicação, os estudos sobre seus fundamentos não ocupam um lugar de destaque. Não é raro encontrarmos, entre os mais renomados pesquisadores desse campo, apontamentos sobre a fragilidade dos conhecimentos aí gerados”⁸⁶, enfatizando os diferentes pensamentos teóricos ceticistas sobre uma possibilidade de “um próprio pensamento comunicacional”, para a elaboração de um saber autônomo, entre estes Armand e Michele Mattelard:

“(.) doutrinas ao sabor da moda e prêts-à-porter do pensamento com neologismos meteóricos se fazem passar por esquemas explicativos definitivos, por lições magistrais, apagando, por onde passam, os achados de uma lenta acumulação, contraditória e pluridisciplinar dos

⁸⁴ Ibidem, Ibid.

⁸⁵ Cf. Segundo Eduardo Meditsch: “O professor Luiz Martino, da UnB, que coordena o grupo de Epistemologia da Comunicação na Compós, tem apontado com muita propriedade o fato da identidade do campo da comunicação ser um tabu. É um tema de que normalmente se foge, se evita, ou pelo menos se tangencia. Justamente para enfrentar este tabu é que propôs a criação do grupo, que promete um debate instigante mas que é ainda muito recente para apresentar resultados palpáveis. O Grupo de Epistemologia da COMPÓS pode se tornar um fórum privilegiado para delinear a identidade desta nova disciplina científica que se pretende criar com o nome de comunicação”.

⁸⁶ MARTINO, L.C. *Ceticismo e Inteligibilidade do Pensamento Comunicacional*, In: *Ciberlegenda*. n.º 5, 2001. Extraído em [<http://www.uff.br/mestcii/martino1.htm>], em 20 de junho de 2004.

saberes na matéria e reforçando a impressão de frivolidade do objeto.”⁸⁷

A própria citação dos Mattelard, autores franceses, identifica o debate das mesmas dificuldades da Comunicação em seu país, demonstrando que o problema de identidade da disciplina é um debate internacional dos profissionais da área.

Para Martino, embora existam diversos autores, com suas teorias cétricas, com graus e direcionamentos diferentes em relação aos vários aspectos do problema, a questão da autonomia da disciplina comunicação pode ser simplificada entre a perspectiva contrária a essa possibilidade de autonomia, na qual a comunicação “tratar-se-ia apenas de um ramo da Sociologia ou Psicologia”⁸⁸, e outra perspectiva que defende uma reformulação na organização da disciplina. A dificuldade de delimitar com precisão o domínio e a autonomia de estudos da Comunicação parece ser o cerne do problema da epistemologia da comunicação.

“A tendência dos pensadores mais cétricos é tomar o termo comunicação (o qual grafamos em minúsculo) como sinônimo de “fenômeno comunicacional” e compreender a Comunicação (grafado em maiúsculo) como um campo de estudos, constituído por abordagens heterogêneas, reunidas sob um único traço comum, a análise dos “fenômenos comunicacionais”, não obstante toda a diversidade de origens e intenções dessas abordagens. Já em sua versão mais branda, tende-se a aceitar-se a idéia da Comunicação como uma disciplina,

⁸⁷ MATTELART, Armand et MATTELART, Michèle. Histoire des Théories de la Communication. La Découverte. Paris, 1995, p.4.

⁸⁸ Opus cit. MARTINHO, L. C.

ainda que se critique a incapacidade de se fornecer um objeto de estudo satisfatório.”⁸⁹

3.4 - O problema histórico da produção em comunicação

A partir da década de 70, com a consolidação da importância do Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para América Latina, CIESPAL, existiu uma ruptura entre a teoria e a prática na área acadêmica de comunicação, defende Meditsch, por meio da transformação de todas as universidades de jornalismo em faculdades de comunicação. “Quando o Ciespal, na década de 80, sai da área de influência norte- americana e passa a ter hegemonia de esquerda, afiançada pela social-democracia européia, a idéia do "comunicador popular de novo tipo" é mantida e aprofundada, principalmente na produção teórica emanada da entidade”⁹⁰

⁸⁹ Ibidem, Ibid.

⁹⁰ Cf. Segundo Marques, Cristina Charão: “A influência da CIESPAL sobre o ensino de comunicação no Brasil acaba por se dar de forma menos decisiva do que nos demais países da América Latina. Tal refluxo é consequência de um mercado cultural mais desenvolvido, especialmente nos grandes centros urbanos, onde destacam-se São Paulo e Rio de Janeiro. Assim, ao mesmo tempo em que eram criadas as primeiras escolas de comunicação, na década de 60, era garantida a existência das habilitações profissionais, exigência de um mercado altamente especializado. A busca do modelo norte-americano, portanto, acaba acontecendo fora dos padrões adaptados pregados pela CIESPAL, muito embora o Centro continue sendo a principal fonte a qual se reportavam escolas e professores para a atualização dos conteúdos de aprendizagem até a década de 80. (.)É também no final da década de 70, início dos anos 80 que o CIESPAL afasta-se da esfera de influência direta dos Estados Unidos, passando a ter uma posição crítica em relação ao controle internacional da informação e a dirigir sua ação para a área da comunicação popular. Esta tentativa de latino-americanização dos modelos de comunicação, assimilada em grande parte pelos cursos existentes no Brasil, acaba sendo equivocada. A supremacia dos projetos voltados para pequenas ações de comunicação rural ou semelhantes em relação à formação voltada para a grande imprensa, ou seja, a concepção do "comunicador de pés descalços" que se volta contra os monopólios tecnológicos acaba por afastar os cursos de jornalismo da realidade de mercados altamente

Entretanto, as teorias formuladas não correspondiam às questões da prática profissional do comunicador em sua área de atuação – jornalistas, publicitários, relações públicas. Desse modo, “estas práticas passam a ser reproduzidas sem nenhuma reflexão a respeito, a não ser aquela que as nega, propondo a sua substituição pelo "comunicador de novo tipo". Não existindo qualquer discussão e formação teórica que contemplasse a prática profissional, cada vez mais a produção científica das escolas de comunicação se distanciava dos profissionais do mercado, impossibilitando a reflexão da realidade prática do comunicador e construindo um outro caminho de reflexão. Para Meditsch, esse distanciamento trouxe prejuízos tanto para o cientistas em comunicação, quanto para o comunicador em sua atuação.

“A teoria, então, libertada do compromisso com a prática, vai definir arbitrariamente os seus caminhos, conforme os modismos intelectuais importados em cada época e as idiossincrasias dos seus produtores, diversificando-se a tal ponto que o único critério para dizer se uma pesquisa pertence ou não à área da comunicação é a vinculação de seu autor com um departamento ou faculdade de comunicação, por mais esotérica que seja a questão, o tema e a abordagem que se proponha a estudar”⁹¹.

O jornalista defende que, “com a consolidação da pós-graduação na área, esta postura não só se institucionalizou como passou a se reproduzir. Os primeiros doutores, que definiram o que deveria ser a pós-graduação em

desenvolvidos, dentro de países (agora) industrializados como o Brasil. Cf. Provocações sobre o Ensino de Comunicação no Brasil no final do século XX de Cristina Charão Marques. Monografia apresentada como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social - Habilitação Jornalismo, Orientadora: Professora Maria Helena Weber, Porto Alegre, fevereiro de 1999

⁹¹ Opus cit. MEDITSCH, E.

comunicação, eram todos teóricos, já que a prática, apartada da teoria, não investia na titulação de seus professores”. Esses docentes formaram outros pesquisadores, “seguiram o mesmo caminho de seus orientadores, e muitos passaram a desprezar o conhecimento da prática que os introduzira na vida acadêmica”⁹². A pesquisa em comunicação no Brasil não contempla a prática de seus pares.

A própria formação dos primeiros professores desses programas de pós-graduação em comunicação, local da produção do saber especializado, foi, historicamente, um fator determinante para essa dicotomia entre prática e teoria em comunicação. Como uma área nova, utilizou-se, em seu núcleo inicial, de professores e cientistas formados em áreas afins ou que se interessaram pelo novo campo. Concordamos com Meditsch, quando afirma que é “inegável a contribuição trazida à área por estes professores, ainda mais quando se constata que a maior parte das referências bibliográficas que utilizamos ainda hoje foi produzida em suas disciplinas de origem”⁹³, entretanto, “muito da reflexão sobre nossa atual inconsistência também se deve à formação e à capacidade crítica que estes professores trouxeram de fora de nossa área: basta dizer que Wilson Gomes tem formação em Filosofia, Luiz Martino em Sociologia e Nilson Lage em Lingüística”.⁹⁴

3.5 - A cientificidade da comunicação: dualização, investimento e produção científica

No ranking das publicações científicas indexadas pelo *Institute for Scientific Information*, em 2000, o Brasil ocupa a 15ª posição, com 714.171 pesquisas – o equivalente a 1,33% da produção mundial. Nos últimos três anos, o país foi o que mais cresceu em volume de pesquisas ali registradas, depois da Coréia. Contudo, o número de pedidos de patentes no Brasil estava

⁹² Ibidem, Ibid.

⁹³ Ibidem, Ibid.

⁹⁴ Ibidem, Ibid.

estagnado desde o 1992, 12 mil por ano, ficando em 16 mil, em 1999, não refletindo o crescente número de publicações ⁹⁵. Segundo Evandro Mirra, "A informação que trafega dentro da sociedade está enclalhada, concentrando a produção científica em 80% nas Universidades, 10% em institutos do governo e 10% nas empresas"⁹⁶.

O domínio e a centralização da produção científica nos programas de pós-graduação do ensino superior público, em relação ao predomínio do ensino de graduação nas instituições privadas, caracterizam a principal dualidade, existente, hoje, no ensino superior no Brasil. Hugo Lovisoló, em seu artigo *A Crescente Dualidade*, ressalta, por meio da análise das matrículas nos cursos de graduação e pós-graduação em Instituições de Ensino Superior brasileiros, o crescimento de ambos os campos na década de 90. Contudo, a expansão da oferta do ensino de graduação nas IES privadas garantiram o "domínio [do ensino superior] privado, concentrando 65% [no ano de 1999] do total de matrículas, quando em 1994 detinha 58%." ⁹⁷, enquanto coube à esfera pública a responsabilidade de expansão da pós-graduação. Os dados referentes às matrículas em cursos de pós-graduação afirmam que os "cursos de pós-graduação são um campo de domínio das universidades públicas, que concentram perto de 85% das matrículas de mestrado e mais de 90% das de doutorado." ⁹⁸

"Os dados da pós-graduação (.) também indicam crescimento significativo das matrículas de mestrado e doutorado nos últimos cinco anos. De 1981 a 1994, a matrícula de mestrado cresceu em torno de 3,5% ao ano,

⁹⁵ ARARIPE, Flaminio. Produção Científica Cresce no Brasil; Resultado Econômico não Aparece, In: Sala de Prensa. Abril de 2002, ano IV, volume 2, nº 42. Extraído em [http://www.saladeprensa.org/art342.htm], em 01 de junho de 2004.

⁹⁶ Opus cit.

⁹⁷ LOVISOLÓ, Hugo. A Crescente Dualidade no Ensino Superior, In: Revista Ciência Hoje. nº.173, JULHO de 2001.

⁹⁸ Ibidem, Ibid.

mas daí até 1999 o aumento médio anual saltou para quase 7%. No doutorado, as taxas de crescimento anuais ficaram em torno de 10% entre 1981 e 1994 e subiram para 13,6% entre 1994 e 1999.”⁹⁹

Segundo Lovisolo, o alto custo da pós-graduação, “determinada basicamente pela baixa relação alunos/docente e pela alta carga horária (mais de 30 horas semanais) exigida dos professores participantes dos programas” é o principal responsável pelo retraído investimento em programas de pós-graduação em IES privadas. Nesse quadro, cada vez mais as IES privadas deverão concentrar seus recursos no ensino de graduação, embora a não existência de programas de titulação pós-graduada torne muito difícil a aquisição do título de Universidade, que por imposição legal exige esse sistema.

“Considerando que o número médio desejado é de seis alunos de pós-graduação por professor de dedicação integral, o custo por aluno torna-se, em geral, superior às taxas escolares possíveis para o mercado educativo nacional. Assim, para arcar com os custos da pós-graduação, as instituições privadas precisam transferir receitas da graduação.”¹⁰⁰

Nesta mesma década, o aumento das matrículas da pós-graduação também foi significativo. “Apenas entre 1994 e 1999, a quantidade de docentes pós-graduados cresceu 57%, enquanto o aumento do número total foi de 22%”. Entretanto, as universidades privadas formaram “de 1994 a 1999, 46.162 mestres”, 12,73% da totalidade de mestres formados em IES brasileiras nesse mesmo período (5.879) e os doutorados “diplomaram 1.073 doutores,

⁹⁹ Ibidem, Ibid.

¹⁰⁰ Ibidem, Ibid.

7,8% do total do país (13.882).”¹⁰¹ A maioria dos mestres e doutores formados nesse período diplomaram-se por universidades públicas. Lovisolo percebe que:

“No mesmo período, as instituições privadas contrataram 14.355 docentes mestres, quase o triplo do que conseguiram formar, e 5.101 novos doutores, quase cinco vezes mais do que formaram. Há, portanto, uma transferência significativa de recursos humanos formados no setor público para o privado”¹⁰².

Na prática, os dados apresentados identificam que a esfera pública tem sua expansão no setor de pós-graduação, muito mais custoso do que a graduação, enquanto as instituições privadas aumentam sua inserção nesta última. Entretanto, o mercado de trabalho para esse pesquisador pós-graduado terá no setor privado sua maior parcela de inserção, configurando um quadro onde o ensino pós-graduado público forma profissionais que trabalharão para o ensino privado. Em termos específicos, em nosso trabalho, qual o impacto dessa dualização na produção científica em comunicação?

3.6 - Como medir a produção?

Na análise da produção científica dos doutores-pesquisadores, aplicamos valores numéricos a cada modalidade de produção, com a finalidade de mensurar os diversos tipos de produção e avaliar o desenvolvimento de trabalhos científicos. Compreendemos que qualquer valor numérico para avaliar um trabalho científico encontra inúmeras dificuldades de equivalência. Entretanto, para fins práticos e objetivos, uma avaliação balizada em valores adquire uma importância essencial para nosso estudo, além, é claro, de levarmos em consideração o caráter institucional desse tipo de mensuração na

¹⁰¹ Ibidem, Ibid.

¹⁰² Ibidem, Ibid.

análise da política de fomento em instituições nacionais e internacionais, públicas e privadas.

No Brasil, o processo de avaliação dos programas de pós-graduação baseia-se nas informações recebidas por meio da QUALIS – de títulos que resultam de um processo de classificação dos veículos utilizados, pelos programas de pós-graduação, para a divulgação da produção intelectual de docentes e alunos. Tal processo foi concebido pela CAPES para atender às necessidades específicas do sistema de avaliação e baseia-se, até o momento, nas informações fornecidas pelos programas através da Coleta de Dados. Esta classificação é coordenada pelo representante da área, apoiado por uma comissão específica, e passa por freqüentes processos de atualização. Conseqüência disso é que o QUALIS não é um sistema de classificação rígido, nem fixo.

Os periódicos, anais, jornais e revistas citados pelos programas de pós-graduação são enquadrados em categorias indicativas de qualidade, segundo terminologia da CAPES: alta; média; baixa. Quanto à circulação desses veículos, consideram-se as seguintes categorias: internacional, nacional e local. A combinação entre essas categorias conduz a nove (09) possibilidades indicativas da importância do veículo e, por inferência, do próprio trabalho divulgado: circulação internacional com alta, média ou baixa qualidade; circulação nacional com alta, média ou baixa qualidade; circulação local com alta, média ou baixa qualidade. Essa classificação, no entanto, não é definitiva e pode passar por reavaliações periódicas¹⁰³. O processo avaliativo,

¹⁰³ Cf. No site da Capes encontramos que “Qualis é o resultado do processo de classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós graduação para a divulgação da produção intelectual de seus docentes e alunos. Tal processo foi concebido pela Capes para atender a necessidades específicas do *sistema de avaliação* e baseia-se nas informações fornecidas pelos programas pelo Coleta de Dados. Esta base de dados ficará disponível constantemente no sítio da CAPES e constitui importante fonte de informação para as diferentes áreas do conhecimento. A classificação é feita ou coordenada pelo representante de cada área e passa por processo anual de atualização. Os veículos de divulgação citados pelos programas de pós graduação são enquadrados em categorias indicativas da qualidade - A, B ou C e do âmbito de circulação dos mesmos - local, nacional ou internacional. As combinações dessas categorias

portanto, é constantemente reavaliado e redefinido em novas possibilidades de averiguação. A própria CAPES enfatiza que não pretende definir “a qualidade do periódico de forma absoluta”¹⁰⁴.

Em nossa metodologia de avaliação, utilizamos modalidades de produção, categorias que identificam os tipos de produção encontradas no CV-Lattes: artigos completos publicados em periódicos, livros publicados, capítulos de livros publicados, livros organizados, trabalhos completos publicados em anais de eventos, trabalhos resumos publicados em anais de eventos, trabalhos técnicos, demais trabalhos, artigos em jornal de notícias, artigos em revistas, outras produções bibliográficas, outras produções técnicas.

Na Plataforma Lattes ainda existem outras modalidades – orientações concluídas, co-orientação, qualificações, bancas, comissão julgadora, outras comissões, orientações em andamento, graduação e participação em eventos –, mas decidimos não incluí-las neste trabalho, dando ênfase à produção pessoal do pesquisador. A última modalidade, “participação em eventos”, não entrou no banco de análise por já estar diretamente classificada nas modalidades de apresentação de trabalhos em eventos. Após a definição das modalidades de produção avaliadas, decidimos quantificá-las em um valor numérico, sendo estes: 2,00 pontos para publicações de livros, 1,00 ponto para as publicações de trabalhos completos e capítulos de livros e 0,50 ponto para trabalhos resumidos e demais trabalhos e produções. Os valores são de fato arbitrários e tem por única finalidade a formação de índice comparável de produção.

3.7 - Produção Científica

compõem nove alternativas indicativas da importância do veículo utilizado, e, por inferência, do próprio trabalho divulgado. Note-se que o mesmo periódico, ao ser classificado em duas ou mais áreas distintas, pode receber diferentes avaliações. Isto não constitui inconsistência, mas expressa o valor atribuído, em cada área, ao que o veículo publica de sua produção. No entanto, não se pretende, com essa classificação, que é específica para um processo de avaliação de área, definir qualidade de periódicos de forma absoluta.” Extraído de [<http://qualis.capes.gov.br/Qualis/apresentacao/jsp/navegacao/PgPrincipalNavegacao.jsp>], em 01 de julho de 2004.

¹⁰⁴ Opus cit.

A segunda parte do Currículo Lattes tem como preocupação a apresentação da produção científica, tecnológica e artística/cultural do pesquisador. Para cada trabalho, a plataforma oferece as entradas: autor, nome do artigo, referência, áreas do conhecimento, setores de atividades, referências adicionais e meio de divulgação. Em termos gerais, encontramos a seguinte inserção de trabalhos nos CV-Lattes dos doutores:

Tabela 14.1

Ocorrências de trabalhos por modalidade nos CV-Lattes.

Número de Trabalhos divulgados		
	Frequência	Percentual
Outras produções técnicas	915	21,8%
Artigos completos publicados em periódicos	914	21,8%
Trabalhos completos publicados em anais de eventos	491	11,7%
Trabalhos resumos publicados em anais de eventos	305	7,3%
Outras produções – bibliográficas	307	7,3%
Capítulos de livros publicados	296	7,1%
Artigos em jornal de notícias	293	7,0%
Trabalhos técnicos	222	5,3%
Livros publicados	190	4,5%
Demais trabalhos	184	4,4%
Artigos em revistas	63	1,5%
Total	4180	100%

A tabela 14.1 demonstra as ocorrências de toda a produção divulgada dos doutores pesquisados, incluindo os trabalhos realizados na etapa anterior à obtenção da titulação de doutorado. Observamos a predominância dos artigos em periódicos e dos diversos tipos de produção técnica, que podem agrupar palestras, entrevistas, análises, avaliações, coordenações, presidências, apresentações, consultorias, conferências, grupos de estudo, cursos e projetos, entre as referências adicionais encontradas, seguidos pelos trabalhos publicados em eventos, que correspondem a 19%.

Agregando as modalidades “artigos completos publicados em periódicos”, “trabalhos completos publicados em anais de eventos” e “Trabalhos resumos publicados em anais de eventos”, e aceitando que essas categorias melhor refletem a publicação científica ou acadêmica, chegamos a um percentual de 40,0% do total da produção. Se, ainda considerarmos a publicação de capítulos de livros e a publicação de livros como produção “acadêmica”, teremos 52,4% da produção nesta categoria. Os dados apontam a dualidade da área, quase dividida ao meio entre a produção acadêmica e a produção “profissional” ou “técnica”.

Tabela 14.2

Ocorrências de trabalhos por modalidade nos CV-Lattes.

Número de Trabalhos divulgados			
		Frequência	Percentual
Trabalhos Científicos	Artigos completos publicados em periódicos	914	21,8
	Trabalhos completos publicados em anais de eventos	491	11,7
	Trabalhos resumos publicados em anais de eventos	305	7,3
	Capítulos de livros publicados	296	7,1
	Livros publicados	190	4,5
Total		2196	52,4%
Trabalhos Técnicos	Outras produções técnicas	915	21,8
	Outras produções – bibliográficas	307	7,3
	Artigos em jornal de notícias	293	7,0
	Trabalhos técnicos	222	5,3
	Demais trabalhos	184	4,4
	Artigos em revistas	63	1,5
Total		1984	47,6

Separando a produção entre os trabalhos científicos – Artigos e trabalhos completos publicados, trabalhos resumidos publicados, capítulos e livros publicados – e os trabalhos técnicos – artigos em revistas e outras produções e trabalhos –, o primeiro foi responsável por 52,4% (2196) e o segundo por 47,6% dos trabalhos divulgados – o que nos leva a considerar que metade da produção divulgada da na plataforma curricular tem uma natureza técnica.

Tabela 14.3

Ocorrências de trabalhos por modalidade, científica e técnica, antes e após o doutorado nos CV-Lattes.

Frequências de Produção de trabalhos por modalidade**				
	Antes do doutorado		Após o doutorado	
Ano do doutorado	Científica	Técnica	Científica	Técnica
1990	14	00	76	48
1991	56	14	201	106
1992	34	24	82	133
1993	04	106	19	40
1994	41	04	228	79
1995	29	23	101	75
1996	37	24	186	133
1997	107	75	166	93
1998	81	68	100	110
1999	112	165	149	214
2000	158	159	173	241

** Número de trabalhos produzidos entre janeiro de 1990 e janeiro de 2004.

Tabela 14.4

Ocorrências de trabalhos por modalidade, científica e técnica, antes e após o doutorado nos CV-Lattes.

Percentuais de Produção do doutorando por modalidade (%)				
	Antes do doutorado		Após o doutorado	
Ano do doutorado	Científica	Técnica	Científica	Técnica
1990	100,00%	-	61,29%	38,71%
1991	80,00%	20,00%	65,42%	34,58%
1992	58,62%	41,38%	38,14%	61,86%
1993	3,60%	39,40%	32,20%	67,80%
1994	91,11%	8,88%	72,27%	25,73%
1995	55,77%	44,23%	57,39%	42,61%
1996	60,66%	39,34%	50,31%	41,69%
1997	58,79%	41,21%	64,09%	35,91%
1998	54,36%	45,64%	47,62%	52,38%
1999	40,43%	59,57%	41,05%	58,95%
2000	49,84%	50,16%	41,79%	58,21%
	59,38%	35,44%	51,93%	47,13%

Na tabela 14.3 podemos acompanhar a dinâmica da produção desse doutores, no que se refere ao tipo de trabalho publicado, e na tabela 14.4 o mesmos dados em percentuais; para fins práticos dividimos esses trabalhos em produções científicas e produções técnicas. Nos dados, até o ano de 1998, os doutorandos – antes da obtenção da titulação - divulgaram que a maioria de sua produção era de caráter científico, após o ano de 1999, o primeiro lugar foi predominantemente de caráter técnico. Do mesmo modo, percebemos que os doutores – após a obtenção do título – divulgaram, até o ano de 1997, que a maioria de sua produção era de caráter científico; após o ano de 1998 há a predominância dos trabalhos técnicos.

Logo, ambos, os doutores e os doutorandos, no final da década de 1990 passaram a ter um percentual de produção “profissional” ou “técnica” maior do que a produção “acadêmica” ou “científica”. Nos dados podemos também perceber uma variação da produção entre os anos de 1992 e 1993, onde a produção profissional foi igual ou superior à produção acadêmica. Poderíamos supor que a demanda de algum evento da disciplina de comunicação ou da prática profissional inclinou a atividade de produção para trabalhos técnicos.

Tabela 14.6

Ocorrências de trabalhos por modalidade nos CV-lattes após a obtenção da titulação de doutor.

Ano de publicação	Modalidades										
	Artigos completos	Livros publicados	Capítulos	Trabalhos completos	Trabalhos resumos	Trabalhos técnicos	Demais trabalhos	Artigos em jornal	Artigos em revistas	Outras produções	Outras produções técnicas
1990				2							3
1991	5	1	3	1	2	1					2
1992	10	7	5	2	2	1	1	1	2		6
1993	11	2	4	5		3	4	1		1	8
1994	11	4	3	5	5	3	1	3			12
1995	19	7	7	10	4	2		2	1		8
1996	28	9	5	25	7	13	2	7		6	12
1997	45	11	15	36	19	8	4	8	1	12	33
1998	57	11	13	37	21	9	6	19	1	39	39
1999	87	13	31	36	30	20	14	9	2	45	81
2000	98	22	28	65	48	38	23	12	7	36	146
2001	83	20	28	55	46	39	18	19	3	42	163
2002	79	13	32	42	41	39	31	8	13	25	121
	533	120	174	321	225	176	104	89	30	206	634

Na tabela 14.6, percebemos o predomínio dos “Artigos Completos Publicados em Eventos” nas publicações até o ano de 1999; do ano de 2000 até o ano de 2002, a modalidade “Outras Produções Técnicas” assume a liderança nos números de publicações. Essa mesma categoria já tinha ultrapassado a modalidade “Trabalhos Completos Publicados em Anais de Eventos” na disputa do segundo lugar da produção no ano de 1998, demonstrando um progressivo crescimento nos últimos anos das publicações técnicas.

Uma hipótese bastante provável sobre esse aumento da produção técnica pode ser defendida como um reflexo de uma mudança nos critérios classificatórios nas modalidades de produção. Nesta possibilidade, parcela do aumento da demanda técnica pode ser apresentada como a substituição de trabalhos que até então eram classificados como acadêmicos para as modalidades técnicas. Tal mudança de critério teria ocorrido no mesmo ano da “inauguração” da Plataforma Curricular Lattes, o que nos parecer ser provável e pertinente, uma vez que, com o CV-Lattes ativo uma possível mudança de critérios de classificação tornar-se-ia mais dispendiosa.

3.9 - Áreas do Conhecimento

Nas ocorrências das áreas do conhecimento, novamente encontramos uma enorme variedade de assuntos e temas divulgados nas diversas produções e percebemos que, em todas as modalidades de produção, essa variedade é uma constante. No banco, foram verificadas 267 áreas nas publicações, sendo 67 áreas com uma única ocorrência, 120 áreas com duas a 10 ocorrências e 41 áreas com 11 a 30 ocorrências, somando-se a essas as ocorrências demonstradas na tabela 15.1

Tabela 15.1

Ocorrências das áreas de conhecimento na produção total dos currículos no CV-Lattes (antes e depois do doutorado)

Áreas de Conhecimento		
	Frequência	Percentual
Comunicação	700	15,10%
Teoria da Comunicação	208	4,50%
Psicologia Social	202	4,30%
Publicidade e Propaganda	132	2,80%
Jornalismo	132	2,80%
Cinema	128	2,80%
Relações Públicas	106	2,30%
Extensão Rural	103	2,20%
Educação	93	2,00%
Tratamento e Prevenção Psicológica	91	2,00%
Sociologia	90	1,90%
Psicologia	87	1,90%
Sociologia do Trabalho	80	1,70%
Comunicação em Saúde	79	1,70%
Comunicação e Cultura	78	1,70%
Pesquisa em Enfermagem	72	1,50%
Relações Públicas e Propaganda	66	1,40%
Processos de Disseminação da Comunicação	62	1,30%
Educação e Comunicação	60	1,30%
Políticas Públicas	58	1,20%
Psiquiatria	57	1,20%
Globalização	55	1,20%
Agronomia	49	1,10%
Sociologia Rural	47	1,00%
Outros com menos de 1% (207 areas)	1945	41,85%

As áreas de conhecimento são especificações do cadastro da produção científica, onde o pesquisador define em quais assuntos ou disciplinas seu trabalho está inserido. No levantamento da tabela 15, a Comunicação aparece como principal área divulgada, sendo seu número de ocorrências, 700, maior que o somatório das quatro áreas abaixo de sua colocação (Teoria da Comunicação, Psicologia Social, Publicidade e Propaganda e Jornalismo). Entretanto, somente 2924 trabalhos, dos 4194 levantados dos CV-Lattes dos doutores, divulgaram pelo menos uma (1) área de conhecimento. Logo, 30,28 % dos trabalhos, respectivamente, 1270

ocorrências, não divulgaram nenhuma área de conhecimento, demonstrando uma dificuldade de definição e/ou adequação dos trabalhos em função da diversificação de assuntos.

Tabela 15.2

Ocorrências das áreas de conhecimento na produção total após a obtenção do doutorado

Áreas de Conhecimento			
	Frequência	Percentual	
Psicologia Social	214	8,2%	
Teoria da Comunicação	136	5,2%	
Tratamento e Prevenção Psicológica	85	3,3%	
Psicologia	84	3,2%	
Sociologia	82	3,2%	
Comunicação em Saúde	79	3,0%	
Sociologia do trabalho	79	3,0%	
Extensão Rural	77	3,0%	
Educação	74	2,9%	
Pesquisa em Enfermagem	72	2,8%	
Psiquiatria	57	2,2%	
Educação e Comunicação	56	2,2%	
Políticas Públicas	56	2,2%	
Relações Públicas e Propaganda	51	2,0%	
Globalização	47	1,8%	
Serviço Social Aplicado	44	1,7%	
Comunicação	43	1,7%	
Sociologia Rural	42	1,6%	
Relações Públicas	37	1,4%	
Multiculturalismo	36	1,4%	
Sociologia da Comunicação	36	1,4%	
Epistemologia	33	1,3%	
Estudos Culturais	31	1,2%	
Personalidade e Cultura	31	1,2%	
História	30	1,2%	
Identities	25	1,0%	
Jornalismo Político	25	1,0%	
Outros com menos de 1% (179 areas)	890	35,7%	

No levantamento das ocorrências de trabalhos, no período após a titulação de doutor, a “Comunicação” aparece em 17º lugar nas áreas divulgadas, com 43 ocorrências. No primeiro lugar, com 8,2%, aparece a “Psicologia Social”, seguida, com 5,2%, pela “Teoria da Comunicação”, como áreas principais da produção. Somente 941 trabalhos, dos 3157 levantados, não divulgaram pelo menos uma (1) área de conhecimento. Percentual menor do que a produção total, demonstrando uma maior concentração temática nas áreas de conhecimento após o doutorado. Mesmo assim, 29,80% dos trabalhos não apresentavam nenhuma área de conhecimento.

3.10 - Palavras - Chaves

Estatísticas semelhantes encontramos no levantamento das palavras-chaves: um percentual grande de ausência de pelo menos uma (1) palavra-chave na divulgação institucional da produção e uma diversidade nas ocorrências. Deste modo, 1421 ocorrências, 33,88% dos trabalhos, não apresentam nenhuma palavra-chave. Na tabela 16, as palavras chaves “Comunicação” e “Cultura” aparecem como as mais divulgadas, sendo seguidas, nesta ordem, por “Adolescentes”, “Cinema”, “Globalização”, “Trabalho”, “Recepção” e “Educação”, havendo 808 palavras-chaves com uma única ocorrência, 532 áreas com 2 a 10 ocorrências; 69 áreas com 11 a 30 ocorrências, somando-se a essas as ocorrências demonstradas na tabela 16.1.

Tabela 16.1
Ocorrências das palavras-chaves na produção total

Palavras-chaves		
	Frequência	Percentual
Comunicação	382	3,1%
Cultura	207	1,7%
Adolescentes	88	0,7%
Cinema	80	0,6%
Globalização	67	0,5%
Trabalho	66	0,5%
Recepção	64	0,5%
Educação	60	0,5%
Identidade	49	0,4%
Mídia	49	0,4%
Saúde	48	0,4%
Brasil	42	0,3%
Subjetividade	39	0,3%
Imprensa	37	0,3%
Televisão	36	0,3%
Internet	36	0,3%
Jornalismo	35	0,3%
Extensão rural	35	0,3%
Pesquisa	34	0,3%
Modernidade	33	0,3%
Literatura	32	0,3%
Propaganda	31	0,3%
Agricultura familiar	31	0,3%
Fotografia	31	0,3%
Outras com menos de 0,3% (1642 palavras chaves)	4422	86,08%

Poderíamos agregar algumas palavras-chaves principais em grupos de referência. Desde modo, “Recepção”, “Mídia”, “Imprensa”, “Internet”, “Propaganda”, “Televisão” e “Jornalismo” poriam ser entendidas como um grupo dos Meios de Comunicação; do mesmo modo podemos compreender a “Agricultura Familiar” e a “Extensão Rural” como Comunicação Rural; “Globalização” e “Trabalho” como Mercado de Trabalho; ou “identidade”, “Cultura” e “Subjetividade” em uma mesma categoria. Entretanto, a diversidade de temas ainda será uma constante de nos dados.

Tabela 16.2

Ocorrências das palavras-chaves na produção total após a obtenção do doutorado

	Frequência	Percentual
Comunicação	300	7,16%
Cultura	185	4,41%
Adolescentes	85	2,025
Cinema	64	1,52%
Globalização	60	1,43%
Trabalho	60	1,43%
Educação	48	1,14%
Saúde	46	1,09%
Mídia	46	1,09%
Identidade	42	1,00%
Subjetividade	35	0,83%
Extensão rural	34	0,81%
Modernidade	32	0,76%
Pesquisa	32	0,76%
Internet	31	0,74%
Agricultura familiar	31	0,74%
Brasil	30	0,71%
Jornalismo	28	0,66%
Psicologia	27	0,64%
Comunicação rural	26	0,62%
Tecnologia	24	0,57%
Universidade	23	0,54%
Relações públicas	22	0,52%
Fotografia	22	0,52%
Administração rural	22	0,52%
Novas tecnologias	21	0,50%
América latina	21	0,50%
Interculturalidade	21	0,50%
Outras com menos de 0,5% (1078 palavras chaves)	2749	65,64%

No levantamento das palavras-chaves dos trabalhos divulgados após a obtenção do título de doutor, o percentual de ausência de pelo menos uma (1) palavra-chave na produção obteve 1119 ocorrências, 35,44% dos trabalhos, um resultado percentual maior de ausência do que o verificado na produção total. As palavras chaves “Comunicação” e “Cultura” ainda aparecem como as principais divulgadas, sendo seguidas, nesta ordem, por “Adolescentes”, “Cinema”, “Globalização”, “Trabalho”, “Educação” e “Saúde”. A palavra chave

recepção que na tabela anterior teve 64 ocorrências, aparece em uma (1) ocorrência na 918ª posição. Entretanto, percentualmente, as ocorrências da primeira (Comunicação) e da segunda (Cultura) palavra chave, aumentaram 131,00% e 160,50%, respectivamente.

Novamente alguns grupos poderiam ser formados, como da mesma área de estudo, nas ocorrências das palavras chaves. Os Meios de Comunicação - “Cinema”, “Mídia”, “Jornalismo”, “Relações Pública” – teriam deste modo 3,76% das ocorrências; “Educação” e “Adolescentes” teriam 3,16%; “Identidade”, “Subjetividade” e “Interculturalidade” somados atingiriam 2,33%; “Globalização”, “Novas Tecnologias” e “Internet” ficariam com 2,67% e “Extensão Rural”, “Agricultura Familiar” e “Administração Rural” com 2,07%. Contudo, classificações tão aleatórias são um razoável indício da falta de identidade em torno dos estudos em comunicação.

3.11 - Meio de Divulgação

No que refere ao meio de divulgação desses trabalhos, a Plataforma Lattes oferece 4 modalidades: o meio impresso, meio digital, outros meios de divulgação e vários meios de divulgação. Na tabela 17, observamos a predominância do meio impresso, seguido por 430 trabalhos que não divulgaram sua forma de publicação na produção total divulgada nos CV-Lattes. Levando em consideração somente a produção após a titulação, encontramos a continuidade do “meio imprenso” como principal meio de divulgação, entretanto seguido por “outros meios”.

Tabela 16.1

Meio de Divulgação (produção total no Cv-Lattes)

	Frequência	Percentual	
Impresso	2686	64,0	
Nao Informado	430	10,3	
Outro	367	08,8	
Digital	279	06,7	
Vários	126	03,0	

Tabela 16.2

Meio de Divulgação (após o doutorado)

	Frequência	Percentual	
Impresso	1860	59,8%	
Outro	315	10,1%	
Nao Informado	299	9,6%	
Digital	275	8,8%	
Vários	113	3,6%	

Tabela 16.3

Meio de Divulgação (produção total no CV-Lattes)

	Meio de divulgação-percentuais				
	Não Informado	Impresso	Digital	Outro	Vários
1990	13,45%	83,19%		2,52%	0,84%
1991	10,68%	86,41%		2,91%	
1992	19,78%	72,53%		7,69%	
1993	13,33%	71,43%		13,33%	1,90%
1994	15,33%	73,72%		10,22%	0,73%
1995	12,99%	74,03%		10,39%	2,60%
1996	15,72%	69,87%		10,48%	0,87%
1997	16,04%	66,89%	2,73%	13,65%	0,68%
1998	10,61%	70,91%	3,94%	13,64%	0,91%
1999	9,23%	67,44%	8,97%	11,28%	3,08%
2000	9,59%	63,83%	9,37%	11,55%	5,66%
2001	6,18%	64,18%	15,14%	8,32%	6,18%
2002	9,02%	63,66%	15,61%	5,85%	5,85%

Em uma análise anual, confirmamos a predominância incontestável do “meio impresso”. Entretanto, o segundo meio mais utilizado de publicação

de trabalhos, sofreu constantes variações no decorrer da década. A partir de 1997, outros meios surgiram como forma de publicação: a difusão tecnológica no final da década de 90 propiciou o advento dos meios digitais. Atualmente, os “meios digitais” ocupam a segunda colocação nas formas de divulgação da produção científica em comunicação, entre os doutores formados a partir de 1990.

Tabela 16.4
Meio de Divulgação (após a obtenção do doutorado)

	Meio de divulgação				
	Não Informado	Impresso	Digital	Outro	Vários
1990	45,45%	36,36%		18,18%	
1991	20,00%	68,00%		12,00%	
1992	28,85%	57,69%		13,46%	
1993	25,49%	64,71%		9,80%	
1994	18,52%	66,67%		14,81%	
1995	14,89%	61,70%		19,155	4,26%
1996	13,50%	60,12%	1,84%	23,935	0,61%
1997	15,38%	61,97%	3,42%	18,80%	0,43%
1998	8,00%	70,55%	4,73%	16,00%	0,73%
1999	9,07%	65,74%	8,82%	13,35%	3,02%
2000	9,89%	65,84%	9,66%	8,76%	5,84%
2001	6,39%	66,30%	15,64%	5,29%	6,39%
2002	9,54%	67,27%	16,49%	0,52%	6,19%

Na produção posterior ao doutorado o meio de divulgação “impresso” também aparece como principal forma de suporte da produção, entretanto o segundo lugar que era de “outros” até o ano de 1999 é retirado pelo meio “digital”, passando inclusive para o quarto lugar em 2001, quando o meio “vários” conseguiu a terceira colocação. Por meio dos dados podemos concluir que, atualmente, os meios digitais ocupam a segunda colocação nas formas de divulgação da produção científica em comunicação, entre os doutores formados a partir de 1990.

3.12 - Ponderação da produção

Na mensuração da produtividade dos doutores-pesquisadores, metodologicamente atribuímos o valor 2,00 pontos para publicações de livros, 1,00 para as publicações de trabalhos completos e capítulos de livros e 0,50 ponto para trabalhos resumidos e demais trabalhos e produções, como meio de definir uma quantificação comum à produção dos pesquisados. Após o levantamento individual de toda a produção dos pesquisadores e a quantificação, baseada nos pontos acima, encontramos em um cruzamento toda a produção disponível e os seguintes valores, que a partir de agora chamaremos de *ponderação da produção*.

Em medida, ressaltamos que a classificação de valor aqui atribuída não representa de maneira alguma uma medida de valoração e/ou classificação qualitativa entre as modalidades de produção. Nossa intenção tem como finalidade específica poder medir em valores numéricos a atividade da produção. Temos ciência que muitos outros meios poderiam ser utilizados para essa averiguação, esperamos que o nosso resultado possa servir como uma comparação qualificada.

Tabela 17
Ponderação da produção Total

Media		34,14
Mediana		24,25
Desvio padrão		29,16
Ponderação Mínima		2,00
Ponderação Máxima		121,00

Em termos de análise, a tabela 17 não pode ser considerada como um estudo comparativo. A media da *ponderação da produção* de todos os pesquisadores não leva em consideração o tempo diferenciado de produção e formação dos doutores. Entretanto, verificamos que, entre os 112 doutores pesquisados, a menor produção individual obteve apenas 2 pontos e o maior índice geral 121 pontos em toda a produção científica divulgada. Não podemos

deixar de destacar a enorme variação da produção dos doutores formados na última década, incluindo uma constante de produções anuais próximas à zero. Mesmo no atual quadro de incentivo a formação de doutores, tendo em vista a legislação em vigor, anualmente existem doutorandos que não produzem e/ou divulgam um número muito pequeno de trabalhos científicos ou técnicos em seu Currículo Lattes. Quando lançamos o mesmo olhar somente na produção científica, como podemos perceber na coluna de “Produção Mínima” do doutorando.

Tabela 18

Ponderação da produção total por ano de obtenção até a titulação.

Tabela de produção total do doutorando				
Ano do doutorado	Média de produção até o doutorado	Ponderação do doutorando (produção/ano)	Produção Mínima Total	Produção Máxima Total
1990	17,10	1,41	0,00	34,00
1991	17,20	1,41	0,00	33,00
1992	6,81	0,74	9,00	43,00
1993	20,67	2,34	0,00	61,00
1994	8,92	0,80	0,00	24,00
1995	8,30	0,84	1,00	18,00
1996	9,00	2,49	2,00	21,00
1997	13,50	1,33	1,00	53,00
1998	16,85	1,86	3,00	40,00
1999	13,50	1,79	2,50	30,00
2000	17,94	1,79	0,50	58,50
	13,62	1,53		

Na análise da produção do doutorando (a produção antes da obtenção do título de doutor), verificamos uma enorme variação da média produção dos doutorandos entre os anos de 1990 a 1996. Após 1997, os dados demonstram uma estabilidade seguida de um constante crescimento médio, não somente na média geral de produção, como também na ponderação dessa produção (estabelecemos como ponderação a divisão da produção do doutorando dividido pelo número de anos de trabalhos publicados¹⁰⁵). Na tabela 18, também

¹⁰⁵ Neste trabalho a média de ponderação é igual a P (produção) / nA (número de anos de trabalhos publicados). Como exemplo: o pesquisador que teve 20 pontos de publicações no

podemos perceber a discrepância entre a produção mínima, que em alguns anos chega 0,00 pontos, e a máxima, divulgadas em todos os anos analisados. Concluímos que um número expressivo de doutores não tem interesse de divulgar ou não produziram publicações científicas ou técnicas até a obtenção do doutorado. Durante o doutorado, a média de produção dos últimos 4 anos é menor que dois, isto é, menos de, por exemplo, 2 artigos ao longo do curso.

Tabela 19.1
Produção total por ano de obtenção após a titulação

Tabela de produção do doutor-pesquisador				
Ano do doutorado	Média de produção pós-doutorado	Ponderação do doutor (produção/ano)	Produção Mínima Total	Produção Máxima Total
1990	52,50	4,38	23,50	95,00
1991	50,00	4,30	25,00	100,00
1992	18,81	1,71	9,00	33,00
1993	9,00	0,90	3,00	17,00
1994	44,83	4,98	5,00	99,00
1995	24,00	3,00	3,50	48,50
1996	27,43	3,92	0,00	104,00
1997	16,91	2,82	1,00	47,50
1998	12,35	2,47	0,00	27,50
1999	12,32	3,08	0,00	50,00
2000	15,12	5,04	0,00	53,50
	25,75	3,33		

Nos números relativos à produção posterior à obtenção do doutoramento, novamente os dados nos mostram uma enorme discrepância na média de produção entre os anos de 1990 e 1996, seguida de uma relativa estabilidade entre os anos de 1997 a 2000. Contudo, mesmo nos últimos quatro (4) anos, essa média teve um decréscimo de 4 pontos, de 1997 a 1998, e um crescimento de três (3) pontos entre os anos de 1999 e 2000. No entanto, no que se refere à ponderação anual, existe uma estabilidade, seguida de um

CV-Lattes e tem no ano de 1999 a data da primeira publicação; calculamos o número de anos até 2003 (5anos) e dividimos esse numero pelo resultado por sua pontuação ($20/5 = 4$). Sua média ponderação de publicação anual será de 4,0.

pequeno crescimento, após o ano de 1997, com uma produção mínima de alguns desses doutores perto do zero (0,0) nos últimos 5 anos. Mesmo levando em consideração a possibilidade de um pós-doutoramento no exterior, o que em tese acarretaria a perda temporária ou definitiva desse profissional formado no Brasil, a constante ocorrência de uma produção mínima próxima ao patamar zero, nos últimos cinco (5) anos, pode ser considerada uma questão significativa e que pediria uma análise mais apurada do efeito da formação. De fato, é possível entender que a procura do doutorado não está fortemente ligada com a aspiração da pesquisa e seu produto, a publicação, para uma parcela significativa.

Na análise da média de produção após a obtenção do doutorado obtivemos 25,41 pontos, com uma média anual de 3,27 pontos de publicação. Entre os anos de 1997 e 2000, onde os dados demonstram uma estabilidade relativa, obtivemos uma média de 14,27 pontos, com uma média anual de 3,35 pontos de publicação. Contudo, ressaltamos que a média anual depende do número de pesquisadores formados naquele ano e em uma situação com um pequeno número de doutores, um desses deve ter uma produção constante e significativa, pode gerar uma média alta. Para efeito de verificação do desenvolvimento e da crescente produção, o índice que chamamos de ponderação parece ser o melhor indicador.

Tabela 19.2

Produção total por ano de obtenção após a titulação

	Ponderação após o doutorado						
	1	2	3	4	5	6	7
	0,0	0,1 - 3,0	3,1 - 6,0	6,1 - 9,0	9,0 - 12,0	12,0 - 15,0	<15,0
1990		1		1			
1991		1	3	1			
1992		8					
1993		3					
1994		2	2	1	1		
1995		2	2	1			
1996	1	5		1	1	1	
1997		8	2	2			
1998	3	6	4	1	1	1	
1999	4	9	5	2	1	2	
2000	3	8	4	0	1		4
s/ano		1	1				

Na tabela 20, percebemos um crescimento gradativo da ponderação máxima atingida pelos doutores na década de 1990. Até o ano de 1993, a ponderação máxima estava na categoria quatro (4); em 1994, foi atingida a categoria cinco (5); e em 1996, atingiu-se a categoria seis (6). Somente em 2000, os doutores conseguiram uma ponderação máxima acima de 15 pontos. Em outra análise, podemos perceber que 11 doutores não produziram ou não divulgaram nenhuma produção após a obtenção da titulação - em percentuais, 9,8 % dos doutores com CV-Lattes. Novamente destacamos a enorme variação da produção científica nos doutores formados na última década, incluindo o aumento da constante de produções anuais próximas à zero, como podemos perceber na coluna de “Produção Mínima” do doutor após a obtenção do título.

3.13 - Ponderação nas IES Públicas e Privadas

Acreditamos que um estudo comparativo entre a dinâmica da produção entre os doutores lotados em IES públicas e IES Privadas pode enriquecer nossa análise e revelar dados significativos para o estudo proposto.

Tabela 20.1

Produção total por ano após a titulação de doutores que tem o endereço principal em Instituições Públicas

Tabela de produção do doutor-pesquisador (IES Públicas)				
Ano do doutorado	Média de produção pós-doutorado	Ponderação do doutor (produção/ano)	Produção Científica Mínima	Produção Científica Máxima
1990	38,75	2,98	5,00	72,50
1991	47,17	3,93	14,00	95,00
1992	9,38	0,85	5,00	15,00
1993	5,00	0,50	5,00	5,00
1994	55,25	6,14	40,50	99,00
1995	21,16	2,65	6,50	36,50
1996	20,19	2,88	0,00	64,50
1997	15,57	2,60	0,00	41,00
1998	9,69	1,94	0,00	16,00
1999	7,50	1,88	0,00	27,00
2000	5,85	1,95	1,00	13,00

Tabela 20.2

Produção total por ano após a titulação de doutores que tem o endereço principal em Instituições Públicas

	Ponderação após o doutorado (IES Públicas)						
	1	2	3	4	5	6	7
	0,0	0,1 - 3,0	3,1 - 6,0	6,1 - 9,0	9,0 - 12,0	12,0 - 15,0	<15,0
1990		1	1				
1991		2		1			
1992		4					
1993		1					
1994			3		1		
1995		2	1				
1996	1	5		2	1		
1997	1	3	2	1			
1998	1	6	1				
1999	2	9	1	1			
2000		7	3				
s/ano							

Entre os doutores que atualmente tem como endereço profissional principal instituições públicas os dados nos mostram a discrepância na média de produção entre os anos de 1990 e 1996, seguida de uma relativa estabilidade entre os anos de 1997 a 2000, com uma perda de progressiva na média de produção. Tendo nos últimos quatro (4) anos uma queda de 10 pontos, o que nos remete novamente a possibilidade de uma mudança na classificação das modalidades de trabalhos. No entanto, no que se refere à ponderação anual, existe uma relativa estabilidade nos últimos 3 anos, com uma produção mínima de zero (0,0) para cinco doutores nos últimos 5 anos. Novamente levantamos a possibilidade do pós-doutoramento no exterior ou o exercício somente do magistério superior, entre outras possibilidades. Entretanto, há um fato, 5,87% dos doutores que estão em IES públicas não divulgaram e/ou produziram nenhum trabalho após a sua formação em Doutor.

Tabela 21.1

Produção total por ano de obtenção após a titulação de doutores que tem o endereço principal em Instituições Privadas

Tabela de produção do doutor-pesquisador (IES Privadas)				
Ano do doutorado	Média de produção pós-doutorado	Ponderação do doutor (produção/ano)	Produção Científica Mínima	Produção Científica Máxima
1990				
1991	37,75	3,15	36,50	39,00
1992	13,50	1,23	0,00	27,00
1993	2,50	0,25	1,00	4,00
1994	5,00	0,56	5,00	5,00
1995	12,50	1,53	3,50	21,00
1996				
1997	13,50	2,25	0,00	18,50
1998	8,50	1,70	0,00	17,00
1999	13,00	3,25	0,00	32,00
2000	23,00	7,67	0,00	46,00

Tabela 21.2

Produção total por ano de obtenção após a titulação de doutores que tem o endereço principal em Instituições Privadas

	Ponderação após o doutorado (IES Privadas)						
	1	2	3	4	5	6	7
	0,0	0,1 - 3,0	3,1 - 6,0	6,1 - 9,0	9,0 - 12,0	12,0 - 15,0	<15,0
1990							
1991			2				
1992	1	1					
1993		2					
1994		1					
1995		2					
1996							
1997	1	1					
1998	1		1				
1999	1	1		1	1		
2000	2				1	1	1
s/ano				1			
	6	8	3	2	2	1	1

Entre os doutores que atualmente tem como endereço profissional principal instituições privadas os dados uma enorme variação nas médias anuais, existindo dois anos, 1990 e 1996, sem nenhum doutor com titulação. Repetindo a mesma instabilidade, no que se refere à ponderação anual, com uma produção mínima de zero (0,0) para cinco doutores nos últimos cinco (5) anos. Certamente o quadro de instabilidade na media de produção dos doutores da IES privadas podem ser explicados pelos pelas dificuldades do exercício da pesquisa nas IES privadas, lembramos do quadro de dualidade proposto por Lovisolo¹⁰⁶. Excetuando a possibilidade do pós-doutoramento no exterior, o exercício somente do magistério superior, entre outras possibilidades, há 15,65% doutores de IES privadas que não divulgaram e/ou produziram nenhum trabalho após a sua formação em Doutor.

Tabela 21.1

Produção total por ano de obtenção após a titulação de doutores (ponderada)

Ano do doutorado	Ponderação do Doutor de IES Públicas	Ponderação do Doutor de IES Privadas
1990	2,98	
1991	3,93	3,15
1992	0,85	1,23
1993	0,50	0,25
1994	6,14	0,56
1995	2,65	1,53
1996	2,88	
1997	2,60	2,25
1998	1,94	1,70
1999	1,88	3,25
2000	1,95	7,67

Em uma comparação anula da ponderada de produção dos doutores formados entre profissionais em IES privadas e públicas os dados demonstram uma predominância do setor público na media de publicação na primeira metade de 1990, com uma pequena diferença entre os anos de 1997 e 1998, que resultaria em uma liderança destacada das IES privadas nos últimos anos.

¹⁰⁶ Opus cit., LOVISOLO, H.

Tabela 20.2

Produção total por ano após a titulação de doutores (ponderada)

	Ponderação após o doutorado		
	0,0 – 0,0	0,1 – 3,0	=> 3, 1
IES Públicas	7,94%	63,49%	25,40%
IES Privadas	26,09%	34,78%	38,61%

Se optarmos em apresentar percentualmente as médias ponderadas produção (produção/anos), dentro de áreas médias, verificamos que 63,49 % dos doutores que trabalham em IES públicas produziram nos anos de 1990 até 3,0 pontos de publicações técnicas e científicas, com 25,40% com uma ponderada maior que 3,1 pontos. Nas IES privadas a maioria dos doutores, 38,61%, produziram ponderadas maiores ou iguais à 3,1 pontos, com 34,78% abaixo dessa média. Entretanto um percentual de 24,09% não produziram e/ou publicaram nenhuma produção em IES privadas, nas IES Públicas esse percentual fica em 7,94%.

Tabela 22.1

Ponderadas da Produção Total após a obtenção do título de doutor

MÉDIA DE PRODUÇÃO TOTAL														
Ano de obtenção	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	
1990	2	-	3	5,5	1	1,5	4,5	4,5	5	3	7	7,25	4,75	3,77
1991		2,4	4,4	1,8	3,1	3,2	2,7	4,9	3,7	6,3	4,1	2,2	2	3,40
1992			0,81	1,16	1,31	0,56	1,25	1,25	1,9	3,06	1,93	2,5	1,6	1,58
1993				1,7	0,7	1,8	2,0	1	1,5	1,7	0,8	1	0,5	1,27
1994					1,3	3,75	5	7,6	4,25	6,25	8,16	4,7	3,59	4,95
1995						0,9	2,4	3,8	5,4	5,4	4,2	5,6	5,7	4,18
1996							2,25	2,1	6,00	5,37	5,56	3,88	3,88	4,14
1997								2,5	2,7	2,8	3,05	3,05	2,4	2,75
1998									2,9	2,85	4,7	3,6	3,6	3,53
1999										2,8	2,95	3,5	2,6	2,96
2000											3,37	6,25	5,56	5,06
	1,00	1,15	2,7	1,95	1,18	1,83	2,26	2,94	2,66	2,88	3,32	2,62	2,17	2,50

Na tabela de ponderação anual da produção total, classificadas pelo ano de obtenção dos títulos dos doutores, observamos o patamar de até dois pontos de produção na primeira metade da década de 1990, seguido de um

crescimento até o ano de 2000. Observamos um crescimento considerável na produção dos doutores formados entre os anos de 1994 e 1996, seguido de uma relativa estabilidade na produção, cindida pela ponderação do ano 2000. Na média anual da produção, com a participação de todos os doutores formados até o ano específico, observamos um crescimento gradativo; novamente após a primeira metade da década a ponderação permanece abaixo dos dois (2,0) pontos e na segunda metade a ponderação ficará predominantemente entre dois (2,0) e três (3,0) pontos. Em uma média ponderada geral os doutores tiveram dois pontos e meio (2,5) de produção total na década de 1990.

Tabela 22.2

Ponderadas da Produção Científica total após a obtenção do título de doutor

MÉDIA DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA														
Ano de obtenção	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	
1990	1		3	5	1	1,5	3,5	4,25	3,5	3	5	4,75	2,75	2,94
1991		2,3	4,6	1,8	3	3,2	2,6	4,6	3,6	5,1	3,5	2,5	3,6	3,36
1992			0,5	0,67	1	0,5	1	0,83	1,42	2,58	1,67	1,75	0,83	1,16
1993				0,33		1,67	0,67	0,67	1,33		0,5	0,33		0,55
1994					0,92	3,5	3,92	5,58	3,5	4	7,58	3,59	3,08	3,96
1995						0,6	2,1	3,1	2,8	4,3	2,4	2,2	1,2	2,34
1996							2,06	1,69	3,38	3,44	4,69	2,25	2,65	2,88
1997								2,83	2,67	3,11	3,11	2,78	2,5	2,83
1998									1,78	1,61	3,61	1,83	2	2,17
1999										1,68	2,36	3,29	2,36	2,42
2000											2,11	3,54	2,89	2,84
	1	0,67	3,08	1,86	1,24	2,26	2,44	3,44	2,93	2,93	3,21	2,24	1,95	2,39

Na tabela de ponderação anual da produção científica, também classificadas pelo ano de obtenção dos títulos dos doutores, os dados demonstram uma ponderação inconstante até o ano de 1995, quando foi atingindo um patamar mínimo de dois pontos e meio (2,5), que possibilitará uma média de 2,74 pontos na segunda metade da década de 1990, ponderação bem superior aos 1,44 pontos conseguidos na primeira metade da década. Desde modo, percebemos um crescimento ou uma maior preocupação na divulgação da produção científica após o não de 1995, chegando a uma estabilidade de 3,0 pontos de ponderação entre os anos de 1997 e 2000.

Estabilidade essa, reflexa da média de publicações das turmas de doutores formados a partir de 1995. Na tabela, os dados por ano de obtenção do título, demonstram que os doutores publicaram e/ou divulgaram 2,58 pontos de trabalhos científicos em media entre 1995 e 2000.

Tabela 22.3

Ponderadas da Produção Científica total após a obtenção do título de doutor de doutores com endereço profissional principal em IES Públicas

MÉDIA DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA (Doutores em Instituições Públicas)														
Ano de obtenção	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	
1990	1		3	5	1	1,5	3,5	5,25	3,5	3	5	4,75	2,75	3,02
1991		1,33	6	1,67	2,83	3,5	3	4,17	3,83	7,17	3,5	2,83	3,67	3,63
1992			0,25	0,75	1,5	0,75	1,25	0,5	1,25	1,75	0,88	1,25	0,5	0,97
1993						5	1	2	3		0,5			1,15
1994					0,88	2,5	5,13	6,38	5	3,75	9,88	4,38	2,88	4,53
1995						0,33	1,17	3,83	1	3,5	2	0,67	0,67	1,65
1996							2,06	1,68	3,75	3,43	4,69	2,25	2,62	2,63
1997								3,67	3,25	3,58	3,08	1,92	2,33	2,97
1998									1,75	1,69	3,19	1,69	1,88	2,04
1999										1,42	1,79	2,88	1,83	1,98
2000											0,75	2,05	2,35	1,72
	1,00	0,67	3,08	1,86	1,24	2,26	2,44	3,44	2,93	2,93	3,21	2,24	1,95	2,39

Tabela 22.4

Ponderadas da Produção Científica total após a obtenção do título de doutor de doutores com endereço profissional principal em IES Privadas

MÉDIA DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA (Doutores em Instituições Privadas)														
Ano de obtenção	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	
1990														
1991		3,75	2,5	2	3,25	2,75	2	5,25	3,25	2	3,5	2	3,5	2,97
1992			1	0,5			0,5	1,5	1,75	4,25	3,25	2,75	1,5	1,54
1993				1			1		1		1	1		0,50
1994						1			1	1			2	0,55
1995						2	1	1,5	3,5	2,5	1,5	4		2,00
1996														
1997								2,25	1,25	1,75	1,75	2,75	4,75	2,42
1998									2	1	7	3	3	3,20
1999										2,25	5,25	4,75	5,5	4,44
2000											7,67	11,33	7	8,66
		0,00	1,88	1,17	0,88	0,65	0,96	0,64	1,31	1,53	1,48	2,81	2,87	2,48

Nas tabelas 22.3 e 22.4 demonstramos a produção científica ponderada dividida entre os profissionais que divulgaram seu principal endereço profissional em instituições de caráter público e os que divulgaram em instituições de caráter privado, respectivamente. Para fins práticos, lembramos que 74 doutores (66,1%) informaram ter como IES públicas como campo de atuação principal e 31 doutores (27,7%) informaram as IES de caráter privado, existindo 07 doutores (6,3%) sem endereço profissional divulgado.

Na tabela 22.3, os doutores em IES públicas, de modo geral, e principalmente por representar a maior parcela dos doutores analisados na tabela 22.2 obtiveram resultados muito próximos à tabela anterior citada: uma produção inconstante até o ano de 1995, com uma estabilidade em torno de 3,0 pontos entre 1997 e 2000 e uma média geral de 2,39 pontos, idêntica a média geral de produção científica (com IES públicas e privadas juntas). Estes dados somados a predominância numérica dos doutores em IES públicas demonstram como os resultados desse trabalho, em relação à produção científica, estão intrinsecamente vinculados a produção dos recém-doutores que trabalham no ensino superior público.

Entretanto, a média da produção científica por ano de obtenção, logo, a media anual de produção dos doutores formados em determinado ano, pelos dados encontra-se em ligeiro declínio após o ano de 1997. Um das hipóteses, já levantadas anteriormente, vincula esse declínio às novas formas de classificações das modalidades que pertencem à produção científica. Um possível estreitamento qualitativo das classificações dos trabalhos científicos, tendo em vista a divulgação de uma produção científica dentro dos novos parâmetros em sintonia com a CAPES e a LDB.

Na produção científica dos doutores com endereço profissional em IES privadas, obtivemos um significativo aumento nas últimas três grupos que obtiveram sua titulação em 1998, 1999 e 2000. Entretanto esse crescimento, nas médias gerais por ano de produção, já pode ser percebido a partir de 1997/1998. Embora em situações contrárias empenhamos os mesmos motivos para as IES públicas, para os resultados dos últimos anos: a LDB e a CAPES. A partir da primeira, a necessidade de titulação mínima do corpo docente pode

ter influenciado na produção e na formação de novos doutores e, logo, de projetos de pesquisas na IES privadas como parte da obrigatoriedade para a permanência como universidades ou como estratégia para o pleito dessa classificação junto a CAPES.

Conclusão

O que é a Comunicação? Para o pesquisador da disciplina, essa pergunta aparece muito mais como uma constante nas debates da área, do que uma mera questão epistemológica levantada em algum momento de sua formação. Há um aforismo entre os economistas que diz: a economia é aquilo que os economistas fazem. Esta parece ser a situação no campo da comunicação. A solução prática, nem a classificação pelos diplomas, elimina a constante procura da identidade disciplinar e do lugar que pertence o estudo da Comunicação. Usando a mesma lógica podemos dizer que os doutores em comunicação são aquilo que produzem. Então, temos a questão: o que é a produção científica em Comunicação?

Nesta dissertação estudamos a produção científica em comunicação dos doutores formados entre os anos de 1990 e 2000, na perspectiva de levantar questões, por meio da análise de seu Currículo Institucional Lattes, sobre as dinâmicas e as tendências da produção e dos resultados da formação como pesquisador. Desde modo, verificando por meio do próprio pesquisador, mais especificamente de sua produção declarada, as fronteiras e os objetos que, empiricamente, estão sendo utilizados para a produção do conhecimento da área.

A centralização das práticas dos participantes de um campo, ao invés das relações entre o sujeito/objeto do conhecimento dos fenômenos de um campo é denominada de *Epistemologia Prática* pelo Hugo Lovisolo¹⁰⁷. Segundo o autor, o campo de formação dos futuros pesquisadores também faz parte das tarefas essenciais para o campo de conhecimento. O campo que não se preocupa com a formação de seus futuros quadros tende a desaparecer ou a ser anexado a um outro campo de conhecimento. Desse modo, o processo de formação configura-se em um importante espaço de debate dos acordos e inclinações epistemológicas e teóricas das áreas de conhecimentos. Lovisolo

107

ainda define que quando maior o “acordo”, maior a homogeneidade na área e menor a necessidade de discussões epistemológicas na disciplina.

Desde modo, quais os acordos que podemos levantar na análise dos CV-Lattes desses doutores? Para responder essa questão vamos inicialmente as IES de formação desse doutores. Das cinco instituições que formaram doutores em comunicação na década de 1990, duas escolas representam 90,24% dos doutores levantados e 88,40% dos CV-lattes cadastrados na plataforma curricular do MCT, a ECA (USP) e ECO (UFRJ), logo os resultados terão margem de proximidade muito maior nestas duas IES. De uma maneira geral 68,29% dos doutores se cadastraram na Plataforma Lattes, se levarmos em consideração somente os cursos novos - a UMESP, a UFBA e a UNICAMP somente formaram doutores a partir de 1998 - esse percentual fica em 91, 9% de cadastrados o que demonstra a crescente preocupação das instituições formadoras e dos recém-doutores de ingressarem no sistema curricular nacional.

Com uma divisão homogenia entre os gêneros, com 50,9% de homens e 49,1% de mulheres, os doutores em comunicação concentram em IES públicas seu principal endereço profissional divulgado, em uma relação de 66,1% de instituições públicas para 27,7% em instituições privadas. Contudo, observamos que as atividades profissionais entre instituições públicas e privadas divulgadas no restante dos currículos encontram-se em uma paridade numérica, o que demonstra para nós uma preferência de divulgar como endereço principal as IES públicas, resultando tanto da forte ligação entre a produção científica e o sistema público quanto de possíveis prestígios diferenciados entre os segmentos no campo da pesquisa e pós-graduação.

A região sudeste concentra 66,1% dos endereços profissionais dos doutores formados na década de 1990, resultado direto da concentração de escolas formadoras nessa mesma região que atinge 94,6% de IES com doutorado em comunicação. Na processo de formação, 45,5% não tiveram ou não informaram nenhum apoio institucional de programas ou de instituições de fomento, fato que dificulta de inúmeras maneiras a obtenção da titulação e a concentração na produção durante o doutorado. Em percentuais, 41,0 % desse doutores, sem nenhum auxílio financeiro, trabalhavam em instituições privadas, o que na prática impossibilita em muito a possibilidade de licença remunerada

e/ou outras modalidades de apoio para a formação pós-graduada. Entretanto, e mesmo nessas condições desfavoráveis, a duração média do doutorando foi estimada em 4,45 anos, com um desvio padrão pouco maior que 12 meses.

Nas características informadas sobre as teses, a principal produção especializada do recém doutor, podemos iniciar algumas considerações sobre os “acordos” que podem existir na área de comunicação. Nas palavras-chaves divulgadas encontramos 6,84% e 1,52% de ocorrências das palavras-chaves “Comunicação” e “Cultura”, respectivamente, no universo de 395 ocorrências para os 112 doutores pesquisados. Nas áreas de conhecimentos, escolhidas no sistema da Plataforma Lattes e respeitando a classificação da CAPES, obtivemos a concentração das áreas de “Teoria da Comunicação”, “Comunicação”, “Jornalismo Especializado”, “Ciência da Informação”, “Comunicação e Cultura” e “Educação” que juntas representam 29,31% das 84 áreas com ocorrências; contudo 22,32% de doutores não informaram nenhuma área de conhecimento a qual pertence sua tese. No cadastramento dos setores de atividades das teses tivemos um percentual de não preenchimento de 41,07%. No restante, encontramos 29,2% de ocorrência no setor de atividade intitulado de “Produtos e serviços Recreativos, Culturais, artísticos e Desportivos”, seguido por “Educação” e “Educação superior”, respectivamente com 21,9% e 9,4%, todos os setores com áreas de atuação pouco definidas. Os dados parecem indicar uma dificuldade significativa para estabelecer acordos e, a partir deles, preencher as categorias solicitadas pelo Lattes.

Em todas as classificações das teses de doutorado podemos perceber um grau de heterogeneidade muito grande nas palavras-chaves, área de conhecimentos, embora a primeira seja de classificação pessoal do doutor e a segunda precise considerar a tabela de classificação elaborada pela CAPES. No setor de atividade, embora haja uma concentração de 60,4% em três setores a natureza múltipla das atividades que podem ser exercidas nesses setores, podem disfarçar uma a permanência dessa heterogeneidade, o percentual elevado de não preenchimento é outro indicador de dispersão ou falta de adequação às opções dos setores do Lattes.

No levantamento da formação dos 112 doutores com CV-Lattes obtivemos 86,3% de doutores que fizeram mestrado nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas, com 59,3% especificamente na área

de Comunicação. Desses 44,41% fizeram mestrado no mesmo instituto que obtiveram o doutorado. Se levamos somente em consideração as duas maiores escolas esse percentual cresce para 47,06% para ECA e 58,33% para ECO, o que comprova em parte, a prática de “endogamia” institucional, ou seja, no doutorado parcela significativa das vagas são destinadas aos formados na própria instituição.

O que poderia reforçar a heterogeneidade e falta estrutural de “acordos” epistemológicos que definam a área de estudo da comunicação, uma vez que metade dos doutores apostam na continuidade da uma formação científica iniciada no mesmo instituto e, muito provavelmente, com o mesmo corpo docente. Uma resposta possível é dizer que inexitem acordos sólidos dentro de cada instituição.

Tomando com referência a atuação profissional, a atuação em IES públicas e em IES privadas no primeiro ano de doutorado, 50% dos doutorandos tinham vínculos em IES públicas e 22,95% em IES privadas, sofrendo uma paridade estatística no primeiro ano após a obtenção, quando 43,67% estavam em IES públicas e o mesmo percentual em IES privadas. Verificamos um aumento de 83,9% de doutores em IES privadas após o doutorado entre os anos de 1996 e 1998, reflexo da LDB e os novos parâmetros de titulação impostos para o corpo docente de universidades. A partir de 1997, as IES privadas iniciaram a contratação de doutores para obedecerem os novos critérios do MEC.

Na análise da produção, os dados nos mostraram que 52,4% dos trabalhos publicados nos CV- Lattes podem ser considerados de natureza “Científica” --Artigos completos e trabalhos completos e resumidos em eventos e livros e capítulos publicados-- e 47,6% de trabalhos técnicos. Na produção antes do doutorado 59,39% dos trabalhos eram científicos e 35,44% técnicos, após a obtenção do título, os percentuais diminuíram sua diferença ficando em 51,93% para científicos e 47,13% para técnicos no geral.

A principal área de conhecimento, na produção total dos doutores, a “Comunicação”, obteve 15,10% de ocorrências, seguida por “Teoria da Comunicação” e “Psicologia Social” com 4,5% e 4,3%, respectivamente, seguidos de 238 ocorrências com percentuais menores e, desses, 207 com menos de 1% de aparições. Nas ocorrências posteriores à obtenção da

titulação, a “Psicologia Social” aparece em primeiro lugar com 8,2%, seguido pela “Teoria da Comunicação” com 5,2%; “Tratamento e Prevenção Psicológica” com 3,3%; “Psicologia” com 3,2% e “Sociologia” com 3,2%. Em uma análise de áreas correlatas, a Psicologia detinha 14,7% de ocorrências, a Comunicação 5,2% e a Sociologia 3,2% nas cinco primeiras colocações, seguidas de 201 áreas, sendo 179 áreas com apenas uma ocorrência.

No levantamento das palavras-chaves da produção total, “Comunicação” e “Cultura” foram as maiores ocorrências, seguidas de 1666 palavras com menos de 1% de ocorrências. O mesmo levantamento após a obtenção da titulação de doutor apresenta as mesmas ocorrências nas primeiras colocações, seguidas de 1109 palavras, 1101 delas com menos de 1% de ocorrências. Novamente, então, encontramos heterogeneidade ou falta de acordo sobre a forma de definir os temas ou objetos das pesquisas.

A predominância do meio impresso na publicação desses trabalhos no decorrer da década teve um ligeiro declínio, mas continua em liderança incontestável, entretanto os meios digitais após na segunda metade da década iniciaram um aumento na participação dos meios de publicação, assumindo a segunda colocação nos últimos anos de 1990.

Na análise da produção total dos pesquisadores obtemos um percentual de 34,14 pontos de produção em toda a vida acadêmica do doutor, entretanto, o enorme diferencial entre a produção mínima (0,0 pontos) encontrada e a produção de máxima divulgada (121,0 pontos) configura a enorme variável entre os doutores, e, mesmo em número pequeno de escolas, a enorme dispersão do resultado prático da formação do pesquisador: a produção científica.

Em média antes do doutorado foram produzidos 13,62 pontos de publicação, com 1,53 pontos de produção anual desse doutorando, em uma possível relação, a publicação de um trabalho completo e uma produção técnica por ano. Após a obtenção do doutorado, a produção total fica em 25,41 pontos, com uma produção anual de 3,27 pontos de produção acadêmica e profissional. Contudo, 9,8% dos doutores não produziram e/ou divulgação nenhuma produção, decisivamente um grupo considerável, e que acarretou uma significativa diminuição das médias gerais, além de demonstrar uma preocupação que a política de formação científica deve levar em consideração.

Em uma análise comparativa da produção dos doutores em IES públicas e privadas os dados comprovam a predominância da produção média, na primeira metade de 1990 dos doutores em IES públicas, seguida com uma equivalência após o ano de publicação da LBD e a primeira colocação das IES Privadas nos anos de 1999 e 2000. Novamente temos como princípio análise a perspectiva da “pressão” dos novos parâmetros da LDB e dos programas de fomento nas IES privadas, influenciado decisivamente na necessidade prática de produção em seus profissionais. A maioria de seus doutores, 38,61%, teve uma média de produção acima de 3,1 pontos, com 34,61% em até 3,0 pontos; os mesmos números nas públicas são de 25,20% (maior que 3,1) e 63,49 (com até 3,0).

Na produção científica, considerando somente os trabalhos acadêmicos, obtivemos 2,39 pontos de produção na década de 1990, com 2,74 pontos se levarmos somente em consideração os últimos 5 anos, com certa estabilidade entre os anos de 1997 e 2000. Se separarmos os números entre as IES privadas e públicas, a primeira atingirá 2,48 pontos e a segunda 2,39 pontos de publicações/ano, um número que pode sugerir um valor um pouco superior a dois artigos completos por ano. Nos dois últimos anos de análise as IES públicas apresentam um declínio e as IES privadas um crescimento em relação à média de produção.

Desde modo, para nós, a heterogeneidade das características da produção, as lacunas na divulgação dos trabalhos produzidos e o significativo percentual de doutores que não divulgaram e/ou produziram nenhum trabalho científico e/ou técnico, entre as outras análises desenvolvidas nessa dissertação, devem ser avaliadas e reavaliadas para a criação de medidas para a melhoria da atividade de pesquisa em comunicação e a formulação de acordos epistemológicos e práticos para a formação qualificada do pesquisador em comunicação. As diferenças e semelhanças na dinâmica de produção entre os profissionais de IES Públicas e Privadas configuram-se, para nós, elementos da mesma equação.

Nesta dissertação tivemos como objetivo mapear a produção científica em comunicação por meio de seu principal ator: o pesquisador. Temos a certeza e a humildade necessária para saber que essa investigação apenas se inicia e que, para o desenvolvimento da pesquisa científica no país, precisamos

nos retirar dos tradicionalismos e elitismos herdados de nossa própria formação histórico no campo da pós-graduação, para repensar um sistema que não privilegia estatísticas ou sigam modelos considerados internacionalmente aceitos.

Precisamos estabelecer uma política científica que gere aplicações práticas na mesma medida que propicie a formação qualificada de pesquisadores e os estudos de teorias disciplinares, perspectivas da produção que devem ser igualmente fomentadas e avaliadas. Para isso devemos tratar as diferentes realidades do ensino superior público e privado, compreendendo suas especificidades, atribuindo estratégias diferentes para situações diferentes e estreitando os vínculos entre o que é produzido nos programas de pós-graduação e centros de pesquisas, com a realidade de ensino e a prática na sociedade. A produção científica qualificada dever ser o produto final do investimento na formação de profissionais e pesquisadores nas IES brasileiras, entretanto tem uma função social tão importante quanto qualquer menção de classe: ajudar o desenvolvimento social e econômico da sociedade como um todo. Compreender a realidade do homem envolvido nessa empreitada, com certeza, é um dos caminhos dessa mudança.

Referências bibliográficas

3.4 Fontes e Bibliografia

3.4.1 Fontes

Fontes:

- ✓ Legislação da Pós-Graduação do Conselho Nacional de Educação (CNPq)
- ✓ Estatísticas da Pós-Graduação e o Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), 1990 a 2002.
- ✓ Resumos Técnicos do Censo de Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 1990 a 2002.
- ✓ Plataforma de Currículo Lattes (CV-Lattes - CNPq) 1990 a 2002.
- ✓ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Sítio <www.pucsp.br/>.
- ✓ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS. Sítio <www.pucrs.br/>.
- ✓ Universidade de Brasília – UNB. Sítio <www.unb.br/>.
- ✓ Universidade de Campinas – UNICAMP. Sítio <www.unicamp.br/>.
- ✓ Universidade de São Paulo – USP. Sítio <www.usp.br/>.
- ✓ Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. Sítio <www.unisinos.br/>.
- ✓ Universidade Federal da Bahia – UFBA. Sítio <www.ufba.br/>.
- ✓ Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Sítio <www.ufrj.br/>.
- ✓ Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Sítio <www.ufrgs.br/>.
- ✓ Universidade Federal Fluminense – UFF. Sítio <www.uff.br/>.
- ✓ Universidade Metodista de São Paulo – UMESP. Sítio <www.umesp.br/>.

3.4.2. Bibliografia

ABRAMCZYK, J. Periodismo científico en iberoamerica. In: I CONGRESO NACIONAL DE PERIODISMO CIENTÍFICO. Madrid, Conselho Superior de Investigações Científicas, 1990.

AFONSO, M. José Reis e a democracia do saber. *Informativo JR*, São Paulo, ECA, n. 18, mar./abr.1999.

ALEXANDRE, Marcos. O Papel da Mídia na Difusão das Representações Sociais. *Revista Comum*. n. 17. Publicação das Faculdades Integradas Hélio Alonso,

ANDERSON, Perry. Investigação noturna: Calos Ginzburg. In: Zona de compromisso. São Paulo: UNESP, 1997.

ANDRADE, A. M. R. Físicos, Mésons e Política: a dinâmica da ciência na sociedade. São Paulo / Rio de Janeiro: Hucitec, Museu de Astronomia e Ciências Afins, 1999.

ANDRADE, A. M. R. O Cruzeiro e a construção de um mito da ciência. In: *PERSPICILLUM*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, nov. 1997.

ANDRADE, A. M. R. Aconteceu, virou manchete. *Revista Brasileira de História-ANPUH*, São Paulo, v. 21, n.41, p. 243-264. 2001.

ARARIPE, Flaminio. Produção científica cresce no Brasil: resultado econômico não aparece. In: Sala de Prensa. ano IV, v.2, n. 42, abr. 2002. Disponível em: <<http://www.saladeprensa.org/art342.htm>>. Acesso em: 01 jun. 2004.

BARBOSA, Gustavo G.; RABAÇA, Carlos A. *Dicionário da Comunicação*. São Paulo: Ática, 1987.

BARROS, H. L. *O objeto da divulgação da ciência*, MAS, Rio de Janeiro, 1997.

BOOTH,W. C., COLOMB G. G., WILLIAMS J. M. *A arte da pesquisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Coleção Ferramentas.

BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

_____. O poder simbólico. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BRANCO, Vitorino Prata Castello. *Curso de Jornalismo*. São Paulo: Tipografia Cultura, 1945.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. *Parecer nº 977/65*. Definição dos cursos de pós-graduação. Brasília, DF, 1965.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Reformulação do Sistema de Avaliação da Pós-graduação: o modelo a ser implantado na avaliação de 1998*. Brasília, DF, 1996. (documento em discussão).

BRASIL. *Decreto-Lei 5.480 de 13/05/43*. Institui o Curso de Jornalismo no sistema de ensino superior do país e dá outras providências. In: Currículo de Comunicação Social. 2.ed. Gabinete Civil da Presidência: Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1984.

BRASIL. *Lei 9.394 de 20/12/1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. In: Publicação especial da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação . *Avaliação do ensino de Comunicação Social*. Brasília: Secretaria de Ensino Superior/Comissão de Especialistas de Comunicação Social, 1987.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Plano Nacional de Pós-graduação no Brasil*. Brasília, DF, 1975.

BRAVO, L. A pós-graduação no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 58, n. 128, p. 388-397, 1972.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo científico: conceito e funções. *Ciência e Cultura*, v.37, n.9, p.1420-1427, set.1985.

_____. Dependência externa de tecnologia. In: *Revista Scientific American Brasil*. São Paulo: Ediouro, a. 1, n. 3, ago. 2002.

BURKE, Peter. Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p.14.

BURKETT, W. *Jornalismo científico: como escrever sobre ciência, medicina e alta tecnologia para os meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

CALDAS, G. A formação dos jornalistas científicos no Brasil. *Revistas Pesquisa FAPESP*. Disponível em: <<http://www.fapesp.br>>. Acesso em: 15 abr. 2002.

CANDOTTI, E. Ciência na educação popular. In: MASSARINI, Luisa; MOREIRA, Ildeu de Castro; BRITO, Fátima (Orgs.). *Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

CAPES tenta reduzir índices de evasão de cursos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, A9, 14 ago.1998.640 *Educ. Soc.*, Campinas, v. 24, n. 83, p. 627-641, ago. 2003. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

CARDOSO, F.H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1977. 114p.

CARVALHO, A. P. de *A ciência em revista: um estudo dos casos de Globo Ciência e Superinteressante*. São Bernardo do Campo, Instituto Metodista de Ensino Superior, 1996. 178p.

CASTELL, Manuel. *O Poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAGAS FILHO, C. Atualidades e perspectivas da pós-graduação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 58, n. 128, p. 241-248, 1972.

CHAUÍ, Marilena. Aspectos da Cultura Popular no Brasil. In: _____. *Conformismo e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

CIMPEC. *Periodismo educativo y científico*. 2. ed. Quito, Época, 1976. 205 p.

CONDÉ, Geraldo Garcez. *Paradigma sob suspeita : notas para um estudo da tensão massa / individuo na teoria clássica da mídia*, 2002, 14 p. Mimeografado.

CUNHA, L.A. A expansão do ensino superior: causas e conseqüências. *Debate & Crítica*, São Paulo, n. 5, p. 27-58, 1975.

_____. A pós-graduação no Brasil: função técnica e função social. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 14, n. 5, p. 66-70, 1974.

_____. *A universidade crítica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. 260p.

DEBATE CIÊNCIA NA MÍDIA, promovido pela Revista Minas faz Ciência, n.8.
Disponível em: <<http://revista.fapemig.br/8/debate.html>>. Acesso em: 04 jul. 2003.

DURÁN, C. R. *Aspas*: divulgação científica. Disponível em: <<http://www.observatorioidaimprensa.com.br/ofjor>>. Acesso em: 12 set. 2001

ECO, U. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 1983.

ESTUDOS históricos. *História e Cultura*: conversa com Carlos Ginzburg. Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, 1990, p.254-263.

FADUL, Anamaria. Indústria Cultural e Comunicação de Massa, In: *Linguagem e Linguagens*. São Paulo : Ed. São Paulo, 1993. (Série Idéias).

_____; LINS DA SILVA, Carlos Eduardo; MELO, José Marques de. São Paulo: INTERCOM; Cortez e Moraes, 1979. Pág. 104-119 (Transcrito da Documenta nº 206, Brasília, MEC-CFE, janeiro de 1978)

FAXINA, Élson. *Observações sobre o ensino de Comunicação no Brasil*. Rio de Janeiro, 29 jan. 1999. Entrevista concedida à Cristina Charão Marques.

FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas. *Proposta de bases para a formulação do Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação Profissional dos Jornalistas*. Florianópolis: Sind. dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina, 1997.

FERNANDES, Ana Maria. *A construção da Ciência no Brasil*. Brasília: Editora da UNB, 1990.

FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. (org.). Um olhar sobre o passado: história das Ciências na América Latina. São Paulo: Editora da Unicamp, 2000.

FROTA-PESSOA, O. José Reis, o divulgador da ciência. *Ciência e cultura*, v.40, n.6, p. 528-530, jun. 1988.

GADOTTI, Moacyr. *Educação e poder: introdução à Pedagogia do conflito*. 6. ed., São Paulo: Cortez, 1985. 112 p.

GENTILLI, V., *O Jornalismo Brasileiro nos anos 1950*, Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/viii-sipec/qt05>>. Acesso em: maio 2002.

GIANOTTI, Jose Arthur. A Universidade em ritmo de barbarie. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 19-20.

GINZBURG, Carlos. Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *O queijo e os vermes: o cotidiano e idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

GIRAUD, J. *Organização dos estudos de doutorado na França*. São Paulo: NUPES, 1996.

GLEISER, Marcelo. Medo da ciência. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 27 jun. 2003. Caderno Mais.

GÓES, P. Aspectos administrativos da educação pós-graduada no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 58, n. 128, p. 224-231, 1972.

GONÇALVES, Marcio Souza. *Comunicação, Cultura e Subjetividade*., 12 páginas, 2002. Mimeografado.

GRACIAREMA, J. Pós-Graduação em ciências sociais na América Latina. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 58, n. 128, p. 265-280, 1972.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. (Perspectivas do Homem, Filosofia, v. 48).

GUARESCHI, Pedrinho. “Sem Dinheiro não Há Salvação”: Acorando o Bem e o Mal entre Neopentecostais. In: _____. *Textos em representações sociais*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

GUIRALDELLI JR., P. *História da educação*. São Paulo: Cortez, 1991. 240 p.

GUPTA, U. G.; Clarke, R. E. Theory and applications of the Delphi technique: a bibliography(1975-1994). *Technological Forecasting and Social Change*, New York, v. 53, n. 2, pp. 185-21,1996.

HABERMAS, Jurgem. *Técnica e ciência como ideologia*. Lisboa: Edições 70, 1968.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7.ed. Rio de Janeiro: DP&A, , 2003.

HAMBURGER, E. Para que pós-graduação? *Encontros com a civilização brasileira*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

HELAL, R. “Cultura e Idolatria: Ilusão, Consumo e Fantasia”. In: ROCHA, E. (org), *Cultura e Imaginário*, Madri, Rio de Janeiro, 1998.

HERSEY, Jonh, , *Hiroxima*, Tradução de Halmicar de Garcia, Rio de Janeiro: Record, 1946.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1998.

HOBSBAWN, Eric J. *A era dos impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*, Cia das Letras, São Paulo.

IZUWA, M. A prática do jornalismo científico no Brasil. *Comunicação e Sociedade*, São Paulo, a.VI, n. 11, pp. 89-111, jun. 1984.

JAGLE, A. Imprensa e educação científica. *Ciência e Cultura*, v.31, n. 6 p. 642-643, jun. 1979.

JAMESON, Fredric. Globalização e estratégias política. In: *A cultura do dinheiro*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

KASTEIN, M. R., JACOBS, M., VAN DER HELL, R. H. et al. Delphi, the issue of reliability; a qualitative Delphi study in primary care in the Netherlands. *Technological Forecasting and Social Change*. New York, v. 44, n. 3, pp. 315-323, 1993.

KELLY, Celso. *As novas dimensões do Jornalismo*. Rio de Janeiro: Agir, 1966.

KRIEGHBAUM, H. *Os diversos tipos de noticiário científico: a ciência e os meios de comunicação de massa*. Rio de Janeiro, Edições Correio da Manhã, 1979. pp. 19-36.

KRUNSCH, Margarida Maria Krohling. *Universidade e Comunicação na Edificação da Sociedade*. São Paulo: Edições Loyola, p.19

KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*, Perspectiva, São Paulo. 1996.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*, Edições 34, Rio de Janeiro, 1994.

LOPES, José Leite. *Ciência e libertação*. 2.ed.Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LOVISOLO, H. *Vizinhos distantes : universidade e ciência na Argentina e no Brasil*, Rio de Janeiro: Eduerj, 2000.

_____. A Crescente Dualidade no Ensino Superior. *Revista Ciência Hoje*. n.173, jul. 2001.

_____. Contra Pareto e a favor da qualidade de vida: notas. 2003. 12 p. Mimeografado.

_____. Dualidade do crescimento universitário: tendências e questões, 2003. 6 p. Mimeografado.

_____. Pesquisa na universidade ou como nos estamos tornando filosoficamente americanos.2003. 8 p. Mimeografado.

MARQUES DE MELO, José .*Contribuições para uma pedagogia da comunicação*, São Paulo: Paulinas, 1974.

MARTINO, L.C. Cepticismo e inteligibilidade do pensamento comunicacional. *Ciberlegenda*. n.5, 2001. Disponível em: <<http://www.uff.br/mestcii/martino1.htm>>. Acesso em: 20 jun.2004.

MASSARANI, L. A divulgação científica no Rio de Janeiro: algumas reflexões sobre a década de 20. Rio de Janeiro, 1998.

MATTELART, Armand ; MATTELART, Michèle. Histoire des théories de la Communication. La Découverte. Paris, 1995, p.4.

MATTOS, Sérgio. Ensino de Jornalismo: Sem a Integração Teoria Prática não Haverá Solução. In: MELO, José Marques de (org). *Coleções GT's Intercom: Transformações do Jornalismo brasileiro: ética e técnica*. São Paulo: INTERCOM, 1994.

MEDITSCH, Eduardo Barreto Vianna. Adeus CIESPAL: ruptura brasileira no ensino de Jornalismo. In: KUNSCH, Margarida K. *O Ensino de Comunicação: análises, tendências e perspectivas*. São Paulo: ABECOM/ECA-USP, 1992. p. 198-205.

_____. *O conhecimento do Jornalismo*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1992.

MEDITSCH, Eduardo. *O Jornalismo é uma forma de conhecimento?*. 1997. 16 p. (Conferência feita nos Cursos da Arrábida – Universidade de Verão). Mimeografia.

MELLO, José Marques de. *Ensino de Comunicação: da tecnofobia ao experimentalismo*. In: Anais do I Encontro de Comunicação Social, Juiz de Fora, out. 2003.

_____. Impasses do jornalismo científico. *Comunicação e Sociedade*, a.IV, n. 7, pp.19-24, mar. 1982.

_____. Quando a ciência é notícia: estudo comparativo da cobertura científica na imprensa diária do Rio de Janeiro e de São Paulo. São Paulo, ECA, 1986, 103 p.

MELLO, José Marques de. Poder, universidade e escolas de Comunicação. In: _____; FADUL, Anamaria; LINS DA SILVA, Carlos Eduardo.(Orgs.). *Ideologia e poder no ensino de Comunicação*. São Paulo: INTERCOM/Cortez e Moraes, 1979. p. 31-42.

MENDES, D.T. Pesquisa e ensino no mestrado de educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 58, n. 128, p. 249- 264, 1972.

MICELI, Sérgio (Coord.). *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Sumaré; FAPESP, 1993.

MIGLIACCIO, M. I. *O conhecimento científico como um dos fundamentos da formação universitária do jornalista científico*. São Bernardo do Campo, Instituto Metodista de Ensino Superior, 1989,242 p.

MINDLIN, José. Ciência e tecnologia na globalização. *Revista Scientific American Brasil*. Coluna Opinião. São Paulo: Ediouro, a. 1, n. 2, jul. 2002.

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. *O que o brasileiro pensa da ciência e da tecnologia?* Rio de Janeiro, CNPQ, 1987. 95 p.

NEVES, Margarida de Souza. *As vitrines do progresso*. Rio de Janeiro: FINEP; PUC/RJ, Departamento de História, 1986.

NIXON, Raymond B. O ensino de jornalismo na América Latina. *Cadernos de Jornalismo e Editoração*. São Paulo, n. 3, 1971.

NORBERT, Elias. *O Processo Civilizador: formação do estado e civilização*, v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

NUNES, L.C.P. *Análise da política de pós-graduação no Brasil*. 1978. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1978.

NUZZI, Erasmo de Freitas. 40 anos de ensino de Jornalismo no Brasil: relato histórico. In: KUNSCH, Margarida K. *O Ensino de Comunicação: análises, tendências e perspectivas*. São Paulo: ABECOM/ECA-USP, 1992. p. 20-36.

ORTIZ, Renato. *Cultura e modernidade-mundo*. In: _____. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

- RAMOS, Murilo César. *Observações sobre o ensino de Comunicação no Brasil*. Rio de Janeiro, 25 jan.1999. Entrevista concedida à Cristina Charão Marques.
- REGO, Francisco G. Torquato. *Formação do jornalista*. In: FADUL, Anamaria, LINS DA SILVA, Carlos Eduardo, MELO, José Marques de. São Paulo: INTERCOM/Cortez e Moraes, 1979. p. 159-167.
- REIS, J. Ciência e jornalismo. *Ciência e Cultura*, v.24, n. 2, p. 130-140, 1972.
- REIS, J. Responsabilidade de cientistas e jornalistas científicos. *Ciência e Cultura*, v. 26, n.7, p.657-66, jul. 1974.
- RIBEIRO, D. *Os cursos de pós-graduação. Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- ROMANELLI, O.O. *História da educação no Brasil*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.
- ROSA, L.P. Universidade, intelectuais e ciência para transformação social existem? In: *O PODER e o saber. universidade em debate*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.
- ROSSETI, F. Existência do mestrado é questionada. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 nov. 1997.
- RUBIM, Antônio Albino Canelas. *Entrevista para Monografia - Observações sobre o Ensino de Comunicação no Brasil*. Salvador, 7 fev. 1999. Entrevista concedida à Cristina Charão Marques por correio eletrônico. rubim@ufba.br
- SÁ, Adísia. *Regulamentação das profissões: do corporativismo ao compromisso social*. In: KUNSCH, Margarida K. *O Ensino de Comunicação: análises, tendências e perspectivas*. São Paulo: ABECOM/ECA-USP, 1992. p. 55-58.
- SAGAN, C. O mundo assombrado pelos demônios; a ciência como uma vela no escuro. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. 442 p.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Um discurso sobre as ciências*.12. ed., Lisboa, Porto: Edições Afrontamento, 2001.

SANTOS, Cássio Miranda. A proletarização do trabalho docente: entre o mito, a realidade e a possibilidade. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, n. 4, ago./dez. 1998.

_____. Tradições e Contradições da Pós-Graduação no Brasil. *Revista Educação e Sociedade*. Campinas, v. 24, n. 83, p. 627-641, ago.2003. Disponível em: <<http://www.sbgrio.sbg.org.br/download>>. Acesso em: 30 maio 2004.

SANTOS, V. L. S. de O. Jornalismo científico: definições, origem e história. *Ciência e Cultura*, v.31, n.5, p. 499-504, 1978.

SARAIVA, José Flávio Sombra (org.) *Relações internacionais contemporâneas: da construção do mundo liberal à globalização*. Brasília: Paralelo 15, 1997

SARMENTO, D.C. *Cursos de pós-graduação em educação: influência sobre a percepção de seus egressos quanto a problemas educacionais brasileiros*. 1986. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1986.

SCHNEIDERS, Ricardo. *Observações sobre o ensino de comunicação no Brasil*. Porto Alegre, 10 fev.1999. Entrevista concedida à Cristina Charão Marques.

SCHWARTZMAN, Simon. Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil. Brasília: MCT/CEE, 2001.

SODRÉ, N. W., *A História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1966

SOKAL, A.; BRICMONT, J. *Imposturas intelectuais; o abuso da ciência pelos filósofos pós-modernos*. Rio de Janeiro, Record, 1999. 316 p.

SOUZA, Pompeu de. Experiências no ensino de Jornalismo: da Universidade do Brasil à Universidade de Brasília. *Cadernos de Jornalismo e Editoração*. São Paulo: ECA-USP, v.18, p. 39-45, nov.1986

THOMPSON, Jonh B. *A globalização da Comunicação*. In: _____. *A Mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

TORRALES AGUIRRE, D. *O jornalismo científico e a educação para uma sociedade pós-industrial*. São Bernardo do Campo, Instituto Metodista de Ensino Superior, 1989. v. 1, 284 p.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. *O que é Universidade*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

WEBER, Maria Helena. *Ditadura e sedução: redes de comunicação e coerção no Brasil - 1969/1974*. 1994. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994. p. 91-104

WITTER, Geraldina Porto. *Produção Científica*. Campinas: Editora Átomo, 1997. p. 115.

Anexo 1

Endereço profissional

	Frequência	Percentual	Cumulative Percentual
	7	6,3	6,3
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Centro de Ciências da Comunicação.	4	3,6	9,8
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação – UFRJ.	3	2,7	12,5
Universidade de São Paulo , Escola de Comunicações e Artes , Departamento de Relações Públicas Propaganda e Turismo	3	2,7	15,2
Centro de Estudos Gerais , Departamento de Comunicação Social	3	2,7	17,9
Universidade de São Paulo , Escola de Comunicações e Artes , Departamento de Jornalismo e Editoração	2	1,8	19,6
Faculdade de Comunicação Social Casper Líbero	2	1,8	21,4
Universidade Federal de Viçosa , Centro de Ciências Agrárias , Departamento de Economia Rural	2	1,8	23,2
Universidade Federal do Rio de Janeiro , Escola de Comunicação , Departamento de Expressão e Linguagens - UFRJ	2	1,8	25,0
Universidade Federal do Rio de Janeiro , Escola de Comunicação , Departamento de Técnicas da Comunicação - UFRJ	2	1,8	26,8
CIDADE UNIVERSITARIA- SAO PAULO SP	1	,9	27,7
Ministério da Cultura , Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional , Museu da República - MINC	1	,9	28,6
Universidade Federal do Rio Grande do Norte , Centro de Ciências Humanas Letras e Artes , Departamento de Ciências Sociais	1	,9	29,5
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul , Faculdade de Comunicação Social , Departamento de Relações Públicas	1	,9	30,4
Instituto Municipal de Ensino Superior de Sao Caetano do Sul - IMES	1	,9	31,2
Universidade Federal do Rio de Janeiro , Escola de Comunicação , Departamento de Teoria da Comunicação - UFRJ	1	,9	32,1
Universidade do Rio de Janeiro , Centro de Letras e Artes , Escola de Teatro - UNIRIO	1	,9	33,0
Centro de Educação e Humanidades , Departamento de Psicologia Social e	1	,9	33,9

Institucional			
Universidade Federal do Rio de Janeiro , Instituto de Psiquiatria , Programa de Psiquiatria - UFRJ	1	,9	34,8
Universidade Federal do Rio Grande do Sul , Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação , Departamento de Comunicação - UFRGS	1	,9	35,7
Universidade do Estado do Rio de Janeiro , Faculdade de Comunicação Social - UERJ	1	,9	36,6
Universidade Federal de Juiz de Fora , Faculdade de Comunicação - UFJF	1	,9	37,5
FIAM FAAM CENTRO UNIVERSITÁRIO , COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO EDITORIAL	1	,9	38,4
Universidade Federal da Bahia , Faculdade de Comunicação - UFBA	1	,9	39,3
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro , Coordenação de Curso de Extensão , Curso de Especialização Em Psicologia Clínica - PUC	1	,9	40,2
Universidade Federal de Juiz de Fora , Faculdade de Comunicação , Departamento de Jornalismo - UFJF	1	,9	41,1
Universidade Federal de Minas Gerais , Escola de Ciência da Informação , Departamento de Teoria e Gestão da Informação - UFMG	1	,9	42,0
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho , Faculdade de Arquitetura Artes e Comunicação de Bauru , Departamento de Comunicação Social	1	,9	42,9
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro , Centro de Ciências Sociais - PUC-	1	,9	43,8
Universidade Federal de Minas Gerais , Escola de Ciência da Informação , Departamento de Gestão da Informação	1	,9	44,6
Universidade Federal do Rio Grande do Sul , Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação , Departamento de Ciências da Informação	1	,9	45,5
Universidade do Vale do Itajaí , Centro de Educação Superior de Ciências Humanas e da Comunicação	1	,9	46,4
Universidade do Estado do Rio de Janeiro , Sub Reitoria de Extensão e Cultura - UERJ	1	,9	47,3
Universidade do Estado do Rio de Janeiro , Centro de Educação e Humanidades , Instituto de Psicologia - UERJ	1	,9	48,2
Universidade Federal do Espírito Santo , Centro de Artes , Departamento de Fundamentos Técnicos Artísticos - UFES	1	,9	49,1

Universidade Federal de São João del-Rei , Centro Científico , Departamento de Letras Artes e Cultura - UFSJ	1	,9	50,0
Universidade Federal da Bahia , Faculdade de Educação , Departamento de Educação	1	,9	50,9
Centro de Educação e Humanidades , Departamento de Ciências e Fundamentos da Educação	1	,9	51,8
Universidade Metodista de Piracicaba - Instituto Educacional Piracicabano , Centro de Ciências Humanas , Faculdade de Comunicacao	1	,9	52,7
Universidade Estadual do Ceará , Centro de Humanidades , Departamento de Ciências Sociais	1	,9	53,6
Universidade Federal do Paraná , Setor de Ciências Humanas Letras e Artes , Departamento de Ciências Sociais	1	,9	54,5
Universidade do Vale do Rio dos Sinos , Centro de Ciências da Comunicação , Área de Conhecimento e Aplicação de Comunicação e Artes	1	,9	55,4
Universidade Salvador , Departamento de Ciências Sociais Aplicadas 3 - UNIFACS	1	,9	56,3
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia , Departamento de Ensino e Pesquisa - IBICT	1	,9	57,1
Universidade Estadual de Campinas , Reitoria , Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade - UNICAMP	1	,9	58,0
Universidade Paulista , Instituto de Ciências Sociais e Comunicação , Luís Goes	1	,9	58,9
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo , Setor de Pós-Graduação , Programa de Pós- Graduação em Comunicação e Semiótica	1	,9	59,8
Universidade Federal da Bahia , Faculdade de Comunicação , Departamento de Comunicação - UFBA	1	,9	60,7
Instituto Belo Horizonte de Ensino Superior - IBHES	1	,9	61,6
Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ	1	,9	62,5
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária , Centro Nacional de Pesquisa de Monitoramento por Satélite , Embrapa	1	,9	63,4
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária , Centro Nacional de Pesquisa de Recursos Genéticos e Biotecnologia	1	,9	64,3
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia , Departamento de Saúde , Campus de Jequié	1	,9	65,2
Centro de Educação e Humanidades ,	1	,9	66,1

Departamento de Fundamentos de Psicologia Universidade Metodista de São Paulo , Faculdade de Publicidade Propaganda e Turismo Póscom , Rudge Ramos - UMESP	1	,9	67,0
Universidade de Ribeirão Preto , Faculdade de Comunicação , Ribeirão Preto	1	,9	67,9
Universidade Federal da Bahia , Escola de Administração , Departamento de Sistemas e Processos Gerenciais - UFBA	1	,9	68,8
Universidade Federal da Bahia , Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas , Departamento de Filosofia - UFBA	1	,9	69,6
Universidade Federal da Bahia , Instituto de Letras , Departamento de Letras Vernáculas - UFBA	1	,9	70,5
Universidade do Vale do Paraíba	1	,9	71,4
Universidade São Marcos	1	,9	72,3
UNA - Ciências Gerenciais	1	,9	73,2
UEL- CAMPUS UNIVERSITARIO	1	,9	74,1
Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB	1	,9	75,0
Universidade de Marília , Centro de Ciências Humanas Letras e Artes	1	,9	75,9
Universidade Federal de Minas Gerais , Escola de Ciência da Informação , Departamento de Teoria e Gestão da Informação	1	,9	76,8
Universidade Federal de Minas Gerais , Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas , Departamento de Comunicação Social - UFMG	1	,9	77,7
Universidade do Vale do Rio dos Sinos , Centro de Ciências da Comunicação , Programa de Pós Graduação Em Ciências da Comunicação	1	,9	78,6
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul , Faculdade de Comunicação Social , Programa de Pós Graduação Em Comunicação Social	1	,9	79,5
Universidade Federal de Sergipe , Centro de Educação de Ciências Humanas , Departamento de Letras - UFS	1	,9	80,4
Pontifícia Universidade Católica de Campinas , Faculdade de Jornalismo , Centro de Linguagem e Comunicação	1	,9	81,3
Universidade Federal do Paraná , Departamento de Comunicação Social	1	,9	82,1
Universidade de São Paulo , Escola de Comunicações e Artes	1	,9	83,0
Universidade Estadual de Londrina , Centro de Educação Comunicação e Artes , Departamento de Comunicaçã	1	,9	83,9

Universidade Católica de Santos , Coordenadoria de Pós Graduação , Pós Graduação - UNISANTOS	1	,9	84,8
Universidade Federal do Rio de Janeiro , Escola de Belas Artes , Departamento de Integração Cultural - UFRJ	1	,9	85,7
Universidade Federal Fluminense , Centro de Estudos Gerais , Instituto de Artes e Comunicação Social - UFF	1	,9	86,6
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho , Instituto de Artes	1	,9	87,5
Universidade Metodista de São Paulo , Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológicas - UMES	1	,9	88,4
Universidade Federal Rural de Pernambuco , Departamento de Educação - UFRPE	1	,9	89,3
Universidade Tuiuti do Paraná , Ceppe , Mestrado Em Comunicação e Linguagens	1	,9	90,2
Centro de Estudos Gerais , Departamento de Psicologia -	1	,9	91,1
Universidade Federal Fluminense , Centro de Estudos Gerais , Departamento de Ciência da Informação - UFF	1	,9	92,0
Centro de Educação e Humanidades , Departamento de Teoria da Comunicação	1	,9	92,9
Universidade Federal de Goiás , Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia - UFG	1	,9	93,7
Universidade Federal Fluminense , Centro Tecnológico , Departamento de Arquitetura - UFF	1	,9	94,6
Universidade Estadual de Londrina , Centro de Educação Comunicação e Artes , Departamento de Ciências da Informação	1	,9	95,5
Universidade do Rio de Janeiro , Centro de Ciências Humanas , Departamento de Processos Técnico Documentais - UNIRIO	1	,9	96,4
Universidade Federal de Juiz de Fora , Faculdade de Comunicação Social , Departamento de Jornalismo - UFJF	1	,9	97,3
Universidade Federal do Rio de Janeiro , Escola de Comunicação	1	,9	98,2
Universidade Metodista de São Paulo , Faculdade de Comunicação Multimídia , Pós Graduação Em Comunicação Social - UMESP	1	,9	99,1
Universidade Estácio de Sá , Centro de Ciências Humanas e da Educação - UNESA	1	,9	100,0
Total	112	100,0	

Anexo 2

Ocorrências das Palavras-Chaves na apresentação da Titulação de Doutorado

	Frequencia	Percentual
Comunicação	26	6,6
Cultura	6	1,5
Cinema	4	1,0
Filosofia	4	1,0
Ética	3	,8
Psicologia social	3	,8
Educação	3	,8
Discurso	3	,8
Teoria da Comunicação	3	,8
Simbólico	2	,5
Semiótica	2	,5
Literatura	2	,5
Novas tecnologias	2	,5
Ensino de Jornalismo	2	,5
Epistemologia	2	,5
Jornalismo	2	,5
Comunicação organizacional	2	,5
Internet	2	,5
Publicidade e propaganda	2	,5
Comunidade	2	,5
Imprensa	2	,5
Fotografia	2	,5
Identidade nacional	2	,5
Glauber rocha	2	,5
Globalização	2	,5
Pesquisa	2	,5
Sociologia	2	,5
Subjetividade	2	,5
Cidadania	2	,5
América latina	2	,5
Ciência da Informação	2	,5
Cultura popular	2	,5
Voz silenciosa	2	,5
Modernismo	2	,5
Modernidade	2	,5
Memoria social	2	,5
Televisão	2	,5

Cidade	2	,5
Surrealismo	2	,5
Virtual	2	,5
Fenomenologia	1	,3
Feminino	1	,3
Extensão rural	1	,3
Ceticismo	1	,3
Exclusão	1	,3
Etnometodologia	1	,3
Estudo de recepção	1	,3
Estética teatra	1	,3
Ceará	1	,3
Carmen miranda	1	,3
Fotografia brasileira contemporânea	1	,3
Historia	1	,3
Herbert marcuse	1	,3
Hegemonia	1	,3
Habitação	1	,3
Grupos	1	,3
Governo	1	,3
Globalização e comunicação	1	,3
Brasil	1	,3
Buñuel	1	,3
Futebol	1	,3
França- alemanha	1	,3
Fotojornalismo	1	,3
Desconstrução	1	,3
Canais de Informação	1	,3
Estética	1	,3
Documentos de Filmes	1	,3
Documento	1	,3
Dessimetria	1	,3
Culturas juvenis	1	,3
Discurso sindic	1	,3
Discurso fotográfico	1	,3
Culturas populares	1	,3
Derrida	1	,3
Difusão de tecnologia na agr.	1	,3
Difusão de Tecnologia	1	,3
Determinismos sociais	1	,3
Design gráfico	1	,3
Desenvolvimentismo	1	,3

E-Business	1	,3
Ecologia	1	,3
Esporte espetáculo	1	,3
Esporte e mídia	1	,3
Espiritualidade	1	,3
Espetáculos políticos	1	,3
Cultura e Sociedade	1	,3
Espaço potencial	1	,3
Escrita	1	,3
Escola de Frankfurt	1	,3
Cultura organizacional	1	,3
Cultura política identidade	1	,3
Empresa	1	,3
Educação matemática	1	,3
Educação e Comunicação	1	,3
Wittgenstein	1	,3
História	1	,3
Marketing do um a um	1	,3
Marketing cultural	1	,3
Manual de Redação Empresa	1	,3
Manifestação espontânea	1	,3
Literatura modernista	1	,3
Literatura de massa	1	,3
Linguagem publicitária	1	,3
Linguagem fotográfica	1	,3
Linguagem	1	,3
Leitura-teoria	1	,3
Júlio Bressane	1	,3
Judeidade	1	,3
Judaísmo	1	,3
Jovem	1	,3
Jornalistas	1	,3
Jornalismo impresso	1	,3
Mediação	1	,3
Meio de Comunicação de Ma	1	,3
Meios de comunicação	1	,3
Movimentos sociais	1	,3
Movimentos sociais	1	,3
Movimento sindical	1	,3
Motivação	1	,3
Modernização da agricultu	1	,3
Modernização	1	,3
Mídia esportiva	1	,3

Mídia	1	,3
Mídia	1	,3
Metodologia	1	,3
Mercado	1	,3
Menino de Rua	1	,3
Memória popular	1	,3
Memória	1	,3
Melancolia	1	,3
Meios de Comunicação	1	,3
Jornalismo eletrônico	1	,3
Jornalismo e Tecnol.	1	,3
Imaginário social	1	,3
Imaginário	1	,3
Imaginário	1	,3
Imagens técnicas	1	,3
Imagem	1	,3
Imagem-oscilação	1	,3
Identidades	1	,3
Identidade nacional	1	,3
Identidade cultural	1	,3
Identidade	1	,3
Identidade-alteridade	1	,3
Horário Gratuito de Propa	1	,3
História política	1	,3
História do espetáculo	1	,3
História das Idéias	1	,3
História da Imprensa	1	,3
Imigração	1	,3
Imprensa	1	,3
Imprensa alternativa	1	,3
Jornalismo e racismo	1	,3
Jornalismo comunitário	1	,3
Jornalismo	1	,3
Jogos	1	,3
Introjeção de conhecimentos	1	,3
Intertextualidade	1	,3
Interdisciplinaridade	1	,3
Interculturalidade	1	,3
Interatividade	1	,3
Intencionalidade de Comum.	1	,3
Institutos de pesquisa	1	,3
Inovação tecnológica	1	,3
Informal	1	,3

Imprensa sindical	1	,3
Imprensa sindical	1	,3
Imprensa alternativa	1	,3
Brasil-bahia-portugal-áfrica	1	,3
Biblioteca universitária	1	,3
Publicidade rural	1	,3
Públicos	1	,3
Raça	1	,3
Rádio	1	,3
Real	1	,3
Real	1	,3
Recepção	1	,3
Recepção	1	,3
Redes de informação e c	1	,3
Redes digitais	1	,3
Relações culturais	1	,3
Relações culturais contemp.	1	,3
Relações interculturais	1	,3
Relações públicas	1	,3
Relações Pub.e Prop.	1	,3
Representação documentar	1	,3
Publicidade	1	,3
Psicanálise	1	,3
Psicanálise	1	,3
Plano real	1	,3
Política	1	,3
Política brasileira 1994-	1	,3
Política pública	1	,3
Políticas de comunicação	1	,3
Pragmática-cooperação	1	,3
Pragmática do Jornalismo	1	,3
Pragmatismo	1	,3
Processo de Comunicação	1	,3
Processo de Globalização	1	,3
Processos de Comunicação	1	,3
Produção artística	1	,3
Produção cultural	1	,3
Produção enxuta	1	,3
Propaganda política	1	,3
Propaganda segmentada	1	,3
Retórica	1	,3
Romances de massa	1	,3
Telejornalismo esportivo	1	,3

Tendências estéticas e conceituais	1	,3
Teoria	1	,3
Teoria da Ciência da Informação	1	,3
Teoria do valor-de-informação	1	,3
Teorias jornalísticas	1	,3
Terceirização	1	,3
Terrorismo no Brasil	1	,3
Texto	1	,3
Toyotismo	1	,3
Transferência de tecnologia	1	,3
Treinamento de Professore	1	,3
Turismo	1	,3
Valor-de-informação	1	,3
Violência urbana	1	,3
Voz musical	1	,3
Tecnologias de Comunicação	1	,3
Tecnologia educacional	1	,3
Tecnologia da Informação	1	,3
Saber-poder	1	,3
Saúde	1	,3
Secretaria do meio ambiente	1	,3
Setor jornalístico	1	,3
Simulacro	1	,3
Sindicalismo	1	,3
Sistema de pensamento,	1	,3
Sistemas de Informação	1	,3
Sociabilidade	1	,3
Social	1	,3
Sociedade civil	1	,3
Sociedade contemporânea	1	,3
Sociedade da Informação	1	,3
Sociologia do conhecimento	1	,3
Teatro no século XVIII	1	,3
Tecnologia	1	,3
Pintura	1	,3
Piloto ayrton senna,	1	,3
Pictogramas	1	,3
Comércio eletrônico	1	,3
Comissão geográfica e geo	1	,3
Comportamento de compra	1	,3
Comunicação alternativa	1	,3
Comunicação alternativa	1	,3

Comunicação comunitária	1	,3
Comunicação dirigida	1	,3
Comunicação e cultura	1	,3
Comunicação e Cultura	1	,3
Comunicação e Educação	1	,3
Comunicação e Ideologia	1	,3
Comunicação e Mercado	1	,3
Comunicação e mundo do trabalho	1	,3
Comunicação institucional	1	,3
Comunicação interna	1	,3
Comunicação mercadológica	1	,3
Classe operária	1	,3
Classe	1	,3
Circulação de Saberes	1	,3
Atração e rejeição	1	,3
Arte	1	,3
Análise do discurso	1	,3
Análise da Informação Filmica	1	,3
Amor	1	,3
Tecnologia	1	,3
Epistemologia da Ciência da Informação	1	,3
A questão rural	1	,3
Abandono	1	,3
Ação sindical impressa	1	,3
Administração de bibliote	1	,3
Agricultura	1	,3
Agricultura e Estado	1	,3
Ciências da cognição	1	,3
Cinema brasileiro	1	,3
Cinema brasileiro	1	,3
Comunicação política	1	,3
Comunicação popular	1	,3
Multinacionais	1	,3
Mundo do trabalho	1	,3
Mundo lusófono	1	,3
Musica brasileira	1	,3
Música popular	1	,3
Musica popular brasileira	1	,3
Música popular brasileira	1	,3
Nação	1	,3
Nacionalismo	1	,3

Negócios	1	,3
Novas tecnologias	1	,3
Ocultismo	1	,3
Organização do trabalho	1	,3
Organização política	1	,3
Peirce	1	,3
Pesquisa agropecuária	1	,3
Multiculturalismo	1	,3
Cultura brasileira	1	,3
Crônica folhetinesca	1	,3
Comunicacao rural	1	,3
Comunicação rural	1	,3
Comunicação sindical	1	,3
Comunicação sindical	1	,3
Comunicação sindical	1	,3
Comunicacao social	1	,3
Comunicação social	1	,3
Comunicação visual	1	,3
Comunidade luso-brasileir	1	,3
Consumidor e Cidadão	1	,3
Conversão	1	,3
Copa do Mundo	1	,3
Corpo	1	,3
Correspondência	1	,3
Criação	1	,3
Criança	1	,3
Mudança organizacional	1	,3
Total	395	100,0

Anexo 3

Ocorrências das Áreas de Conhecimento na apresentação da
Titulação de Doutorado

	Frequencia	Percentual
Teoria da Comunicação	16	9,9
Comunicação	15	9,3
Ciência da Informação	5	3,1
Jornalismo Especializado	4	2,5
Comunicação e Cultura	4	2,5
Cinema	3	1,9
Educação	3	1,9
Relações Públicas e Propaganda	3	1,9
Cf.odifusão	3	1,9
Crítica da Arte	2	1,2
Estados Subjetivos e Emoção	2	1,2
Processos da Comunicação	2	1,2
Literatura Comparada	2	1,2
Teoria Geral da Informação	2	1,2
Antropologia	2	1,2
Fundamentos e Crítica das Artes	2	1,2
Filosofia	2	1,2
História do Brasil	2	1,2
Estética Teatral	1	,6
Estética	1	,6
Estudos Culturais	1	,6
Comunicação Política	1	,6
Ensino de Jornalismo	1	,6
Educação Matemática	1	,6
Comunicação Publicitária	1	,6
Comunicação Sindical	1	,6
Contemporâneo	1	,6
Dramaturgia	1	,6
Diagnóstico da Contemporaneidade	1	,6
Cultura	1	,6
Crítica da Arte,	1	,6
Convergência dos Meios de Comunicação	1	,6
Estudos da Habitação	1	,6
Estudos de Recepção	1	,6
Inovação e Transferência de Tecnologia	1	,6
Interpretação Cinematográfica,Cinema e Sociedade	1	,6

Jornalismo e Editoração	1	,6
Jornalismo e Linguagem	1	,6
Jornalismo Especializado (Comunitário, Rural, Empresarial, Científico)	1	,6
Linguagem Publicitária	1	,6
Literatura	1	,6
Marketing Cultural	1	,6
Mercadologia	1	,6
Metodologia da Pesquisa Em Comunicação	1	,6
Informação e Sociedade	1	,6
Identidades Culturais	1	,6
Fotografia	1	,6
Gerência de Produção	1	,6
Gestão da comunicação	1	,6
Globalização	1	,6
Historia da Imprensa	1	,6
História da Imprensa Sindical	1	,6
História das Idéias	1	,6
História do Brasil República	1	,6
História do Pensamento	1	,6
Identidade Cultural	1	,6
Comunicação Mercadologica	1	,6
Administração de Setores Especificos	1	,6
Relações Públicas e Publicidade	1	,6
Relações Públicas	1	,6
Recepção	1	,6
Radiodifusão	1	,6
Rádio e Televisão	1	,6
Publicidade	1	,6
Psicologia Social	1	,6
Processos Grupais e de Comunicação	1	,6
Processos de Disseminação da Informação	1	,6
Processo de Globalização	1	,6
Relações Públicas Propaganda e Turismo	1	,6
Sociologia	1	,6
Teoria e Ética do Jornalismo	1	,6
Teoria e Análise Fílmica	1	,6
Teoria do Jornalismo	1	,6
Teoria da Arquitetura	1	,6
Teoria	1	,6
Sociologia Urbana	1	,6

Sociologia Rural	1	,6
Sociologia do Desenvolvimento	1	,6
Sociologia do Conhecimento	1	,6
Sociologia da Comunicação	1	,6
Políticas de Comunicação	1	,6
Personalidade e Cultura	1	,6
Aspectos Sócio Filosóficos e Político da Construção da Cidade	1	,6
Análise de Discurso	1	,6
Antropologia Urbana	1	,6
Atitude e Ideologias Políticas	1	,6
Ética	1	,6
Jornalismo	1	,6
Teoria do Espetáculo	1	,6
Administração	1	,6
Administração de Bibliotecas	1	,6
Administração de Empresas	1	,6
Biblioteconomia	1	,6
Circulação de Saberes	1	,6
Outras Sociologias Específicas	1	,6
Organização Editorial de Jornais	1	,6
Organização Comercial de Jornais	1	,6
Musica Popular Brasileira	1	,6
Comunicação e Sujeito	1	,6
Comunicação e Sociedade	1	,6
Comunicação e Movimentos Sociais	1	,6
Comunicação Comunitária	1	,6
Comunicação Alternativa	1	,6
Cognição e Tecnologia	1	,6
Modernidade e Subjetividade	1	,6
Total	161	100,0

Anexo nº. 4

Ocorrências do Setor de Atividade na apresentação da
Titulação de Doutorado

	Frequencia	Percentual	
Produtos e Serviços Recreativos, Culturais, Artísticos e Desportivos	25	25,8	
Educação	18	18,6	
Educação superior	9	9,3	
Edição	5	5,2	
Informacao e Gestao C&T	5	5,2	
Outros setores	4	4,1	
Impressão	3	3,1	
Desenvolvimento rural	3	3,1	
Mercado de trabalho	2	2,1	
Informática	2	2,1	
Culturais	2	2,1	
Ensino	1	1,0	
Equipamentos de telecomunicações	1	1,0	
Jornalismo especializado	1	1,0	
Ética do Jornalismo	1	1,0	
Gravação industriais	1	1,0	
Formação permanente	1	1,0	
Educação super	1	1,0	
Educação à distância	1	1,0	
Reprodução e gravação industriais de jornais	1	1,0	
Reprodução e gravação	1	1,0	
Qualidade e Produtividade	1	1,0	
Outros	1	1,0	
Outro	1	1,0	
Artísticos e desportivos	1	1,0	
Assessoria e consultoria às empresas	1	1,0	
Critica	1	1,0	
Desenvolvimento urbano	1	1,0	
Planejamento e gestão das cidades, inclusive política e planejamento habitacional	1	1,0	
Mercado de trabalho e mão	1	1,0	
Total	97	100,0	